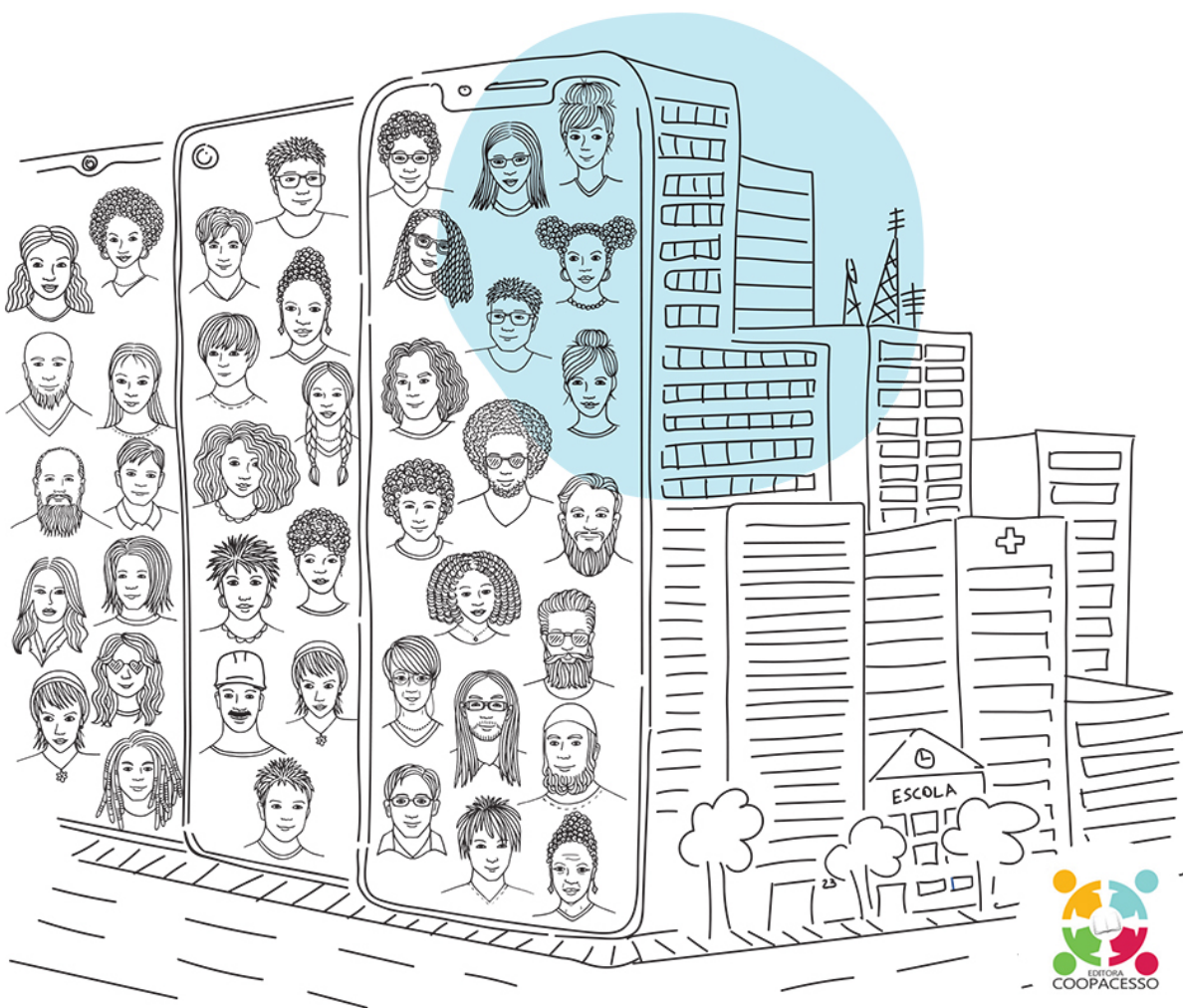


Cidades Inteligentes em perspectiva

Sem gente a cidade
é uma triste ficção

Luiz Alberto Rodrigues



Luiz Alberto Rodrigues

Cidades inteligentes em perspectiva!

Sem gente a cidade é uma triste ficção

2022

1ª edição



Santo André-SP
Novembro de 2022

Ficha técnica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rodrigues, Luiz Alberto
Cidades inteligentes em perspectiva! sem gente a cidade
é uma triste ficção / Luiz Alberto Rodrigues. -- 1.ed. -
Santo André : Coopacesso, 2022.
256 p.

ISBN: 978-65-89139-71-3

1. Cidades inteligentes. 2. Desenvolvimento urbano
sustentável. 3. Sociologia urbana. I. Título.

CDD-307.76

Sueli Costa - Bibliotecária - CRE-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades inteligentes : Planejamento urbano 307.76

Revisão de texto: Soraia Caetano Costa & Mariana Barros Gomes

Coordenação do projeto: Dr. Edgar Nóbrega

Capa: Rodrigo Reis

Arte final: Leonardo José Dutra Campos

Produção editorial:

COOPACESSO

Cooperativa de Trabalho Acesso Cultural Educacional Sustentável Solidária

Avenida Queirós Filho, 2.690 - Sala 1 - Vila Guaraciaba,

Santo André-SP / 09121-587

(11) 9.1117-6274 - www.coopacesso.org // coopacesso@coopacesso.org

A responsabilidade da COOPACESSO se restringe à edição e publicação desta obra. Os conteúdos da mesma são de responsabilidade exclusiva do autor. Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, seja no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (lei 9.610/98).

À Noelle Rodrigues, minha filha
querida, cuja força das convicções me
ajuda sempre a compreender a Terra
como Gaya, lugar para viver os sonhos
e as boas e verdadeiras aventuras.

Sumário

Um tempo de muita gratidão!..... 11

Prefácio 17

I. Um conceito que tem orientado diferentes caminhos .. 20

I. 1. Vamos abrir a conversa sobre as cidades sem esquecer questões importantes..... 21

I.2. As diferentes histórias sobre o desenvolvimento das cidades..... 25

I.3. A regionalidade fortalece a agenda local que valoriza a vocação das cidades..... 39

I.4. O ponto de partida para a construção das cidades inteligentes..... 45

I.5. O mundo urbano acentua as contradições em tempos de polarizações 55

I.6. Uma maneira disruptiva de repensar as cidades 59

I.7. Novas governabilidades e o fortalecimento do poder local..... 67

I.8. Os elementos referenciais de cidades inteligentes 73

I.9. Para além da relevante questão da mobilidade urbana	82
I.10. A inovação é elementar para os caminhos das cidades inteligentes.....	88
II. A sociedade conectada com a agenda pública	96
II.1. Poder e contradições na história da institucionalidade nacional	96
II.2. A democratização da política e a ampliação da participação social.....	105
II.3. Participação requer ampliação das relações entre direitos e deveres.....	110
II.4. Empreendedorismo no tempo da nova economia e a cidade inteligente	117
II.5. A invenção da invenção, a sociedade busca ampliar os sentidos das tecnologias.....	125
II.6. As crises dos modelos que pareciam prontos e o surgimento de um renovado sentido de parceria.	129
II.7. Estamos diante da necessidade de um novo modelo de educação, este é o nosso maior desafio contemporâneo.....	133
II.8. Foi lindo ver o quanto as cidades ajudaram o Brasil a enfrentar a Covid-19.....	141

II.9. Quando a perspectiva de cidadania é substituída pelo consumo..... 147

II.10. O desafio é fazer tecnologias interativas e conectadas com pessoas..... 154

III. A construção de uma metodologia para pensar cidades mais inteligentes.....164

III.1. A construção de uma metodologia não encerra todos os conceitos..... 165

III.2. Os indicadores ajudam a avaliar a correção dos caminhos 175

III.3. A confiança é elementar para um sistema tecnológico..... 180

III.4. Uma metodologia participativa capaz de fortalecer uma perspectiva melhor..... 183

III.5. Os propósitos da Eicon e a metodologia que estamos desenvolvendo..... 195

III.6. Nós estamos fazendo a nossa parte, e sabemos que é preciso fazer mais..... 201

III.7. Bons exemplos e resultados que inspiram a nossa caminhada..... 207

III.8. A hora de juntar teorias e prática para fazer as cidades inteligentes..... 213

III.9. Eicon uma empresa que trabalha para transformar vidas e transformar o mundo..... 218

III.10. A construção de uma metodologia exige coragem, ousadia e inovação 225

IV. Conclusões necessárias para que possamos seguir em frente237

Referências Bibliográficas243

Um tempo de muita gratidão!

Todos falam em paz, mas ninguém educa para a paz. As pessoas educam para a competição e esse é o princípio de qualquer guerra. Quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários uns com os outros, neste dia estaremos educando para a paz.

Maria Montessori

Deixa-me me apresentar: sou Luiz Alberto Rodrigues e trabalho com a área pública desde os meus 15 anos, quando ingressei na Prefeitura de São Bernardo do Campo ainda na adolescência. Desses tempos para cá muita coisa aconteceu, e, eu me especializei nas áreas de inteligência tributária, planejamento estratégico e gestão pública em geral.

Em 1984, fundei a Eicon, empresa que tenho orgulho de ser o CEO e que desenvolve projetos de modernização e de aplicação da tecnologia da informação e de internet em sistemas corporativos da administração pública, especialmente nas áreas de finanças, orçamento público, contabilidade, compras e licitações, gestão tributária, saúde, educação, recursos humanos e patrimônio.

Ao longo da vida, a minha inquietação fez com que eu sempre procurasse soluções para melhorar a qualidade dos serviços que, via de regra, eram pessimamente prestados para a população. Desde quando eu trabalhava como fiscal já compreendia o quanto de ineficiência existia, o que quase sempre levava a erros e irregularidades.

E foi exatamente por isso que a Eicon criou a GissOnline, uma plataforma que se tornou referência em gestão tributária para a administração pública do Brasil. E esta ferramenta segue sendo muito importante, desde quando abriu as possibilidades para um novo momento da gestão tributária pública.

Cada vez foi ficando mais evidente que, a inteligência tributária é boa para o conjunto dos sujeitos sociais, certamente para o gestor público, mas também para os empresários e para a sociedade como um todo. Conseguimos assim, ajudar a avançar nos processos de modernização, o que para nós não significa apenas e tão somente digitalizar papéis e depois colocar tudo na internet. Os processos de modernização não são sinônimos apenas de uma “fria” tecnologia, ela precisa acontecer em função da mudança de conceitos para que possa contribuir para serviços públicos

alinhados em processos eficientes, mensuráveis e impessoais.

E o projeto que na atualidade ocupa boa parte das minhas energias pessoais, da diretoria da empresa e de parcerias, que tenho desenvolvido está relacionado à perspectiva do fortalecimento da agenda das cidades inteligentes.

Lanço este livro neste momento, porque desejo debater as questões que estão relacionadas à agenda de cidades pautadas em uma gestão integrada, sistêmica e sustentável e que abrange as diferentes dimensões relacionadas a pessoas, infraestrutura e tecnologia, ou seja, trata-se de um processo vivo e em permanente mutação, que evolui e que se utiliza de novas metodologias.

Eu nunca gastei minha vida em função de modismos, do contrário prefiro sempre os caminhos alicerçados em conceitos mais sólidos e duradouros, e digo isto porque as cidades inteligentes que tenho refletido são muito mais do que um amontoado de soluções de logística e mobilidade. São questões que fazem parte de elementos relevantes daquilo que acredito que seja necessário e possível para fortalecer um sonho possível na atualidade.

Agora que lanço **“Cidades Inteligentes em perspectiva”**, o faço como parte do esforço de sistematização de processos

que estamos desenvolvendo. Não se trata de uma receita de bolo e muito menos uma obra finalizadora de um caminho. Tenho certeza que **“Cidades Inteligentes em perspectiva”** é um importante ponto dentro de uma linha histórica, e certamente haverá outros para fechar a equação que buscamos.

A perspectiva que imagino as cidades inteligentes está totalmente integrada com as pessoas, e eu acredito que **“sem gente a cidade é uma triste ficção”**. Neste sentido, apresento este texto sob um ângulo marcadamente sócio-histórico. Não imaginei produzir um livro promocional da empresa que tenho orgulho de dirigir e muito menos uma cartilha de propaganda dos produtos e soluções que desenvolvemos.

Cada uma das questões apresentadas são reveladoras do jeito que tenho pensado as novas possibilidades das cidades, sob a luz de uma tecnologia que é facilitadora de processos, e que, é antes de mais nada inclusiva, afinal de contas, somos parte de um país que precisa definitivamente se reconhecer enquanto nação.

E mais, tenho a exata consciência de que para chegar neste momento não posso jamais esquecer aquilo que aprendi desde criança com minha família, e que Paulinho da Viola eternizou em sua **“Dança da Solidão”**: **“Meu pai sempre me**

dizia, meu filho, tome cuidado, quando eu penso no futuro, não esqueço o meu passado”. É exatamente por este motivo que agradeço todos os dias da minha vida os resultados que consegui e o apoio que sempre me foi dedicado por colaboradores responsáveis, amigos leais e parceiros queridos.

O sucesso nos negócios não me permite esquecer que, para chegar onde estou percorri caminhos de muitas dificuldades, e um tanto de privações. E certamente uma parte da dureza que a vida me ensinou faz com que eu jamais perca o sentido de enorme gratidão.

Aliás, se existe alguém que precisa ser lembrado quando o assunto é superação de dificuldades é Sergio Trevisan, sujeito duro, enérgico e que em seu tempo, não media muito as palavras para me falar o que eu precisava ouvir. Trevisan não dizia apenas o que eu gostaria de ouvir, sou grato a ele pelos exatos e necessários exercícios de resiliência que fiz na prática quando ainda jovem e era aprendiz na Prefeitura de São Bernardo do Campo. No fundo, as tantas situações em que fui pressionado, questionado e instigado a fazer, me ajudou demais a forjar um tanto da casca grossa que tenho hoje.

Que de fato os ensinamentos de Maria Montessori nos sejam inspiradores, e que possamos seguir cada vez mais por caminhos da cooperação e da solidariedade, para que as cidades melhores ajudem a fazer o mundo mais humano que desejamos, e o Brasil que todos haveremos de ver cada vez melhor.

Luiz Alberto Rodrigues

CEO – Eicon

Prefácio

Cidades inteligentes sob a perspectiva de quem enxerga longe!

Nos idos de vinte, a “Hipótese Gaia” era intensamente discutida no Facebook. E as teorias da conspiração surgiam e desapareciam no frenético ritmo de um WhatsApp. Apercebíamos-nos de que a humanidade não havia entendido a mensagem de um vírus. Apenas alguns luminosos pontos de humanização começavam a surgir, onde acontecia transformação, inovação. A rehumanização acontecia em gestos de amor e coragem.

As práticas, que esse benigno “vírus” preconcebeu, restabeleceram re-ligações, Seres humanos éticos harmonizavam necessidades e problemas da sociedade contemporânea com as dimensões da sustentabilidade (social, econômica, ecológica), esboçando numa nova visão de mundo.

Tínhamos vivido tempos sombrios, sofrêramos os efeitos de distopias engendradas por bonsais humanos. Mas, chegara o dealbar de um tempo anunciado pelo Luiz: “O que precisamos neste momento é fazer as coisas acontecerem para que o nosso país seja capaz de se reencontrar consigo mesmo.”

Naqueles conturbados tempos, a realidade ultrapassava a ficção orweliana. Mas também surgiam sinais de redenção de tempos sombrios. Assomavam à memória imagens de um mundo incomunicável, não suscetível de ser entendido ou percebido, de um mundo interior só captável pelo olhar para

dentro, que dava expressão à nossa identidade e singularizava o nosso destino. E, à medida que íamos tomando consciência desse mundo interior, aperfeiçoávamos a focagem do olhar para fora.

Qual era o segredo do olhar do Luiz?

Sem abdicar de um “olhar de pesquisador”, de um olhar crítico, conseguia ser objetivo e terno, numa aproximação sem receio de “implicação” – Quem disse que o afeto e a emoção têm de estar ausentes de um trabalho científico? – traduzia o sentir de um inconformado. A sua escrita denotava consciência de realidades tradicionalmente escamoteadas, levava-nos a olhar para dentro, para aprendermos a interrogar e compreender o que víamos por fora. Freirianamente, analisava desigualdades, interpelava olhares atrofiados, deformadores, fraternalmente, interpelava uma gigantesca e estúpida engrenagem de adestramento, que o meu amigo Rubem Alves designara por “pinoquização cultural”.

Num tempo que não admitia neutralidade, o Luís anunciava a possibilidade de passarmos do discurso da queixa ao assumir de responsabilidade. Esperançosamente, refutava a ideia de que a palavra utopia era sinônima de impossibilidade. Utópico seria algo que indicasse uma direção, que requeresse intencionalidade e ação.

Como diria Quintana, *“se as coisas são inatingíveis... ora! / Não é motivo para não querê-las”*. Concretizar utopias – recriar vínculos, re-olhar e reelaborar as práticas – reconfigurava a metáfora do Mito de Sísifo. E poderemos

encarar tal tarefa como a concretização de um “inérito viável”.

Por mais perfeitas que forem as palavras, a escrita do Luiz nunca conseguiria traduzir a riqueza do seu envolvimento, nem o seu entusiasmo e – por que não dizer? – a sua paixão e fé:

“Estou entre aqueles que diante de um dilema, uma tragédia ou uma dificuldade qualquer não consigo gastar meu tempo a lamentar, reclamar ou simplesmente a encontrar culpados. Sempre procuro de maneira otimista buscar outras possibilidades”.

Uma utopia é uma possibilidade, que pode efetivar-se no momento em que são removidas as circunstâncias provisórias que obstem à sua realização. “Kairós”, palavra grega, significa “o momento oportuno”, tem o mesmo sentido que “Aevum”, que significa “Eternidade”. Já na Grécia de há milhares de anos havia quem acreditasse serem os seres humanos capazes de buscarem – em si próprios e entre os outros seres – a perfeição possível. Talvez por isso, o Luiz insistisse em ver as realidades com olhos que viam para além do que existia.

A seu modo, contribuiu para a chegada de tempos luminosos. Porque era dono de um olhar *apoena*, desvendando o porvir de que o Almada nos falava na terceira das suas Quatro Manhãs:

“Quando cheguei aqui o que havia estava no fim / e o que estava por vir andava disperso pelo sonho de alguns.”

Brasília, novembro de 2042

José Pacheco

I. Um conceito que tem orientado diferentes caminhos

“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. “Mas, qual é a pedra que sustenta a ponte?”, pergunta Kublai Khan. “A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra”, responde Marco, “mas pela curva do arco que estas formam”. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: “Por que falar das pedras? Só o arco me interessa”. Polo responde: “Sem pedras, o arco não existe”.

Ítalo Calvino, *Cidades invisíveis*

O desenvolvimento das Cidades Inteligentes é um conceito que tem sido cada vez mais comum em países da Europa, América do Norte e Ásia, e no Brasil esta ideia também tem evoluído de maneira interessante.

Considerando que uma Cidade Inteligente é, um espaço urbano caracterizado pela ampla utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação, com o objetivo de melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas, e que ao mesmo tempo sejam capazes de ampliar o desenvolvimento humano e social, e por consequência a qualidade de vida de seus cidadãos.

O conceito que é bastante amplo e complexo, tem se desenvolvido de maneira interessante e neste primeiro capítulo de, **“Cidade inteligente em perspectiva”**, procurei apresentar a questão do modo como a compreendo, ou seja, indo além da busca garantidora da melhoria da mobilidade urbana, o que é algo muito importante, mas insuficiente. Procurei, assim, fazer esta reflexão à luz da evolução das cidades, o que me animou muito. Mas a conversa está apenas

começando e espero que você possa compreender a minha perspectiva.

I. 1. Vamos abrir a conversa sobre as cidades sem esquecer questões importantes

O tema central deste livro é o diálogo que tenho realizado sobre as cidades inteligentes. No entanto, é elementar destacar que, na atualidade uma série de questões muito importantes tem ficado esquecida e cujos impactos têm sido absolutamente devastadores para a organização da sociedade.

Em meados do século passado, o nosso país era predominantemente rural e as famílias possuíam rígidas funções sociais: aos homens recaíam as responsabilidades de trabalhar e prover o sustento e às mulheres, o cuidado dos filhos era a tarefa elementar. Neste período, as mães eram consideradas em sua grande maioria “do lar” e inclusive seus CPFs eram dependentes de seus maridos. Estávamos longe das “navalhas” que se transformaram os cartões de crédito na atualidade e o “fiado” era a forma de compra, onde tudo era anotado manualmente em cadernetas, cujas somas eram realizadas e pagas ao final de cada mês.

Ainda não havia acontecido a Guerra do Vietnã e os Beatles ainda não haviam entrado para as paradas de sucesso, o mundo vivenciava uma cena de bipolaridade onde a “cortina de ferro” separava capitalistas ao lado dos Estados Unidos e os socialistas junto à antiga União Soviética. A religião, em

boa medida contribuía como uma gestora para a manutenção de um ambiente onde céu e inferno eram as opções possíveis para a grande maioria dos seres viventes.

Especialmente no Brasil, as leis neste tempo eram marcadamente guiadas pelo pressuposto: “a lei, ora a lei”, ou dito de outro modo, “aos amigos tudo e aos inimigos a lei”, diferente da rigidez britânica, lugar em que de fato e de direito “todos são iguais perante a lei”, e cabe ao Estado garantir o seu cumprimento.

Este livro vai mergulhar nas densas reflexões que tenho realizado com minha equipe em relação à cidades inteligentes, mas não imagino que estas páginas sejam dedicadas à formalismos e ou a tecnicismos. Desde o momento que parei para abrir esta conversa, tenho pensado que é preciso colocar a alma neste debate, é preciso falar das pessoas, afinal de contas é possível falar de cidade inteligente sem gente?

Caetano Veloso em sua bela canção “Terra” diz: “Acontecer de eu ser gente, e gente é outra alegria, diferente das estrelas”. É isso, gente sempre é diferente, gente tem alma, desejo, sonhos e paixões e as cidades inteligentes precisam ser pensadas para estas pessoas sonhadoras e apaixonadas com o futuro e esperançosas com a humanidade.

E, seguindo este lado “Caetano” e sua “Vaca profana”, espero que as palavras deste livro sejam impactantes, assim como a canção seja forte, e de alguma maneira incomode no sentido de fazer as pessoas se questionarem, “dona das divinas tetas, derrama o leite bom na minha cara, e o leite mau na cara dos caretas”...

Não estamos em tempo de jogar energia fora e seguir fazendo mais do mesmo, este é o momento de pensar a cidade e repensar o nosso país, seus valores, sua vocação, seus caminhos, ou do contrário seguiremos querendo ser “o país do futuro” enquanto no presente nos esquecemos de resolver equações elementares das relações humanas.

Eu acredito demais no Brasil, e tenho convicção que as transformações que se fazem necessárias passam, diretamente por um sentido de maior corresponsabilidade, entre pais e filhos, cidadãos e governantes, empregadores e funcionários, vendedores e clientes. Chega de seguir a máxima de “levar vantagem”, este é o tempo em que as organizações de todos os segmentos públicos, privados, não governamentais e sociais precisam fortalecer suas convicções em torno de projetos, onde a parceria seja o símbolo em que todos e todas ganhem juntos.

É lindo admirar a malemolência nacional, mas, que tal inserir um pouco daquele espírito europeu que, depois do expediente, há um bom número de pessoas que saem da empresa e se achegam em um pub para seguir um pouco mais, na pauta da organização que todos dizem acreditar.

É fato que entre a Europa, os Estados Unidos e o Brasil há muitas diferenças, afinal de contas a nossa história marca tantas diferenças e desigualdades, mas é fato que ao nosso estilo, da nossa maneira, precisamos encontrar pontos de conexão, de aproximação e união.

Os projetos não se desenvolvem sem propósitos e estes são resultantes do fortalecimento do diálogo e da valorização do espírito público.

Não existirão cidades, capazes de se transformar verdadeiramente em espaços públicos, se a coisa pública, segue sendo tratada apenas com a tradicional pressa dos períodos eleitorais. Este é o tempo de resgatar a *Res pública*, e nada melhor do que fazê-lo na cena local onde, de fato é possível e muito mais razoável o exercício da participação.

Tenho certeza de que, a competência nacional que fez o país criar o PIX, e hoje podemos movimentar bilhões de reais por dia sem uma única nota e até sem um cartão, o mesmo país que não consegue resolver outras questões elementares por uma questão essencial, falta decisão política em relação a pontos muito relevantes. É fato que, a história desigual e contraditória do nosso país nos trouxe para uma encruzilhada, onde existem uma série de dilemas para serem respondidos, e tenho certeza de que haveremos de responder e resolver a todos. Eu estou deseioso de apontar as boas perspectivas do caminho das cidades inteligentes e espero de coração que as questões fiquem mais claras, a partir de agora e que uma série de temas possam enfim ser abordados com a merecida densidade, respeito e responsabilidade.

I.2. As diferentes histórias sobre o desenvolvimento das cidades

As cidades são sempre diferentes, seja do ponto de vista organizativo, seja das suas relações internas ou externas, estas áreas são povoadas por determinado número de pessoas, que possuem em um espaço geográfico, residências, comércio, indústrias e outras atividades econômicas.

Trata-se de um espaço territorial, administrado por uma prefeitura e “dependendo do país, o município pode ter várias cidades e por sua vez, cada cidade está organizada dentro dos Estados, sendo uma delas a capital, onde se encontra a sua sede administrativa, lugar onde quase sempre acontecem as principais atividades realizadas na região”. (CIDADES, 2013)

Podemos examinar a questão das cidades sobre diferentes pontos de vista, mas nunca haveremos de nos furtar a tratar das relações entre o poder local e o poder central. No Brasil, as cidades, historicamente foram secundarizadas e o poder central ocupou o papel de maior destaque na cena econômica, social e política, o que convenhamos é uma enorme contradição, pois os principais desafios, e a maioria das demandas acontecem na cena local.

Quando examinamos a repartição dos recursos orçamentários nacionais na atualidade, apenas confirmamos um caminho de recorrente concentração: cerca de 65% dos recursos públicos encontram-se na esfera federal, 25% nos estados e aproximadamente 10% é repartido entre os 5568 municípios, ou seja, o federalismo nacional marca uma

grande desigualdade e um elevado excesso de concentração do poder central.

Este é um elemento balizador que marca os equívocos da construção das relações do poder central com as cidades ao longo do nosso processo histórico.

Desta maneira, ao analisarmos as diferentes histórias das cidades no Brasil, precisamos considerar entre os principais pressupostos, a caracterização da centralização do poder como marca de uma cultura nacional que, a meu juízo, contribui para a ampliação dos processos de desresponsabilização social que vivenciamos, e que, às vezes não compreendemos.

Lembro-me desta questão, porque especialmente nos países nórdicos, há muito tempo, existe uma ênfase no fortalecimento das possibilidades de participação das pessoas, o que marca uma busca cada vez maior dos caminhos de valorização do empoderamento dos cidadãos, onde existe um grande incentivo para que os moradores das cidades sejam tomadores de decisão. E, convenhamos, quanto mais isto acontece, maiores serão os incentivos para que os diferentes grupos sociais possam se envolver nos caminhos do planejamento local.

É exatamente por esta compreensão, que sempre busco valorizar a agenda pós Constituição Federal de 1988, que indicou possibilidades de um reconhecimento dos caminhos da descentralização, significando a possibilidade de ampliar a governança local, ao mesmo tempo em que se intensificam as possibilidades da participação social, entendida aqui, como à participação das pessoas em espaços públicos de

interlocução com o Estado, o oportunizando a institucionalização dos espaços de participação social. por meio dos conselhos e conferências, o que configura o fortalecimento do dinamismo do tecido social.

Lembro-me destes elementos, como sendo importantes, pois o que marca a perspectiva que tenho procurado valorizar nas cidades inteligentes, diz respeito, ao papel das pessoas. Sem gente, de fato, as cidades se transformam em ficção desajeitada.

É fato que, o modo de construção de cidades tem sido debatido há muito tempo. Platão (357 e 347 a. C.) em seu livro, “República”, descreve como seria a cidade ideal, e seu texto se dedica à ideia da construção de uma cidade justa, desde sua fundação, com a divisão de trabalho, a definição de função de cada habitante, como deveriam ser educadas as crianças. Entre outros detalhes, a cidade utópica de Platão, comumente é relacionada a Kallipólis, no entanto, é fato que se percebe, que a cidade platônica dialoga com as pólis atenienses e Siracusa.¹ (MONTEIRO, 2019)

E desde sempre, o estudo sobre a cidade, de Platão é importante para se entender as tantas possibilidades de pensar a fascinante temática, repleta de nuances, complexas e contraditórias.

A origem deste exemplo de cidade é descrita da seguinte maneira: o que causa o nascimento de uma cidade se deve à impossibilidade de cada indivíduo em se bastar a si mesmo.

¹ Atenas foi a cidade em que nasceu Platão no ano de 427 a.C. Foi lá que ele desenvolveu sua formação, e aprendeu a retórica e se tornou discípulo de Sócrates.

Trata-se da necessidade que se sente de uma porção de coisas. Ou julgas que existe outro motivo para o nascimento de uma cidade? É a partir deste ponto, que o autor começa a descrever as necessidades que guiarão a organização, o desenvolvimento e o crescimento da cidade. (MONTEIRO, 2019)

E na sequência, se argumenta que, com o crescimento das necessidades aumenta-se a variedade de profissionais, ou seja, moradores fundamentais para a cidade, como os carpinteiros e ferreiros e deste modo inclusive mais espaços de trabalho são criados. E depois, como a cidade não consegue dar conta de ser autossuficiente estabelecerão relações comerciais externas e internas, surgindo os comerciantes e o mercado, que seria o espaço necessário para a cidade. (MONTEIRO, 2019)

Os habitantes da cidade deveriam ser de toda Creta e do Peloponeso, pois oriundos de lugares diferentes seria mais fácil de obedecerem às normas pensadas pelo legislador. A comunidade teria o total de 5.040 famílias, número esse justificado por possuir o maior número de divisores e ser o suficiente para proteger o Estado contra ataques. Como cada família tinha aproximadamente 6 pessoas, incluindo mulheres e crianças, a população cidadã seria um pouco mais de 30 mil habitantes, levando em conta, 4 escravos por família, a população total seria em volta de 50 mil habitantes. (MONTEIRO, 2019)

Em cada lugar do mundo a história das cidades seguiram caminhos diferentes, e no Brasil, as cidades também possuem as suas especificidades. Ou seja, em cada tempo há um caminho, e este pode e deve ser melhorado o tempo todo, pois o que era considerado pronto e acabado no

passado certamente pode ser revisto, melhorado e aperfeiçoado.

Eu acredito muito na inventividade humana, na capacidade que as pessoas possuem de criar metodologias, e novas possibilidades para tudo o que é realizado. Eu sempre faço questão de reiterar este sentido de criação no cotidiano do trabalho e na minha vida pessoal.

É exatamente por este motivo que tenho trabalhado bastante a questão das cidades, sob a perspectiva de transformá-las em espaços inteligentes. Na Eicon essa tem sido uma questão bastante relevante. Sempre que possível, trazemos o assunto para a pauta, buscamos bons exemplos e procuramos alinhar as nossas soluções com esta perspectiva. Aliás, não tenho dúvidas de que, à medida que existem propósitos claros combinados com um saber fazer, as coisas acontecem de uma maneira absolutamente fascinante.

Mas, antes de gastar tempo debatendo o quanto é necessário de tecnologia para resolver os problemas urbanos, precisamos saber como usar as diferentes ferramentas disponíveis desde as mais simples, até as mais sofisticadas, para criar condições para melhorar a vida nas cidades transformando-as em espaços inteligentes. E não é de hoje que questões concretas têm aberto a possibilidade para aprofundar o tema, um conceito que vem sendo debatido mundo afora há pelo menos duas décadas. Este foi o centro da pauta em 2014, quando se realizou a Mobile World Congress, maior feira de dispositivos móveis do mundo, momento em que um dos principais assuntos abordados foi sobre a questão das soluções que o acesso à tecnologia traz

para a vida urbana. Há iniciativas exemplares relacionadas aos caminhos de cidades que se desenvolvem fora do Brasil, que precisam ser examinadas em relação a este tema. É fato que a realidade nacional exige uma reflexão bastante específica, mas os bons exemplos do exterior contribuem significativamente, para iluminar o nosso debate. Entre as experiências internacionais, destaco South Bend, uma cidade localizada no Estado de Indiana nos Estados Unidos, sede do condado de St. Joseph County, com pouco mais de 130 mil habitantes.² (MACEDO, 2014)

Hoje os maiores negócios desta cidade são saúde, educação, pequenas empresas e turismo e entre as grandes corporações restantes na área, incluem Crowe, Honeywell e AM General. É muito relevante destacar que a economia e a cultura da cidade são influenciadas diretamente pela vizinha Universidade de Notre Dame. A cidade, que a exemplo de tantas outras vivenciou enormes transformações ao longo de sua história, acompanha a consolidação do Parque de Inovação e o Parque de Ignição, o Innovation Park e o Ignition Park, que são exemplos de parques tecnológicos que atraíram empresas de tecnologia. (MACEDO, 2014)

Este ambiente de South Bend é caracterizado como sendo de redesenvolvimento, o que fez com que se retomassem algumas das instalações industriais abandonadas, como os

² A área foi colonizada no início do século 19 por comerciantes de peles, e foi estabelecida como uma cidade em 1865. Em sua área metropolitana há mais de 300 mil pessoas enquanto que sua área estatística combinada tem mais de 700 mil moradores é, portanto, a quarta maior cidade de Indiana.

edifícios da Oliver Corporation. A cidade enfrentou problemas com grandes áreas de moradias vazias após o declínio da indústria manufatureira: em 2013, 1.347 casas estavam desocupadas ou abandonadas. Nesse momento, a cidade criou a Iniciativa de Propriedades Desocupadas e Abandonadas, que visava cuidar de 1.000 casas desocupadas ou abandonadas em 1.000 dias, seja por meio de demolição, reparos ou algum outro meio satisfatório. (MACEDO, 2014)

E quando pensamos as cidades brasileiras de uma maneira geral, especialmente nas regiões metropolitanas, percebemos claramente, o quanto a grande maioria delas convive com extensas áreas de periferias, e tantas ainda não conseguem encontrar caminhos sustentáveis para os seus possíveis processos de reestruturação industrial. É quase unânime em nossa realidade, na cena econômica e urbana, o que ocorre quando uma antiga indústria encerra ou reduz o seu processo produtivo.

Ou se muda o zoneamento local, e a área passa a abrigar um condomínio residencial, ou uma grande loja de departamento gerando algumas dezenas de postos de trabalho. Quando os serviços ocupam o espaço abandonado, invariavelmente haverá um galpão logístico ou um callcenter (central de atendimento).

Convenhamos que, pode haver outras possibilidades para as antigas áreas industriais, no entanto, para se implementá-las há uma necessidade de se estabelecer um projeto local estratégico, elementos que, na grande maioria das localidades não se procura desenvolver, o que na maioria das vezes inclusive, se dificulta a estruturação de caminhos bem

elaborados e deixa-se de lado inclusive, oportunidades existentes de valorização de um sentido de parcerias que podem ampliar horizontes.

E quando falta este sentido de pensar mais amplamente as alternativas para as cidades, perdem-se oportunidades e deixam de seguir caminhos melhores mantendo suas histórias presas a um passado que, às vezes condenam governantes e governados a esperar as imaginárias saídas “fáceis” do mercado e suas incertezas.

Há uma série de questões relacionadas ao universo das cidades que, no passado recente fazia com que eu me reconhecesse como um municipalista, mas aos poucos fui compreendendo que esta questão é mais ampla do que simplesmente ter um adjetivo para chamar de meu, e na medida em que aposto em transformações necessárias para que o país se desenvolva de maneira mais sustentável passam obrigatoriamente pelas cidades, fico cada vez mais à vontade para explorar este universo grandioso que estamos envolvidos por conta das diversas ações de negócios que desenvolvo em torno da pauta das cidades inteligentes, e também por um sentido de uma cidadania que nos faz ser, cada vez mais participantes de causas relevantes, dentre as quais eu destaco a busca da valorização do sentido de regionalidade.

E neste caminho de ampliação do papel do protagonismo local e regional, um importante documento da ONU de 2005 já sugeria que, para "alcançar o sucesso e a sustentabilidade no processo de desenvolvimento, exige o envolvimento de todos os grupos, para assegurar que as necessidades de

todos sejam atendidas, e em última instância para promover a igualdade”, e para que isto aconteça de fato é elementar se considerar o papel das cidades e do poder local na agenda de desenvolvimento. (DOWBOR, 2016)

O "espaço local", no Brasil, é o município, unidade básica de organização social e comunitária, ambiente o qual acredito que deve ser o lugar, onde se oportunize a autotransformação de forma ampla. “A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade”, “o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como, as chamadas novas tecnologias urbanas”. (DOWBOR, 2016)

Há que se destacar também o fato da existência de uma legislação nacional que tem considerado a organização e o desenvolvimento das cidades, especialmente o Estatuto das Cidades que após mais de uma década de tramitação regulamentou, em 2001 o capítulo "Política Urbana" da nossa Constituição Federal, e que se notabiliza, inclusive, como sendo um instrumento legal bastante moderno.³

Este Estatuto materializou uma série de proposições para que a cidade pudesse buscar seu processo de desenvolvimento

³ Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001 e destacam-se entre as questões elementares o planejamento participativo e a função social da propriedade. Esta iniciativa surgiu como projeto de lei em 1988, proposto pelo então senador Pompeu de Sousa e foi aprovado em 2001, depois de doze anos e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

urbano, sendo que sem dúvidas, o principal foi o Plano Diretor Estratégico, que na prática, deve articular os planos diretores participativos em diferentes áreas, garantindo assim uma série de instrumentos urbanísticos.

Focado no combate à especulação imobiliária e na justa regularização fundiária, o Estatuto da Cidade, regulamenta o uso mais racional do solo urbano e insere a possibilidade da cobrança de IPTU progressivo para terrenos ociosos, simplifica a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, aumentando a oferta de lotes, e a necessária proteção e recuperação do meio ambiente urbano.

O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Estratégico, são instrumentos jurídicos relevantes para o processo de planejamento, cuja função principal é a de criar condições para a garantia do desenvolvimento urbano sustentável, por meio da construção de estratégias e normativas que promovam um ambiente local com mais qualidade de vida para toda a população.⁴

Em inúmeras situações, o que se percebe é que, a implementação do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade nem sempre se mostra como a indicadora de suas premissas originais modernizadora, permanecendo quase sempre restrita à criação de regramentos urbanos com pouco impacto na agenda de cidades mais sustentáveis. Isto se confirma quando observamos que, nas últimas décadas, as cidades seguiram crescendo de maneira desordenada,

⁴ A elaboração de um Plano Diretor é obrigatória para todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes e sua revisão é prevista a cada 10 anos.

ampliando o sentido caótico em muitas destas especialmente em suas periferias.

Ou seja, apenas o ordenamento institucional moderno resultante da legislação, não tem sido capaz de garantir a promoção de cidades mais eficientes e inteligentes, o que reforça a convicção da necessidade da participação das pessoas, ou seja, de fato, sem gente a cidade é uma triste ficção.

Também destaco neste momento, como sendo elementar a construção de uma metodologia capaz de contribuir para que os gestores públicos e a sociedade possam sair do improvisado e em cada localidade desenvolver as soluções aderentes àquela realidade específica, capaz de garantir o seu processo de desenvolvimento sustentável.

É fato que, em nível global há esforços que objetivam fortalecer um caminho de modernização do espaço urbano, e que se relacionam com os processos de planejamento público. Trata-se, por exemplo, de um esforço internacional que combina com minhas convicções e que estamos acompanhando com alegria. Ao longo dos últimos tempos este movimento tem ampliado junto aos governos e à sociedade civil, um diálogo na busca de criação de novas possibilidades de ação colaborativa, para que possamos seguir caminhos para um processo de desenvolvimento sustentável, onde, destacamos a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS assumidos pela ONU.⁵

⁵ Os ODS materializam um elemento de destaque desta agenda composta por 17 Objetivos e suas 169 metas para uma nova política global.

Esta proposta permite o acompanhamento e a sua revisão sistêmica é fundamentada em cinco eixos: Pessoas: erradicação da fome e redução das desigualdades para garantir dignidade humana; Prosperidade: garantir a vida próspera e plena, em harmonia com a natureza; Paz: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; Parcerias: implementar a agenda por parcerias globais duradouras; Planeta: proteger os recursos naturais e minimizar o impacto do clima no nosso planeta para garantir qualidade de vida às gerações futuras.

E para que este movimento se tornasse possível, destacamos a importância do Plano de ação global da Agenda 2030, um compromisso firmado em 2015 por quase 200 líderes mundiais, que tem ganhado cada vez mais relevância. E confesso que fiquei bastante entusiasmado quando no ano passado, 2021, o PNUD (Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento) uma Agência da ONU incentivou no Brasil, o debate sobre a conexão dos ODS em relação aos PPAs (Plano Plurianual) das cidades. (IDIS, 2022) ⁶

Meu entusiasmo se justifica, porque compreendo que estas questões juntas podem fortalecer a perspectiva de um “pensar globalmente e agir localmente”, ideia criada por Ulrich Beck, que na atualidade se torna uma questão cada vez mais potente. As novas perspectivas tecnológicas inclusive ajudam a promover e ampliar o conhecimento fazendo com que seja cada vez mais real as chances de repensar os dilemas sobre o espaço vivido, garantindo as possibilidades de

⁶ Este compromisso foi sacramentado na Conferência realizada em 25 de setembro de 2015.

intervenção das comunidades em ações coletivas integradas aos recursos locais.⁷

E meu contentamento está relacionado com o avanço que acompanhei diretamente em algumas cidades em relação aos últimos PPA – Plano Plurianual, este que no Brasil é um dos instrumentos de planejamento orçamentário de médio prazo, e que pode contribuir diretamente para a definição das diretrizes, objetivos e metas da administração pública nas esferas municipal, estadual e federal.⁸

Refere-se a um processo de elaboração que sempre começa a partir de um projeto de lei proposto pelo Poder Executivo, que deve ser submetido ao Legislativo, até quatro meses antes do encerramento do primeiro ano de mandato do governante, quando passa a ser avaliado e votado pelos parlamentares, seja nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais ou no Congresso Nacional. O PPA é o elemento norteador da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Estes três elementos podem e devem ser elaborados em consonância e sempre sugerem, a possibilidade de fortalecimento dos processos de planejamento muito vivo e conectado com as demandas das cidades.

⁷ Para Ulrich Beck a globalização também significa a aproximação das culturas locais, as quais se devem definir no marco de uma nova realidade mundial.

⁸ O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos e sempre se inicia no segundo ano de mandato de um governante e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor.

Estou convencido que estes processos que tantas vezes são infelizmente desenvolvidos de maneira burocrática e formal podem ganhar um novo alento a partir das tantas conexões que surgem na cena pública atual e ainda por conta do tom que estamos construindo de Cidades Inteligentes, especialmente porque acreditamos em processos colaborativos e intensamente referenciados em indicadores capazes de qualificar as alternativas existentes.

Tenho percebido que, há um enorme e positivo encontro de interesses dos instrumentos de planejamento emergidos da Constituição Federal de 1988, os objetivos globais apresentados pela ONU, e as soluções que estamos construindo na Eicon para que, as cidades sejam de fato cada vez mais inteligentes.

Reconhecer, valorizar e apoiar este rico ambiente pode fortalecer uma boa mudança, garantindo uma maior integração dos governos com a sociedade civil e todos os sujeitos sociais atuantes nos diferentes territórios, que por meio de seus projetos e de suas políticas, têm papel fundamental para o sucesso de uma agenda moderna das cidades. (CUNHA, 2020)

E são exatamente estas agendas que de maneira diferentes em cada lugar materializam os oportunos caminhos do desenvolvimento das cidades, não existe um modo único, não há sujeitos absolutos.

O que cada vez mais vamos percebendo neste complexo caminho, são novos e inventivos exemplos de uma governança que inclui cada vez mais, o local, entre os desafios da cena brasileira.

I.3. A regionalidade fortalece a agenda local que valoriza a vocação das cidades

O reconhecimento da importância do papel das cidades, nos ajuda a compreender alguns dilemas existentes na realidade nacional. E na medida em que deciframos o mundo em suas múltiplas complexidades podemos apontar o poder local como locus dos fundamentos de um país, melhor, mais centrado, e menos desigual.

Já aponte anteriormente que, historicamente, o Brasil sempre foi profundamente centralizador, o poder era organizado a partir do centro, desde o Brasil Colônia e esta característica, segue sendo preponderante do ponto de vista da divisão dos recursos orçamentários das esferas governamentais, o que contribui ainda mais com as cenas de caos urbano e desigualdades.

A democracia nacional encontra entraves que, na minha concepção, começarão a ser destravados com a valorização de ações no âmbito local. De outro modo dificilmente conseguiremos compreender e minimizar os sucessivos abalos que recorrentemente atingem a tênue organização da sociedade brasileira e suas instabilidades.

Afinal de contas, o que possibilita o fortalecimento de um sistema político e social democrático são, também, as obrigações e as garantias oportunizadas pelo Estado de direito, e estes podem ser concretamente experimentados nas cidades e regiões.

Pensar a regionalidade, ou, como sugere Jeroen Johannes Klink, um novo regionalismo bastante relacionado ao papel das Cidades-Regiões no contexto da globalização, ambientes privilegiados para ao menos se tentar disputar oportunidades nos mercados globais. Este regionalismo, é importante que se diga, segue sendo secundarizado na realidade nacional em decorrência com o já apontado sentido de centralização vivenciada na história nacional. (KLINK, 2000)

Neste contexto, que destacamos uma questão relevante que tem sido desenvolvida nas últimas décadas, as agendas regionais, têm materializado diferentes organizações que estabelecem laços e fortalecem novos compromissos regionais.

É fato que, em um país continental como o nosso, as decisões políticas centralizadas nem sempre produzem o impacto esperado na prática e muitas são às vezes em que se nota uma enorme distância entre Brasília e o Brasil, mesmo quando o discurso oficial procura dizer o contrário.

Os cidadãos vivem nas cidades, e particularmente nas regiões metropolitanas, estas são cada vez mais conurbadas. As divisas são mais formais do que reais, seja na canção que sugere a irmandade entre Juazeiro e Petrolina, a primeira na Bahia e a segunda em Pernambuco, seja quando de um lado estamos em Carapicuíba ou Osasco, na região Oeste da Grande São Paulo, ou ainda nas ruas limítrofes de Porto Alegre e Canoas no Rio Grande do Sul.

É neste ambiente, que os tantos dramas reais extrapolam os limites de um município e impactam diretamente a realidade de seu vizinho.

As enchentes, um drama recorrente do grande ABCD paulista, não será resolvido de maneira isolada apenas por uma cidade, da mesma forma que, a dura realidade da violência da Baixada Fluminense clama por ações regionais.

É importante notar também neste processo, que uma série de transformações do espaço urbano são impactadas diretamente por novos modos de produção onde tantas empresas aos poucos foram abandonando os antigos desenhos fordista e taylorista da produção em série e passaram a se relacionar de maneira bastante fragmentada e às vezes com diferentes níveis de articulação em cadeias produtivas que misturam e articulam pequenas unidades produtivas. O que inclusive, às vezes geram visíveis transformações urbanísticas e sociais.

É exatamente por isso, a urgência de se ampliar a compreensão sobre os novos caminhos da vocação local e regional, o que nos sugere acreditar no diálogo social, um processo que obrigatoriamente precisa ser um valorizador de diferentes sujeitos que precisam assumir fortemente seu protagonismo, para que seja possível realizar os acordos locais necessários e para que os projetos sejam de fato, desenvolvidos pensando o bem comum.

Elementar para tanto, compreender as dificuldades e as potencialidades locais e fortalecer uma estratégia que consiga apostar, valorizar e fortalecer a vocação econômica e social regional.

Eu acompanhei de perto, uma parte deste sentido de transformação. Era final dos anos de 1990 e a visão estratégica do então Prefeito Celso Daniel de Santo André,

município de São Paulo, o empurrou para convencer os demais prefeitos da região do grande ABCD paulista sobre a necessidade de se criar um Consórcio Intermunicipal de Prefeitos.

A convicção daquele renomado gestor público garantiu o diálogo com uma sociedade civil organizada em um rico movimento social regional. Dezenas de organizações comunitárias, populares e sindicais que se reuniam no Fórum da Cidadania e que buscavam repensar os desafios regionais e sua conexão com as prefeituras.

Foi exatamente a combinação da conversa responsável dos prefeitos, com a atitude corajosa da sociedade, que fez nascer depois do Consórcio Intermunicipal no Grande ABC, a Agência Regional de Desenvolvimento, uma organização gerida pelo conjunto dos sujeitos sociais regionais.

Penso que esta experiência do Grande ABC, que foi fortemente inspirada na organização regional do norte da Itália, pode servir de alguma forma de indicação para o caminho de valorização local e regional tão necessário para o Brasil como um todo.⁹

Penso inclusive, que a construção de uma estratégia de desenvolvimento regional também pode se inspirar em outros modelos de organização das cidades ao redor do planeta, que em diferentes realidades as pessoas resolveram

⁹ Gestores públicos do Grande ABCD e membros da sociedade civil local realizaram uma série de visitas técnicas e reuniões com representantes das cidades do norte da Itália a exemplo de outras tantas cidades que também viveram transformações no final dos anos de 1990.

tomar para si responsabilidades anteriormente atribuídas apenas aos técnicos dos governos centrais.

É bem verdade que esse posicionamento acontece e segue acontecendo no contexto da crescente cena da globalização, o que evidencia um enorme paradoxo, pois de um lado se sugere um olhar mais atento e uma participação mais direta da sociedade no âmbito local e de outro se acelera os impactos globais das decisões econômicas, sociais e políticas. Ou seja, precisamos compreender as diferentes dimensões e as complexidades desse momento, para que possamos renovar uma prática capaz de impactar, de um modo positivo as exigências da contemporaneidade, fazendo com que, de fato exista desenvolvimento e que este seja o mais sustentável possível.

Este debate me interessa especialmente, porque é fato que por melhores e mais bem arranjados que sejam os produtos que estruturamos na Eicon, nós sempre vamos ter que ajudar a recriar uma cidade dentro da cidade que já existe, ao estilo do que sugeria Ítalo Calvino em seu belo texto, *Cidades Invisíveis*, onde a cidade deixa de ser um conceito apenas geográfico, para se tornar um símbolo complexo e inesgotável da experiência humana, o que é fantástico.¹⁰

A minha opinião se assemelha com as sensíveis observações de Ítalo Calvino, quando sugere que cada uma das cidades possui algum tipo de característica que as tornam únicas. No cotidiano da Eicon, o tempo todo estamos em uma intensa viagem por cada uma das localidades que somos chamados a construir soluções. E sempre nos fica a sensação de que cada

¹⁰ CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*

cidade é feita pelas nossas lembranças, ou de nossas sensações a respeito dela. Em outras palavras, nós de fato buscamos o diálogo com os gestores locais no sentido de que seja possível produzir, uma reflexão o mais sensível possível sobre a realidade. E os trabalhos que desenvolvemos são frutos da soma de nossas experiências, da realidade concreta das cidades e dos gestores que assumem com responsabilidade seus papéis estratégicos. (CALVINO, 1990)

E cada vez mais acredito que, o sentido de regionalismo em importantes espaços da institucionalidade brasileira tem apresentado grandes avanços e tornam-se especialmente relevantes na medida em que conseguem garantir a articulação entre os diferentes sujeitos sociais, em que pese a ausência de estruturas supra regionais mais abrangentes, e a histórica fratura no sistema de relações intrarregionais, ainda potencializada com os processos de reestruturação produtiva que, na atualidade limitam o avanço desta nova possibilidade para a institucionalidade brasileira. (KLINK, 2000)

É fato que as perspectivas regionalistas em que acredito e cuja aplicabilidade vem sendo tentada e testada em diferentes regiões do país, e de alguma maneira inclusive, guardam relações com o romance de Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas. E como é sabido, nas Gerais romanceadas ou na vida real da atualidade, os fatos históricos e os dados do presente, sempre guardam “subterrâneos” que o sustentam e espero que de alguma maneira, as reflexões que tenho provocado de algum modo contribuam para ajudar a fazer dos bastidores da literatura,

a boa inspiração para o fortalecimento das agendas locais que interessam de fato aos cidadãos.

I.4. O ponto de partida para a construção das cidades inteligentes

O Dicionário de Oxford aponta a palavra inteligência, este substantivo feminino como sendo: 1. Faculdade de conhecer, compreender e aprender; 2. Capacidade de compreender e resolver novos problemas e conflitos e de adaptar-se a novas situações.

Há muitos estudos sobre as Cidades Inteligentes, tema que entrou na pauta desde a década de 1980. Isto é, este meu livro não quer ser mais um a simplesmente “vender um modelo”. Pretendo conectar a temática, com os desafios do nosso tempo, em diálogo com as incríveis e avassaladoras transformações que redesenharam os governos e a sociedade no final do século passado, especialmente quando em 1989 o muro de Berlim é destruído, a URSS se dissolveu, e alguns mais apressados prematuramente se arriscaram em afirmar que “a história teria chegado ao final”.

Não existe uma maneira única de compreender temas profundos e complexos, e em relação às cidades inteligentes isto não é diferente. Quase sempre, o tema parte unicamente das perspectivas da melhoria da mobilidade urbana. Existe um fascínio por esta parte da história, e inúmeras revistas especializadas trabalham em função de um modelo onde se desenvolvem sensores, dispositivos e sistemas que amplificam esta faceta da inteligência das cidades. É como se,

a felicidade das pessoas estivesse unicamente relacionada com a fluidez do trânsito e outras melhorias pontuais. Desde o princípio quero deixar claro que, esta questão é importante, mas é insuficiente, talvez porque as primeiras definições de cidades inteligentes, ou as primeiras a ganhar proeminência, partiram da iniciativa privada, especialmente das empresas fornecedoras de tecnologias para hardware e software, dispositivos e sistemas que amplificam esta faceta da inteligência das cidades.

Na sequência desta construção inclusive, ganhou foco os serviços e as cidades que monitoram e integram todas as infraestruturas críticas (estradas, pontes, túneis, metrô, trens, aeroportos, portos, comunicação, água, energia e grandes edifícios), otimizando o uso de recursos, planejando manutenções preventivas e monitorando aspectos de segurança, para maximizar o desempenho dos serviços oferecidos aos cidadãos.

Em outros países como a Coreia do Sul a definição de cidade inteligente indica uma abordagem para aproveitar a digitalização, energia limpa e tecnologias para promover o crescimento econômico sustentável. No Japão, a definição é, aquela que se utiliza de várias tecnologias de última geração e de sistemas sociais avançados, integrados e utilizados, incluindo o uso eficiente de energia e transportes.

A Nova Agenda Urbana, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2017) ressalta as cidades inteligentes como, meio para impulsionar o crescimento econômico sustentável, permitindo que as cidades melhorem sua prestação de

serviços por meio da digitalização e uso de tecnologias e energias limpas.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, destaca as cidades inteligentes, como meio para aprimorar a eficiência dos serviços urbanos e a sustentabilidade, evidenciando o aspecto colaborativo ao envolver múltiplos atores sociais, na concepção das soluções para os problemas das cidades (OCDE, 2019).

Entre os conceitos relevantes do tema, considero muito importante destacar a construção da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes que estabelece: compromisso com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentável, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural que atuem de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovendo o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizem tecnologias para, solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.

Este processo foi finalizado depois de intensos debates, e em dezembro de 2020 se realizou o lançamento da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, documento escrito em um processo participativo e aberto com representantes do setor público, privado, academia, instituições de representação e sociedade civil organizada. A carta foi formulada com o objetivo de construir uma definição nacional para "Cidades Inteligentes", e cujo objetivo é

influenciar governantes e políticos, empresariado, formadores de opinião e organizações da sociedade civil no sentido de avançar a transformação das cidades brasileiras. (MDR, 2020)¹¹

A meta da Carta é alcançar um público abrangente através de mais de 160 recomendações apoiadas em 8 objetivos estratégicos, a saber:

Objetivo Estratégico 1: Integrar a transformação digital nas políticas, programas e ações de desenvolvimento urbano sustentável, respeitando as diversidades e considerando as desigualdades presentes nas cidades brasileiras;

Objetivo Estratégico 2: Prover acesso equitativo à internet de qualidade para todas as pessoas. (MDR, 2020)

Objetivo Estratégico 3: Estabelecer sistemas de governança de dados e de tecnologias, com transparência, segurança e privacidade;

Objetivo Estratégico 4: Adotar modelos inovadores e inclusivos de governança urbana e fortalecer o papel do poder público como gestor de impactos da transformação digital nas cidades;

Objetivo Estratégico 5: Fomentar o desenvolvimento econômico local no contexto da transformação digital;

Objetivo Estratégico 6: Estimular modelos e instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano sustentável no contexto da transformação digital;

¹¹ Os iniciadores e coordenadores do processo são o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, o Ministério das Comunicações e a agência alemã GIZ.

Objetivo Estratégico 7: Fomentar um movimento massivo e inovador de educação e comunicação públicas para maior engajamento da sociedade no processo de transformação digital e de desenvolvimento urbano sustentável;

Objetivo Estratégico 8: Construir meios para compreender e avaliar, de forma contínua e sistêmica, os impactos da transformação digital nas cidades.

O processo de construção da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes fortaleceu o processo de mobilização de diferentes atores, para responder questões centrais em relação aos detalhes que definem uma cidade inteligente. A existência de equipamentos urbanos conectados para gerar mais eficiência, serviços disruptivos de transporte e hospedagem, uma ampla rede a serviço de inclusão e garantidores de mais equidade certamente são elementos relevantes, mas, acima de tudo é preciso fazer um caminho onde a transformação digital seja sempre aliada e jamais empecilho para o desenvolvimento urbano sustentável. (WRIBRASIL, 2020)

A construção da Carta contribuiu para fortalecer a convicção que acredita que em meio a este debate, havia muito “smart” para pouco “cities” em um contexto em que as pessoas que são essenciais, por vezes, eram consideradas com menos essencialidade que a minha opinião sugere.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes é a matriz referencial, onde se apresentam as diretrizes para “a elaboração de políticas públicas, a implementação e o financiamento de projetos de cidades inteligentes pelos municípios, além de alimentar a Política Nacional de

Desenvolvimento Urbano”. Desta maneira, fortalece desafios que objetivam superar concepções rasas do termo suscitado, desde que entrou em cena. “Tem muita gente falando de cidades inteligentes sem entender do tema de cidades, e isso começa a capturar a discussão sobre desenvolvimento urbano de um jeito torto: permanecem nossas velhas questões, de desigualdade, provisão de infraestruturas básicas e outras questões da nossa formação urbana”. (WRIBRASIL, 2020)

Em outros lugares do planeta construções similares aconteceram de maneira bastante interessante e fortalecem a convicção que acreditamos.

Na Alemanha, uma carta construída com propósito semelhante à brasileira definiu a cidade inteligente como sendo: “agradável de se viver, diversa e aberta, participativa e inclusiva, eficiente, neutra em carbono, competitiva e próspera, aberta e inovadora, responsiva e sensitiva, segura e com liberdade”, como podemos perceber a indicação revela expectativas que superam a panaceia dos dispositivos tecnológicos, que tantas vezes e obcecadamente tem sido associado ao conceito. (WRIBRASIL, 2020)

Ou seja, trata-se de um processo público colaborativo que garante a oportunidade inclusive de se estabelecer consensos, o que considero elementar neste momento controverso da conjuntura nacional.

“Sabe-se que a transformação digital e as mudanças climáticas estão entre as megatendências que impactarão as cidades nas próximas décadas. Pactuar uma visão comum sobre cidades inteligentes no contexto brasileiro, é crucial

para o futuro de nossas cidades e para a articulação de políticas, programas, iniciativas e investimentos públicos que permitam às cidades navegarem neste mundo em transformação protegendo as parcelas mais vulneráveis da população”. (WRIBRASIL, 2020)

E sempre que possível as cidades inteligentes precisam garantir a melhor relação entre as novas tecnologias e a busca das soluções concretas para os antigos problemas das cidades brasileiras.

Cidades inteligentes, não são uma panaceia tecnológica composta por doses generosas de câmeras de segurança, veículos autônomos e geladeiras que vão às compras. A receita é mais complexa, e o Brasil não será o primeiro país a confrontar o conceito com desafios como, resiliência diante das mudanças climáticas, desigualdade de oportunidades e os riscos à privacidade, que decorrem da própria tecnologia na ausência de mecanismos de transparência e regulação. (WRIBRASIL, 2020)

A finalidade essencial desta Carta sugere, portanto, a possibilidade de garantir o apoio e a promoção de padrões de desenvolvimento urbano sustentável, levando em conta o contexto brasileiro de transformação digital nas cidades, deste modo assume o desafio de integrar as agendas do desenvolvimento urbano e da transformação digital, e mais, a integração deve se orientar pelas perspectivas da sustentabilidade ambiental, urbana, social, cultural, econômica, financeira e digital.

A Carta aponta a transformação digital para dentro do ambiente urbano, e amplia o que se entende por “cidades

inteligentes”, associando o termo não apenas às tecnologias da informação e comunicação. É essencial fazer conexão com os problemas concretos das cidades brasileiras buscando resolver as reais causas históricas desses problemas. É fato que precisamos conectar processos garantidores de um espaço urbano com mais eficiência e tecnologia, mas é elementar dar outros passos para que de fato os cidadãos estejam no centro da história das cidades e sejam protagonistas de seus destinos.

Ou seja, não conseguiremos avançar a perspectiva de cidades inteligentes sem que a cidadania esteja no centro do processo, e convenhamos, para além das ideologias, este é um manancial de elementos plurais e complexos que haveremos de enfrentar, para o qual, assumo o risco de apresentar e sustentar convicções desde o momento em que comecei a conceber este livro.

Gosto sempre de tomar as semelhanças entre uma cidade e a organização de um condomínio, para discutir esta questão, mesmo sabendo que se trata de um paralelo.

É fato que uma cidade, por mais simples que seja, acaba sendo sempre mais complexa que um condomínio, mas vale a pena pensar naquilo que é elementar na organização condominial. Em uma cidade partimos dos domicílios fiscais e tributários e os processos de territorialização são essenciais para a compreensão da diversidade existente em cada contexto e a gestão da cidade precisa partir deste ponto, pois todas as boas ideias, os projetos exitosos requerem orçamentos, o que não existe sem planejamento econômico e financeiro.

No condomínio, as coisas são parecidas, se não há recursos, ou se retiram serviços, ou todos irão pagar mais para que as coisas aconteçam. “Não existe de fato almoço de graça”. Tudo que acontece no condomínio é resultante do esforço e do financiamento coletivo.

E penso que vale a pena trazer à tona e comparar a questão da participação neste processo. Sem dúvida que, na grande maioria dos condomínios, não são todos que participam das reuniões e assembleias, mas convenhamos que, os percentuais são bem maiores do que aqueles verificados em relação às cidades, mesmo quando estas estimulam os processos participativos.

Pois bem, no condomínio as pessoas podem perceber com facilidade que, as decisões dizem respeito diretamente a seus interesses, é exatamente este esforço que acredito que precisa ser desenvolvido em relação às cidades.

Por melhor, mais generoso e concreto que seja um projeto para uma cidade, ele será muito melhor e mais exitoso se conseguir contar com a adesão e a participação das pessoas, eu acredito nesta questão.

Outro elemento que precisamos considerar nesta reflexão sobre o que marca o ponto de partida sobre as cidades inteligentes, diz respeito às maiores diferenças existentes entre, os moradores de uma cidade, e a organização de um condomínio, que se relaciona diretamente a quem paga as contas. Enquanto nos condomínios as frações são exatamente iguais para todos que possuem imóveis, o mesmo não acontece nas cidades. O que é grave em minha opinião, a realidade presente na maioria das cidades

brasileiras é evidente que, quem proporcionalmente mais paga impostos no nosso país são os moradores da classe “C”, o que convenhamos, é um tremendo absurdo e uma grande injustiça.

E mais, esta questão também diz respeito a uma grande hipocrisia existente na cena nacional, ou seja, a necessidade de uma reforma tributária e fiscal. Realmente, esta reforma precisaria ter acontecido, mas, há pelo menos três décadas acompanho um debate que, na hora de “amarrar o guizo no pescoço do gato” simplesmente as proposições são adiadas, perpetuando assim, o secular histórico de injustiças e desigualdades e concentração de renda na cena nacional.

Ainda em relação a esta questão, seguirei sendo proativo e persistente, seguirei junto com aqueles que anseiam fazer uma transformação capaz de garantir que os brasileiros e brasileiras que possuam rendimentos maiores e propriedades, paguem mais impostos, ao passo que aqueles que possuem menos paguem menos.

Aliás, tenho a plena convicção de que uma cidade inteligente é também um lugar capaz de ser o mais justo possível para seus moradores.

Neste tempo que estamos atravessando um forte processo de transformação exige-se uma plena adequação de desafios garantidores de um futuro sustentável para todos. É exatamente neste ambiente que, as cidades inteligentes não podem ser definidas apenas a partir de parâmetros como, eficiência energética e mobilidade.

As primeiras sementes do conceito de cidades inteligentes foram encontradas entre estudiosos na década de 1980 e os

exemplos da época tinham em mente realidades como as do Vale do Silício, ou então se debatiam exemplos de futuros centros urbanos com informações avançadas e complexos de fibra óptica, com “a adoção de tecnologias como Internet das Coisas, Wi-Fi, Big Data, Cloud Computing e Mobile Apps, suportadas por infraestruturas de fibra ótica, redes Móveis 4G/5G, data centers, e dispositivos adequados que permitirão responder aos desafios e à visão transformadora das zonas urbanas”. (ALÉM DA ENERGIA, 2021)

Mas para que a cidade inteligente seja sustentável é elementar a utilização das tecnologias para melhorar sua eficiência operacional, possibilitando o compartilhamento de informações e fornecimento de mais qualidade de serviço governamental e bem-estar para os cidadãos, do contrário faremos algo apenas “para inglês ver”, o que não deve ser o objetivo central deste processo.

As cidades inteligentes não podem ser apenas um conceito teórico ou um sonho empresarial para um futuro distante, do contrário, há muitos elementos deste processo que já começam a ganhar destaque na atualidade, e queremos fazer com que este processo seja cada vez mais contemporâneo e universalista.

I.5. O mundo urbano acentua as contradições em tempos de polarizações

A humanidade viverá cada vez mais nas regiões urbanas, diferente do passado, onde a maioria das pessoas estava nas

áreas rurais, é no meio urbano que a maioria tem escolhido para morar.

Na atualidade a população mundial está próxima de 8 bilhões de pessoas e estima-se que em trinta anos seremos mais de 10 bilhões, a maioria residindo em áreas urbanas o que exige uma reflexão bastante responsável sobre o futuro das cidades.

Há quem tenha emigrado de seus lugares de origem há décadas e cujo discurso reflete a máxima: “quando eu me aposentar voltarei para minha terra natal”, e este retorno quase sempre vai se tornando menos real e mais impossível. A evolução do processo de urbanização em nível mundial é bastante forte e se acentuou nos anos 2.000, quando o mundo passou a ter metade da sua população nas cidades. “Em 1975 o mundo tinha 37,2% de população urbana, e 48,3 em 2003, e da ordem de 55% em 2016”. As situações são profundamente desiguais, ainda pesam muito nestas estatísticas o fato da Índia e da China, que ainda possuem grande parte da sua população nas áreas rurais. “No Brasil, enquanto nos anos 1950 éramos predominantemente um país rural, em 2016 a população urbana atinge 85%”. O nosso país acentuou fortemente a sua urbanização, em que pese esta afirmação precisa ser observada com bom senso pois muitas cidades são pequenas, e constituem mais um aglomerado rural do que propriamente uma cidade. Mas se evidencia nacionalmente que mesmo nos municípios pequenos as decisões importantes são tomadas no núcleo urbano local. O país se constrói a partir dos núcleos urbanos

de seus 5.570 municípios que compõem o território. (DOWBOR, 2016)

Quando consideramos a realidade das regiões metropolitanas no Brasil consideramos ao mesmo tempo a urgência de construir uma agenda alinhada ao tema das cidades inteligentes de um lado e, de outro as complicações que estes aglomerados humanos estão inseridos.

Eu acredito que o desafio é grande, e há algumas dúvidas neste momento, pois a pandemia da COVID-19 trouxe inúmeros questionamentos, entre os quais a necessidade de um viver menos aglomerado. No entanto, dos questionamentos para a mudança de locais de moradia e trabalho, ainda há uma grande distância.

Enquanto não existem outras soluções mais robustas precisamos estar entre aqueles que não gastam seu tempo reclamando dos problemas e criticando a realidade, podemos fazer a nossa parte para que de alguma maneira possamos transformar as cidades e as regiões metropolitanas em espaços melhores para se viver.

Acredito também que no bojo deste processo é essencial a construção de uma solução que realmente aposte na mudança de hábitos dos indivíduos e que não importa o tamanho da cidade, uma aposta exitosa vai sempre se encaixar quando se pensa as diferentes questões relacionadas ao mundo urbano.

É preciso ficar claro que especialmente nas regiões metropolitanas não será possível imaginar apenas uma solução única para toda a complexidade, há que se combinarem uma série de iniciativas entre as quais o

conceito de cidade inteligente, por exemplo, que a longo prazo inclusive, vai fortalecer a possibilidade de carros autônomos, mas isto certamente não acontecerá em 100% das vias, a não ser que se transforme totalmente o funcionamento destas.

E precisamos evidenciar neste diálogo o quanto é contraditória e polarizada a contemporaneidade. Os países mais desenvolvidos têm a riqueza que sabemos, e também possuem amplas infraestruturas econômicas e sociais, além de um nível muito elevado da cultura técnica, que lhes permitem renovar fortemente a dinâmica produtiva na conjuntura atual, e em seus territórios vivem cerca de 1,2 bilhões de pessoas. E na outra ponta, o mundo em desenvolvimento em 2016 possuía cerca de 6 bilhões de habitantes, dos 7,2 bilhões totais do planeta. A população dos países ricos aumenta cerca de 7 milhões de habitantes por ano enquanto a dos países pobres, 70 milhões. (DOWBOR, 2016)

E nós seguimos tendo como o grande problema a questão da desigualdade. O Banco Mundial avalia em 4 bilhões o número de pessoas que “não têm acesso aos benefícios da globalização”, ou seja, estão fora, e uma análise direta indica que cerca de 1 bilhão de pessoas vivem em estado de miséria, abaixo de U\$1,25 por dia. Cerca de 800 milhões de pessoas vivem em estado de subnutrição. Cerca de 5 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem de fome anualmente e ainda segundo a UNESCO, os analfabetos ultrapassam 800 milhões, e o seu número aumenta cerca de 7 milhões por ano. (DOWBOR, 2016)

Infelizmente segundo as Nações Unidas, o ambiente mais profundo do contexto de desigualdade situa-se no Brasil, onde a renda per capita dos 10% mais ricos da população é 32 vezes a dos 40% mais pobres. (DOWBOR, 2016)

O Brasil é um país de tristes histórias de desigualdades, eu me lembro bem quando um grande amigo me falou há certo tempo o seguinte: “É fato, Luiz, que no Brasil infelizmente os cavalos do Jockey Clube são mais bem tratados que boa parte da população nacional”. O que poderia ser uma fala isolada é uma grande verdade. Ao longo da história, o nosso país guarda enorme situação de desigualdade que precisam ser de fato equacionadas, seja do ponto de vista do amor ao próximo, ou até mesmo para o fortalecimento dos mercados. As grandes desigualdades acentuam a violência e alimentam a desesperança de boa parte da população, especialmente da juventude que não vislumbra perspectivas para seu futuro que tantas vezes não consegue trabalho porque não tem experiência e não possui experiência porque não encontra trabalho.

Para que a economia se desenvolva plenamente é essencial a existência de um mercado forte e para que este mecanismo funcione é importante que muitos daqueles que se encontram totalmente marginalizados possam ser incluídos socialmente.

I.6. Uma maneira disruptiva de repensar as cidades

Não é de hoje que tenho debatido aspectos diretamente relacionados à questão das cidades inteligentes. Tenho

pensado há tempos em relação à organização das cidades, o que me fez escrever nos últimos anos textos e livros que, de alguma maneira dialogam com esta temática.

Em 2004, lancei junto com amigos “Sistemas de informação na Administração Pública” e, desde aquele momento, trabalhava elementos relacionados ao grande mundo das tecnologias da informação, da inclusão digital, do governo eletrônico e da gestão de conhecimento. Em seguida, no ano de 2006 publiquei “Inteligência Pública na era do conhecimento” seguindo a perspectiva, de um olhar mais crítico sobre os impactos dos tempos da globalização no setor público.

Na sequência, 2010 foi o ano em que lançaria com amigos “Desvendando o pregão eletrônico e-Gov”, e, neste momento, tenho certeza que esta obra contribuiu diretamente para esclarecer e avançar esta incrível modalidade de licitações para as compras públicas na era das tecnologias.

No ano de 2017, procurei juntar questões muito significativas, que estavam presentes no setor público sobre a obrigatoriedade de se fazer planejamento, quando foi lançado “Gestão Pública: Planejar, controlar e responsabilizar é a solução”.

Desta forma, quando apresento “Cidades Inteligentes em Perspectiva” o faço com a convicção de que, não é de hoje que a temática das tecnologias e suas relações com a sociedade têm chamado a minha atenção.

Para além dos livros mais elaborados, escrevi alguns artigos que dialogam com os conceitos e as referências aqui

sistematizadas. Em 2018, escrevi um artigo que está publicado em meu LinkedIn: “Tecnologia, inovação e o estado da arte do Futebol”. Desde sempre, acredito que a tecnologia nunca irá substituir totalmente o homem, mas ela, sem dúvida, nos ajuda diariamente a aumentar nossa assertividade, seja na hora de escolher o caminho para o trabalho, nos lembrar de um compromisso, ou seja, para saber se foi ou não pênalti durante uma partida de futebol. A interpretação humana sempre será necessária e, assim como a FIFA está fazendo, precisamos aprender a aplicar a tecnologia para reduzir os riscos de erro e para elevar a qualidade e a produtividade dos serviços que desenvolvemos.

“Vemos com o árbitro assistente de vídeo (ou VAR, na sigla em inglês) uma inovação simples: aplicar uma tecnologia que existe há décadas para ajudar em um esporte criado há mais de um século e meio. A base tecnológica do VAR não foi criada para ele, apenas aproveitada, transformada e adaptada para resolver – ou tentar colaborar para – as limitações de visão e interpretação de um árbitro durante uma jogada duvidosa”.

E a pergunta que sigo fazendo é a seguinte: Porque não usávamos esta e outras tecnologias antes?

Não tenho dúvidas de que, a resistência ao novo segue acontecendo em inúmeros casos, e a velha máxima “em time que está ganhando não se mexe”, faz com que as pessoas muitas vezes evitem a exposição a um novo risco, por receio de dar mais errado que certo. No entanto, um fato é certo, no futebol e na vida, se ninguém chuta ninguém faz gol.

Os softwares analisam o posicionamento de jogadores, e como uma equipe funciona, para que uma comissão técnica possa orientar os atletas em campo, extraíndo ao máximo as competências individuais de cada jogador para beneficiar todo time. Ao mesmo tempo, entende as estratégias dos adversários para explorar suas falhas durante uma partida. Isto é, o mundo da tecnologia existe para que possamos criar sistemas e processos, ferramentas que oportunizam todos a fazer aquilo que foi desenvolvido por um ou mais gênios.

Na atualidade precisamos dar um grande salto nestas reflexões. É necessário que possamos encontrar uma maneira disruptiva de repensar as cidades, saindo do lugar comum e avançando de maneira exponencial em um caminho moderno e inventivo.

Afinal de contas, apenas do modo como a sociedade está pensando as cidades, de uma maneira geral, tem sido insuficiente para que possamos enfrentar os desafios da atualidade.

Tomo como referência para esta questão, as opiniões de Clayton Christensen, professor da Universidade Harvard, que se inspirou no conceito de “destruição criativa” desenvolvido em 1939 por Joseph Schumpeter, economista austríaco, que procurava explicar os ciclos de negócios. O conceito inovação disruptiva apareceu pela primeira vez em 1995 e indica quando uma empresa lança uma tecnologia mais barata, acessível e eficiente, mirando margens de lucros menores e cria uma revolução que deixa obsoleto quem antes era líder de mercado. E Christensen, chama a atenção para o quanto este processo é diferente daquilo que se apelidou como

sendo “inovações sustentáveis”, à medida que não chegam a criar um novo mercado e as organizações seguem concorrendo com outras de forma mais tradicional. (NA PRÁTICA, 2022)

Quando nos recordamos da empresa HP (Hewlett-Packard Company) investindo em linhas de computadores PCs populares antes que a Lenovo o fizesse, fica evidente o tamanho desta expressão. Lembrando Christensen, que defende que, algumas das características da inovação disruptiva são: margens de lucros menores, mercados-alvo menores e produtos e serviços mais simples, que não parecem tão atrativos quanto às soluções existentes, quando comparados com métricas de performance tradicionais. Os exemplos estão por todos os segmentos: (NA PRÁTICA, 2022)

1. A Wikipédia, que atrapalhou a vida de milhares de vendedores de enciclopédia e serviços pagos de enciclopédias online;
2. O maior caminho de hospedagem do planeta, a Airbnb, que tira o sono de fortíssimas organizações da área de hotelaria;
3. Os serviços de transportes por aplicativos como, Uber, Easy e 99Taxis, que tomaram o lugar das empresas de radiotáxi, e ainda dos serviços autônomos de táxis;
4. A maneira arrasadora como a Netflix e outros streamings, que jogaram para a irrelevância, as videolocadoras que existiam em tantas esquinas do Brasil e do mundo, e que, inclusive, em um dado momento foram alvo da Blockbuster, uma gigante global;

5. E, sem que nos esqueçamos do Google, que fez milhões de pessoas esquecerem que precisavam das pesadas listas telefônicas.

Há outros exemplos que são partes de um momento em que, de maneira disruptiva os negócios são redefinidos e redesenhados pelas empresas em conexão direta com os interesses dos consumidores que, ao fim, são os mais interessados em custos menores e qualidades cada vez maiores.

Esta inovação disruptiva se evidencia fortemente quando a empresa traz consigo, uma mudança radical na relação entre pessoas que gostariam de se deslocar, e outras que detinham um veículo ocioso e estavam dispostas a transportar as primeiras e ao ser lançada, a empresa de aplicativo de veículos vislumbrou uma oportunidade econômica ao facilitar a relação entre passageiros potenciais, e motoristas, tendo por base o crescimento exponencial de smartphones, que dava a ambas as partes, conectividade e georreferenciamento. E também por meio da plataforma digital do aplicativo, essa transação ocorre de forma direta, rápida, e segura, seja no que se refere ao valor e pagamento da viagem, seja, quanto à qualidade e confiabilidade para passageiros e motoristas. O resultado imediato deste tipo de inovação foi a redução da assimetria de informação entre as partes e, portanto, maior segurança e confiança para realizar a transação. (INSPER, 2018)

Nas palavras de Vinícius Marques de Carvalho, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão de defesa da concorrência brasileira, em matéria do Jornal

Folha de São Paulo de 12 de julho de 2015: “O serviço de táxi é caracterizado por assimetrias de informação e quando alguém chama o táxi, você não sabe o estado do veículo, o preço final que irá pagar pela corrida e a confiabilidade do condutor”. (INSPER, 2018)

Ou seja, a questão que está cada vez mais forte em diferentes segmentos da economia e do mercado, precisa ser pensada também do ponto de vista das cidades inteligentes que devem ser cada vez mais disruptivas.

A sociedade da era digital, que marca o novo paradigma da atual sociedade, o uso crescente das tecnologias da informação e comunicação, TIC, impulsiona cada vez mais as inovações disruptivas como parte da solução às complexas questões que envolvem a dinâmica do desenvolvimento das cidades, o que exige uma gestão urbana eficiente, impulsionado pela expansão da linguagem digital que gera, armazena, recupera, processa e transmite informação, criando ciclos cumulativos entre, inovação e uso. Assim, a governança das cidades inteligentes, precisa ser qualificada o suficiente para enfrentar de forma criativa, os desafios urbanos. (OLIVEIRA, 2019)

E neste contexto, inclusive, é necessário reconhecer o valor público dos processos disruptivos, ou seja, o quanto as cidades se apropriam deste universo de tantas transformações.

É relevante o valor público da aplicação de inovações disruptivas nas cidades, como exemplo, a aplicação de crowdsourcing, ou, outros modelos de organização econômica que, em conjunto com sistemas de informação

geográficas, contribuem diretamente para efetivar geogovernança em cidades inteligentes. Deste modo, as cidades do século 21, não se conectam somente através das malhas rodoviárias, mas, pelas redes de dados. As tecnologias da informação e comunicação, as chamadas TIC, também impactam nas transformações urbanas, sendo fundamental repensar as formas da gestão de cidades quanto, aos sistemas de transporte, recursos hídricos, resíduos, energia e ambiente natural, lidando de forma sustentável com as questões do crescimento e demanda desses recursos. (OLIVEIRA, 2019)

As tecnologias, de fato podem contribuir diretamente para a ampliação e a melhoria dos serviços urbanos.

Diga-se mais, a “evolução dos governos abertos são, a nova tendência que rompe a noção tradicional de gestão pública, fazendo com que os governos locais estabeleçam como prioridade, o governo eletrônico, que pelo uso das TIC viabilizam melhorias na participação política, na implementação das políticas públicas, ou no fornecimento dos serviços do setor público”. (OLIVEIRA, 2019)

E uma questão que temos conversado bastante com os gestores públicos, diz respeito à perspectiva de que, a cidade inteligente precisa de um governo e uma governança mais inteligente, relacionada às estratégias que permitem estruturas governamentais mais ágeis e inovadoras. Neste sentido, a governança inteligente deve apostar na reinvenção do governo referenciado em um modelo mais participativo, transparente, democrático e responsivo.

I.7. Novas governabilidades e o fortalecimento do poder local

É certo que, uma série de questões que impactam diretamente a vida das pessoas e que não encontram soluções apenas individuais, e, entre estes dilemas há problemas que dificilmente serão enfrentados nos territórios locais, seja, a crise financeira e climática, entre outros, que são de origem global e exigem a criação de uma agenda planetária com instituições políticas mais amplas, eficazes e dotadas de recursos que lhes permitam enfrentá-los. (REDAÇÃO, 2008)

Por mais boa vontade que se tenha, há questões que de fato, apenas serão resolvidas do ponto de vista macro.

“Todos os perigos essenciais se tornaram perigos mundiais, a situação de cada nação, de cada etnia, de cada religião, de cada classe, de cada indivíduo em particular é também o resultado e a origem da situação da humanidade. O ponto decisivo é que, de agora em diante, a principal tarefa é a preocupação pelo todo. Não se trata de uma opção, mas da própria condição. Ninguém jamais o previu, desejou ou escolheu, mas brotou das decisões, da soma de suas consequências, e se tornou condição humana”. (REDAÇÃO, 2008)

As globalizações, no plural, sugerem a rigor na atualidade, uma série de questões que precisam ser enfrentadas, especialmente no que diz respeito à complexa pauta relacionada às questões do clima.

A “interdependência planetária” aponta que, os problemas mais assustadores que nos atormentam indicam uma sensação de insegurança e incerteza, em relação a tudo o que

nos circunda, trata-se em boa medida de uma sociedade de risco, ou seja, vivemos em um mundo fora de controle, e não há nada certo além da incerteza. O que contribui diretamente para que nossas decisões civilizacionais impliquem diretamente em perigos globais, o que contradiz certa linguagem institucionalizada da existência de controle. E nesta era do risco, onde as grandes ameaças com que nos confrontamos, resultem como decorrência da própria modernização e do progresso. (REDAÇÃO, 2008)

Seguindo esta reflexão, precisamos compreender claramente qual é o lugar das cidades, da governabilidade e do poder, estas, que são as três questões que estão cada vez mais próximas, quando pensamos a realidade contemporânea.

Para não haver dúvidas, é preciso aprofundar neste momento uma questão elementar, qual seja a relação existente entre, uma governança mediada por tecnologias e uma ampla participação cidadã.

Com este fim, acredito fortemente que a potencialização das forças locais e regionais, possam consolidar um modelo de desenvolvimento garantidor de um sentido de que, os rumos da economia e da sociedade são resultantes da combinação de ações individuais e coletivas, o que contribuirá diretamente para o fortalecimento de uma nova governabilidade.

Particularmente nos países em desenvolvimento, a questão se reveste de maior importância, na medida em que, o fortalecimento do poder local permite criar ambientes mais equilibrados e mais democráticos frente ao poder, absurdamente centralizado existente em relação às grandes

oligarquias nacionais e transnacionais. Sabemos que, o poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, mas é sim condição necessária, é o ponto inicial da valorização dos processos democráticos. (DOWBOR, 2016)

E para que as políticas públicas sejam de fato exitosas em todas as dimensões, e garantam um nível melhor e mais adequado de resultados, é elementar a valorização dos espaços locais de poder. Isto acontece porque, os sujeitos sociais que conformam o “poder local” criam a síntese capaz de fortalecer os indicadores e a posição geográfica estratégica que valorize de fato as vocações regionais mais pertinentes.

Uma cidade inteligente pressupõe uma forte assertividade em relação à sua vocação, o que obrigatoriamente, nos sugere trabalhar as diferentes cadeias produtivas presentes na economia local e suas interfaces. Em relação a esta questão, há muito que se aprofundar. As cadeias produtivas, que no passado estavam relacionadas quase que exclusivamente à área industrial, hoje são bastante diversificadas.

Neste tempo em que convivemos com tantas incertezas na sociedade, na economia e nas relações sociais, onde, a flexibilização dá lugar à rigidez das antigas regras do fordismo, as contradições corroem inúmeras expectativas.

Devemos trabalhar para fortalecer compromissos locais e também para que sejam valorizadas as escolhas realizadas por uma relação cada vez mais transparente entre, governo e sociedade, para que na sequência, estas possam ser fortalecidas em função da boa e inovadora gestão pública.

Na Eicon, esta é uma questão importante, especialmente por conta do trabalho desenvolvido pelas soluções notabilizadas pelo GDE, que desenvolve uma série de questões focadas no ecossistema tributário, e garante os justos repasses do ICMS em função do Índice de Participação do Município com uma gestão correta do valor adicionado.

A construção do conhecimento econômico detalhado da cidade, tem se notabilizado como uma ferramenta extraordinária desde os tempos em que criamos o GissOnline, sendo que a construção da vocação local e regional, passa pelas oportunidades que uma localidade consegue potencializar em relação aos elementos que constituem sua expertise. É incrível como às vezes observamos situações em que a agenda proposta para os caminhos do desenvolvimento local, não possuem adesão em relação ao aproveitamento de oportunidades inexploradas.

Ou seja, em cada região os líderes econômicos, políticos e sociais, precisam alinhar os interesses individuais com as perspectivas mais gerais da sociedade, materializando um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável, e para tanto é elementar a escolha dos melhores caminhos.

Desse modo, antes de iniciar um plano de ação é preciso saber exatamente qual a situação em que se encontra a cidade, e quais são os seus maiores problemas e potencialidades. O planejamento é decisivo para que seja possível orientar o caminho. Planejamento é uma aposta necessária para construir um futuro melhor para a cidade, aonde vamos mediando as diferentes vertentes da

globalização e procurando agir referenciados, com as especificidades de cada realidade local para que possamos interagir inclusive, com as possibilidades de contribuir com estudos relacionados aos padrões de consumo que felizmente podem passar a ser cada vez mais conscientes.

E é bom que se diga que o fenômeno da globalização no momento anterior sugeria a existência de um caminho único, onde os consumidores eram estimulados quase que sem perceber a acreditar que para ter bons produtos ou serviços, era preciso buscar tudo de muito longe e quase sempre, fora do seu próprio país, a picanha argentina, o café colombiano, o vinho italiano, a pimenta da Índia, a jaqueta dos EUA, tudo para se alcançar um padrão de consumo ou status, que refletisse os anseios próprios do comportamento humano. (CUNHA, 2020)

“As grandes marcas e grifes, em sua maioria procuram produzir apenas onde conseguem ter mão de obra mais barata. Quem nunca comprou um tênis, ou vestuário, e observou a inscrição da etiqueta de algum país distante ou pouco desenvolvido? Nada contra o país, mas contra o modelo de negócio baseado apenas no lucro e no padrão de consumo que são impostos”. (CUNHA, 2020)

O nosso desafio hoje é compreender o planeta também com seus pequenos fluxos de vida locais que valorizam os produtores da região e certamente reconhecem o que é elementar, na medida em que a nossa cidade vai bem, o planeta poderá seguir melhor.

E aos poucos vai se fortalecendo a expressão “pensar global e agir local” como parte daquilo que acredito que se relaciona

diretamente com valores da sustentabilidade e da solidariedade. Digo isto porque em boa medida trata-se de um olhar que propõe uma ação mais responsável de empresas e consumidores conectados em relação ao planeta e que valorizam o seu bairro e sua cidade. Na Europa este tipo de atitude originou o movimento “Consumo Quilômetro Zero” que incentiva as compras de produtores locais, fazendo nascer novas redes de consumo de serviços e produtos. E com essa energia é plenamente possível valorizar uma proposta que cria vínculos locais entre produtores, comerciantes e consumidores, a fim de minimizar os impactos ambientais necessários no transporte de bens. (CUNHA, 2020)

E também esta perspectiva nos remete aos momentos mais fortes dos tempos da pandemia da Covid-19 que reiteraram questões elementares, entre as quais, que o viver em sociedade exige um “cuidar do outro” e que precisamos pensar maneiras objetivas sobre as novas formas de organizar a vida, a economia e a sociedade, o trabalho remoto, o home-office e outras invenções se fortaleceram na dureza dos momentos de uma doença implacável e da necessidade de repensar os nossos tempos, o que me fez lembrar Freud, segundo o qual, “as revoluções acontecem nos becos”. (CUNHA, 2020)

Uma nova governabilidade se inicia, quando acreditamos na possibilidade da valorização da agenda local, que emerge fortemente da força empreendedora do poder local.

Na Eicon, as nossas diversas soluções contribuem de maneira bastante objetiva para evidenciar o valor da compreensão

detalhada de cada aspecto de uma realidade repleta de informações, muitas vezes desconhecida por sujeitos que, no mínimo precisariam estar mais atentos.

I.8. Os elementos referenciais de cidades inteligentes

Depois do que já avançamos neste livro, creio que podemos começar a decifrar alguns elementos referenciais. É lógico que não se trata de algo pronto e acabado, mas de elementos sínteses que nos ajudarão a desenvolver eventuais modelos mais afinados.

Eu compreendo que a cidade inteligente é um conjunto de soluções e dispositivos que ajudam a melhorar a qualidade de vida e também o aproveitamento dos recursos. É um ambiente, onde se proporciona para todos os seus habitantes a maior melhoria possível do conjunto dos serviços públicos. E para que isto aconteça na prática, todos os serviços, tudo aquilo que o indivíduo utiliza do poder público no seu dia a dia, deve ser acessado com a maior facilidade possível.

E neste momento, em que estamos começando a experimentar as tecnologias 5G, esta ferramenta pode facilitar bastante às ações relacionadas com os ambientes da cidade inteligente. Fala-se muito que o 5G vai proporcionar, por exemplo, carros autônomos e a multiplicação de equipamentos diversos nas casas das pessoas, o que provavelmente vai ampliar o sentido de autonomia.

Logo, este pode ser de fato, mais um elemento para ajudar a pensar a cidade inteligente na medida em que esta

tecnologia pode impactar cada vez mais a vida como um todo no cotidiano. Creio que haverá uma série de pontos de encontro capazes de criar uma nova cidade dentro da cidade que já existe, e a cidade inteligente proporcionará o viver em um ambiente mais saudável em todas as áreas. Na segurança, aliás, é incrível a série de tecnologias desenvolvidas para que você tenha câmeras, e que existam softwares capazes de combinar os sentidos, para que a cidade tenha outra lógica de funcionamento e desta maneira você esteja mais seguro em ambientes com menos violência e menos riscos para as pessoas.

Uma coisa é fato. Todas estas conexões não serão reais se, não houver pessoas competentes capazes de desenvolver, monitorar, atualizar soluções, e, mais uma vez estamos falando de gente, pois não existe cidade inteligente sem gente.

Diante desta premissa, nós sempre destacamos o quanto é importante a questão do espaço público de verdade, a coisa pública que proporciona não só os serviços, mas também um ambiente público mais adequado. Falando sobre o que é público de verdade, considero necessário trazer a feliz ideia de criar uma cidade dentro da cidade que já existe, aliás, isto me faz lembrar novamente do texto que já citei “Cidades Invisíveis” do escritor Ítalo Calvino, que em algum momento nos apresenta lindamente a imagem da cidade que é configurada, quando o viajante se aproxima de um porto e há o reflexo da cidade na água do rio.

Em cada exemplo de “cidades inteligentes” que se apresenta pelo mundo, ressaltam-se sempre alguns aspectos

considerados os mais importantes, eu gosto de partir da ideia de que as cidades inteligentes materializam um mosaico fascinante.

Mosaico é uma técnica artística, onde pequenas peças de azulejo, pastilhas de vidro, pedra, plástico ou de outros materiais formam um determinado desenho que tem o objetivo de preencher um plano, em geral piso ou parede.¹² Em Portugal e em outras partes do mundo, destacam-se os mosaicos das ruínas e, no Brasil da atualidade, lembro-me do mosaico do calçadão de Copacabana.

É em meio a esta ideia de justapor soluções, que tenho estudado o conceito e apresentado alternativas tecnológicas que de fato poderão contribuir para o desenvolvimento de cidades inteligentes que sejam lugares cada vez melhores para todos os cidadãos e cidadãs.

E quando no trabalho cotidiano apresentamos uma nova solução, a vida ganha sempre o prazer de um fascínio pessoal. Tenho um orgulho gigante em cada conversa quando um gestor público chega e fala: “Luiz, a solução apresentada pela Eicon se encaixou perfeitamente no contexto da minha cidade.”

Para seguir construindo soluções melhores, atualizadas e mais sofisticadas, que este livro certamente vai ter um papel relevante, pois com a sua apresentação, estou me propondo

¹² É uma modalidade de arte que nos remete à antiguidade e que na atualidade ressurgiu despertando interesse, sendo cada vez mais utilizado, artisticamente, na decoração de ambientes interiores e exteriores.

a abrir e debater o tema das cidades inteligentes sobre seus diferentes aspectos. Na atualidade, estamos diante de novos referenciais econômicos, sociais e políticos, especialmente depois que o mundo experimentou o forte processo de transição quando das crises dos países socialistas desde o final dos anos de 1990. Foram décadas em que a “Guerra fria” sugeria a existência de dois lados opostos em permanente situação de conflito, e cujas escolhas, eram sempre antagonizadas quando se considerava o papel do Estado e suas relações com a economia. Havia aqueles que defendiam que a “mão invisível” equilibraria as relações por meio do mercado e, no outro extremo, aqueles que defendiam uma forte intervenção estatal como meio de planejar os resultados econômicos e sociais.

A forte crise do Estado, a emergência dos processos de globalização e o avanço da internet e das tecnologias de comunicação gerou um novo ambiente, em que se faz necessário novo referencial para a economia, e para as suas relações com o Estado e a sociedade.

Recordo de meus estudos de História, que também apontam o quanto foram deveras impactantes quando, em Manchester no ano de 1760, aconteceu a Revolução Industrial. Poucos se davam conta de que, para além da substituição dos padrões de produção de energia, o que contribuiu diretamente para uma extraordinária elevação da produção e que foi absolutamente essencial para aquela transformação, foram as mudanças das relações sociais. O trabalho assalariado entra em cena, substituindo o artesão do momento anterior, e, não se tratando apenas de uma

mudança de nomenclatura, aquele era o início do processo de novas relações de trabalho.

Pois bem, na atualidade, quando acompanhamos a velocidade com que as tecnologias transformam a vida, percebemos o quanto esta pode colocar o cidadão no centro das decisões. Esta nova revolução tecnológica tem oportunizado de fato o surgimento de outro ambiente social e político, o que acredito, precisa ser cada vez mais valorizado.

O fortalecimento da internet, a ampliação do seu alcance e a sofisticação cada vez maior dos aparelhos de telefone, que são largamente utilizados para acessar informações de toda ordem, e especialmente, para se estabelecer contatos por meio das redes sociais, colocam a questão tecnológica como elemento central nos processos de inovação que a humanidade está atravessando.

E não podemos ter dúvidas de que esta questão precisa ser considerada para além de sua natureza econômica, mas, trata-se de uma verdadeira revolução social que contribui diretamente para a ampliação cada vez maior dos cidadãos em relação às decisões na contemporaneidade.

No caso das empresas, o processo de valorização da participação e da opinião do consumidor tem substituído os antigos serviços de SAC – Serviços de Atendimento de Consumidores, que deixam de existir e oferecem lugar para relações muito mais diretas e dinâmicas entre os sujeitos sociais. Em relação ao governo, a existência de ferramentas dinâmicas e complexas, criam ambientes de canal direto de diálogo, o que era inimaginável até bem pouco tempo atrás.

Há um exemplo em meio a estas transformações que tenho acompanhado que iniciou a partir da Smart Street Initiative, experiência desenvolvida em South Bend, cidade americana, que tratei alguns aspectos em momento anterior. Esta história partiu de um plano que tem mais de 20 anos, para que, em seguida, pudesse se tornar a cidade mais segura para pedestres, ciclistas e motoristas do planeta. Começou a sair do papel em 2013, com a conversão de ruas de mão única, em ruas de mão dupla, para levar mais negócios e criar rotas de viagens mais curtas reduzindo o excesso de velocidade. Desde 2012, havia um reconhecimento em relação ao esforço desenvolvido pela cidade, quando a área de Finanças Pessoais da Kiplinger classificou South Bend em oitavo lugar entre as "Dez Melhores Cidades para Cheapskates"; também a classificou entre os 40 mercados imobiliários mais quentes para negócios, segundo a revista Expansion Management, e o Smart+ Connected Communities Institute, destacou o lugar como uma das dez principais cidades do mundo que está se reinventando por meio da tecnologia. (MACEDO, 2014)

Com o desenvolvimento do Plano da Cidade de 2006, aconteceu uma abrangente iniciativa onde, os cidadãos disseram, por exemplo, que o incentivo ao uso de bicicletas era essencial como forma de transporte alternativo e marcaria uma das principais prioridades locais. Em 2010, South Bend se torna uma das 303 comunidades nos Estados Unidos reconhecida como uma "Comunidade Bike-Friendly" pela Liga dos Ciclistas Americanos, devido a "compromissos

notáveis da cidade para andar de bicicleta”.¹³ (MACEDO, 2014)

Em relação à realidade nacional, uma visão detalhada das cidades inteligentes foi examinada por meio de um amplo estudo que avaliou 75 indicadores em 680 municípios de todo o País e cujos indicadores avaliados podem subsidiar políticas públicas em diversas áreas. Existe inclusive, um Ranking “Connected Smart Cities 2022” que está em sua oitava edição. Para definir as cidades com maior potencial de desenvolvimento do Brasil, o ranking é composto por diversos eixos temáticos, a saber: Mobilidade, Urbanismo, Meio Ambiente, Tecnologia e Inovação, Economia, Educação, Saúde, Segurança, Empreendedorismo, Governança e Energia. (SARAGIOTTO, 2022)

Quando falamos de rankings, listamos sempre espaços de correlação entre cidades e indicadores, que o tempo todo nos desafia a pensar os caminhos necessários para se fortalecer o desenvolvimento das cidades.

Este ano, Curitiba assumiu a liderança na classificação geral nacional desbancando São Paulo, que ocupou a posição nas duas últimas edições. Por sua vez, Florianópolis ficou em segundo lugar, seguida de São Paulo em terceiro lugar. Curitiba figura como a cidade mais inteligente do Brasil, especialmente, por conta do eixo temático de

¹³ A cidade desenvolveu um longo plano para construir uma rede de 116 milhas de South Bend Bikeway. No final de 2014, 66,8 milhas de ciclovias foram estabelecidas: 17,4 milhas de vias polivalentes separadas das ruas; 17,0 milhas de ciclovias listradas e 32,4 outras vias designadas na rua.

Empreendedorismo que levou a cidade a conquistar a primeira posição, além da segunda em Tecnologia e Inovação. A cidade que consegue abrir uma empresa em seis horas, que gera empregos mais rapidamente, é sustentável, humana e inteligente, de fato merece liderar o ranking nacional. (SARAGIOTTO, 2022)

Curitiba de fato é uma cidade que, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, materializam importantes indicadores de inteligência de cidades em nosso país.

Há outro ranking, este apresentado pelo IESE Cities in Motion Index, que em 2019 estava em sua sexta edição e segue sendo desenvolvido pelo Centro de Globalização e Estratégia do Instituto de Estudos Superiores da IESE. Este ranking levantou 174 cidades e foram analisados 96 indicadores, os quais refletem por meio de dados, uma visão abrangente das cidades, classificando-as em nove dimensões, sendo elas: capital humano, coesão social, desenvolvimento econômico, meio ambiente, governança, planejamento urbano, alcance internacional, tecnologia, mobilidade e transporte. (IESE, 2020)

Considerando algumas dimensões, destacamos as cidades que ficaram com a primeira posição em cada dimensão:

Capital humano, cuja liderança ficou para Londres, Reino Unido, traduz a dimensão que inclui a capacidade da cidade em atrair e reter talentos, por meio da melhoria da educação e promoção da criatividade e a pesquisa; dentre os indicadores analisados estão: museus e galerias, teatros, escolas, universidades, escolas de negócios, escolas de ensino superior, movimento de estudantes, despesas com

lazer e recreação. A cidade de Londres ocupa a primeira posição geral do ranking, sendo considerada a cidade mais inteligente de todas as cidades. (IESE, 2020)

Sempre que, do ponto de vista global, alguém pensa em uma cidade inovadora e inteligente, aponta Londres como referência.

Cada dimensão destaca uma cidade diferente, Economia – Nova York, Estados Unidos; Coesão Social – Zurique, Suíça; Governança – Berna, Suíça; Meio Ambiente – Reykjavík, Islândia; Mobilidade e Transporte – Shanghai, China; Planejamento Urbano – Toronto, Canadá. (IESE, 2020)

Este, e outros tantos exemplos espalhados pelo mundo, nos ajudam a avaliar resultados e escolher caminhos. Não adianta simplesmente estudar aquilo que foi desenvolvido e querer de maneira automática implantar em outras cidades. Estas experiências nos ajudam a levantar de fato o que são elementos referenciais na prática.

Desta maneira, quando estamos procurando apontar e construir estes elementos, sabemos que é necessário ter algum tipo de padronização, que é elementar à construção de fluxos para diferentes processos e também conseguir sistematizar aquilo que pretendemos desenvolver de uma maneira mais geral.

É exatamente por isso que, no cotidiano ao mesmo tempo em que trabalhamos para automatizar processos, sabemos como são importantes à criação de sistemas de alertas que precisam ser desenvolvidos para que uma gestão inteligente das cidades seja o mais completa possível. Sem sistemas de

alertas que se retroalimentam, as coisas podem não chegar aos pontos elementares.

A grande maioria das coisas que fazemos, possuem processos bem definidos e estruturados, e mesmo com tantas variáveis e incertezas no curso das ações, sabemos que esta questão não pode ser estigmatizada, mas, ao mesmo tempo temos toda a convicção que, não queremos jamais repetir processos estanques e engessados. Trata-se, portanto, de encontrar a medida inteligente de se fazer as coisas, ajudando o cidadão a tomar as melhores decisões para que as escolhas sejam sempre as mais acertadas possíveis.

I.9. Para além da relevante questão da mobilidade urbana

Já afirmei, e reitero algo que é central em minha opinião sobre as cidades inteligentes. É evidente que precisamos ir muito além da questão da mobilidade se queremos de fato buscar esta construção.

Tratar apenas da mobilidade neste contexto é semelhante à ideia de que, quem apanha uma porção de água na mão, esquece de que há todo um oceano a ser considerado, ou ainda, diante de uma grande árvore que lhe tapa a visão, esquece de considerar a existência de uma densa floresta.

Digo que a perspectiva de Smart Cities é um balizador de cidade inteligente, não é o único, é uma parte de uma múltipla relação que precisamos compreender.

Acredito que as Smart Cities não são o fim, não são tudo, e possivelmente sejam o começo de um processo de

transformação muito mais amplo e que muitas vezes nos ajude a começar a organizar a base necessária para que, a outra cidade inteligente aconteça com mais desenvoltura.

Marshall Bertram nos ensinou que “Tudo o que é sólido se desmancha no ar” e, especialmente nos tempos da modernidade líquida, tudo o que aparentemente é separado, interage o tempo todo e precisa ser compreendido com suas ambivalências. É em meio ao manancial de diferentes olhares que compreendemos e valorizamos as contribuições parciais apresentadas pelos conceitos das Smart Cities.

Reconhecemos que há quem apresente a ideia em meio a certo tom de modismo, o que compreendemos, como sendo parte da naturalidade de tempos em que as complexidades humanas são desafiadoras, e sabemos que não será necessariamente de nossa justa medida a construção pronta e acabada do conceito “Cidade Inteligente”, mas, estamos fazendo a nossa parte desde aquilo em que acreditamos.

Estas considerações indicam a necessidade de aprofundar o conceito de cidade inteligente, respeitando as diferentes opiniões e reconhecendo os papéis que podem ter cada um dos sujeitos sociais neste processo.

Ao longo dos últimos anos o debate em torno das cidades inteligentes tem crescido fortemente e felizmente, tem sido cada vez mais considerada uma questão relevante, quando o assunto é desenvolvimento urbano no Brasil e no mundo. Desta forma, o conceito que estamos aprofundando se transformou em uma boa oportunidade para avançar a perspectiva de sustentabilidade, criatividade, competitividade e qualidade de vida.

Em relação aos gestores públicos, o conceito tem apresentado grandes desafios na medida em que sugere que, as cidades sejam cada vez mais inovadoras e sistêmicas, garantindo a mais plena integração dos diferentes sujeitos. Para que este processo se desenvolva, é elementar a combinação de investimentos em inovação em todos os setores. Isto é, precisa ficar claro que, a questão tecnológica é central, ao mesmo tempo em que insuficiente, sedo elementar repensar a gestão e o planejamento que necessitam ser cada vez mais estratégicos. Deste modo, aponto neste momento, duas questões que precisamos dialogar para aprofundar o conceito:

Primeiro, existe uma insuficiência em relação ao que se convencionou chamar de Smart City. As Smart Cities são uma parte importante daquilo que aprendemos a chamar de “Cidade Inteligente”, e também é possível falar de cidades inteligentes ou basta considerar as pessoas inteligentes, pois são estas que fazem as cidades inteligentes.

Para que possamos avançar em relação a estas questões, precisamos reconhecer que os portais e as plataformas não podem seguir um caminho único nas diferentes cidades. Há situações que acompanhamos bem de perto, onde esta organização acontece por Secretarias, e há uma grande multiplicidade de nomenclaturas em relação a estas organizações. Há outras onde os serviços finais são considerados como centrais, ou seja, de alguma maneira, ainda não está confirmado o modo de apresentação que possa ser o mais universal possível em relação aos portais, que convenhamos, são elementares neste momento.

Acredito e aposto que este sentido de universalidade no processo de apresentação precisa ser mais desenvolvido, ao mesmo tempo em que possamos avançar na construção de uma metodologia, que seja capaz de reconhecer as especificidades de cada uma das cidades.

Para que isto possa começar a acontecer, a gestão pública precisa encarar as cidades como um espaço de prestação de serviços onde o cidadão deixou de ser um mero coadjuvante. Na cena pública atual, há que se fortalecerem os sentidos de uma cidadania que valoriza o protagonismo das pessoas.

Afinal de contas, é fato público e evidente, que a humanidade vivencia a era dos serviços, especialmente baseado em tecnologias.

Diferente do passado onde a agricultura era o ambiente que mais agregava valor e distante dos tempos onde a indústria movia o coração e a mente das pessoas, na atualidade, o que transforma a realidade são os serviços. Neste ambiente não há uma única padronização. Estamos em uma época em que tudo é desenvolvido “sob encomenda”.

E para que isto aconteça com a maior eficiência possível, é essencial a existência de dados. Entendo que, em termos de relação com as tecnologias temos hoje uma série de dispositivos que nos permitem considerar esta questão em um sentido mais amplo, na medida em que, permitem desde o rastreamento, o monitoramento do trânsito, ou da criminalidade, passando inclusive para a questão detalhada do uso dos recursos em cada segmento. Por exemplo, a lotação de uma determinada UBS (Unidade Básica da Saúde) ou, outros locais municipais de atendimento à população

que, obrigatoriamente podem resultar da coleta de dados. Estes, quando coletados adequadamente e processados por soluções ajudam nas estatísticas e no conhecimento da população atendida. Certamente precisam fazer parte do desenho tecnológico desenvolvido.

Quando existe todo um conjunto de informação consolidada, centralizada e atualizada, é possível ter tudo muito mais confiável, o que ajuda diretamente na consolidação de caminhos onde, o estabelecimento das políticas públicas permite saber, confirmar, ou não, os caminhos possíveis para se atuar e como melhorar a relação dos administradores e dos gestores públicos.

Quando tento resumir o conceito de cidade inteligente, considero como questão central: uma cidade desburocratizada, que oportuniza canais diretos para o acesso dos serviços disponíveis e que valoriza o sentido de cidadania. Se eu escolher uma palavra que a defina como sendo a mais importante, eu diria, a qualidade de vida. A cidade inteligente é aquela que vai proporcionar uma convivência mais adequada, uma qualidade de vida maior dentro do que se entende realmente por tranquilidade e bem viver.

A segurança é uma dessas qualidades, este é um ponto importante, nesta questão é preciso atentar para o valor de “estar seguro”, o que sugere muito mais do que policiamento e câmeras. Estas questões fazem parte deste sentido maior e mais relevante.

Um lugar que vai proporcionar espaços de convivência mais adequados, que garanta serviços ágeis, em que o cidadão não precise gastar o tempo que desperdiça hoje.

Há quem em meio a este debate, procure agregar adjetivos para que de alguma maneira o conceito de cidade inteligente fique mais potente. Eu acredito que isto não é necessário, cidade inteligente, é um conceito suficientemente claro e resume bem o rumo dessa cidade.

Há quem diga que na verdade o correto deveria ser a utilização do termo cidades “mais” inteligentes, pois não existem cidades “burras”, e sim, cidades que apresentam trabalho contínuo para a melhoria da vida urbana. Deste modo, as cidades mais inteligentes apresentam três fatores essenciais. O primeiro é a sensorização do ambiente, capaz de gerar uma percepção da metrópole por meio de diversos parâmetros, e esses valores geram uma inundação de dados. Em seguida entra o segundo conceito, a integração dessas informações de uma maneira que os dados de câmeras nas ruas e outros sensores, por exemplo, podem ser traduzidos e integrados. E por fim, chega-se ao desenvolvimento de uma inteligência, o terceiro ponto das cidades mais inteligentes, o que corresponde à criação de dispositivos capazes de ler e apresentar os dados coletados e sugerir soluções rápidas e eficientes para os gestores das cidades. (MACEDO, 2014)

O passo mais importante deste debate obrigatoriamente se relaciona a um “saber fazer”, pois do contrário, corremos o risco de mergulhar em um debate conceitual onde se buscará compreender a maior verdade sobre o tema o que não garante nada para ninguém.

E neste ponto, vamos compreender as dificuldades para desenvolver projetos que transformem as cidades, que focam cada vez mais em mecanismos para desenvolver soluções tecnológicas.

De onde devemos partir concebendo os projetos corretos, uma vez que cada cidade, cada região possui sua especificidade que as fazem apresentar desafios absolutamente únicos, desenvolvidos por equipes especializadas capazes de sugerir eventuais adaptações ao longo do processo.

E para que este caminho aconteça de maneira melhor, acredito que os projetos desenvolvidos para os governos com suas ferramentas tecnológicas, sempre precisarão garantir que o cidadão de fato, faça parte dessa mudança, pois para uma cidade ser de verdade mais inteligente, exige-se a ideia do cidadão-gestor, cujos smartphones e os devidos aplicativos e redes sociais, conseguem estabelecer um canal de comunicação direto com os governantes. (MACEDO, 2014) Mas, para que este processo avance ainda mais, não tenho dúvidas que precisamos sempre pontuar o papel da educação, como a política pública prioritária. É a política pública voltada à Educação que, a médio e longo prazo poderá contribuir diretamente para transformar de verdade, o Brasil que haveremos de deixar para as próximas gerações.

I.10. A inovação é elementar para os caminhos das cidades inteligentes

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

Guimarães Rosa

Inovação é algo que penso o tempo inteiro, seja quando a gente está na Eicon desenvolvendo alguma solução, seja quando estamos aprofundando o conceito e as estratégias de cidade inteligente, ou ainda, quando consideramos os desafios que não estão na nossa pauta. O que nos move é o sentido da inovação. Eu penso muito que isto é parte de uma revolução presente no mundo dos negócios e em nossos paradigmas. Se o resultado do nosso trabalho sugerir apenas oportunidades de melhorias, não haverá mudança de hábitos e costumes, não mudaremos rotinas que estão arraigadas em padrões consolidados, e não mudaremos diretamente a vida das pessoas.

É neste contexto que sempre procuro ouvir muito cada opinião dos membros da minha equipe, e na medida do que seja razoável, tento apontar caminhos procurando ser um exemplo, em cada conexão, uma premissa elementar sempre passa pelo sentido de inovação.

Quando começamos a ter certeza de que, é possível pensar em carros que hoje estão se preparando para ir para o céu, imagino a ideia de veículos de aplicativos voadores e, mais uma vez fica evidente que, tudo o que a gente pensa em

relação a cidades inteligentes implica no repensar de hábitos com outra qualidade e com agilidade, considerando o quanto isto irá custar para cada segmento social.

Muito embora quando examino uma série de exemplos de transformações relacionados à tecnologia, quase sempre tenho concluído que, historicamente os custos sempre se reduzem, lembro o que aconteceu com os telefones que eram caríssimos, passando por equipamentos que filmam do alto os jogos de futebol. Eu gosto muito de assistir jogos de futebol e lembro que antigamente as partidas eram filmadas por dois ou três helicópteros, ao passo que hoje, um drone produz praticamente o mesmo efeito com um custo muitas vezes menor.

Na medida em que algo se transforma em commodities, há uma tendência que os seus custos sejam reduzidos, de maneira significativa e o custo sempre é menor, apesar de a qualidade ser sempre melhor.

É fato que a inovação, é uma ideia que atrai muito a sociedade, sempre queremos de alguma maneira inovar, no entanto é necessário levar em consideração que esta não é apenas uma questão de desejo, de vontade. Em relação a esta questão, é importante considerar o que escreve Domenico Demasi, que nos lembra de que a humanidade possui picos de inovação e de criatividade em função de ciclos históricos.

Ou seja, para Demasi não há inovação o tempo todo, ao menos não há grandes invenções todas as semanas e em cada esquina da sociedade humana.

As novas tecnologias e os smartphones são aliados relevantes da construção das cidades inteligente. Quando pensamos que estes aparelhos se popularizaram em meados de 1990, ou seja, há menos de 30 anos, nos damos conta em primeiro lugar, sobre o valor necessário para se investir e o quanto de tempo demorava em se obter uma linha telefônica; em segundo lugar, como foi acelerado este processo de evolução. Ainda há que se considerar o quanto esta questão é integrada e flexível, diferente dos tempos da sociedade taylorista, onde tudo era estandardizado e produzido em série. Em relação ao produto telefone e seus serviços, há quem crie softwares, aplicativos, sistemas e que não são os mesmos que produzem aparelhos ou provem conexões.

Diante destas reflexões tenho enorme alegria de ver na prática que, as soluções desenvolvidas na Eicon, depois de tanto trabalho integrado, emergem com força aspectos que contribuem para que as cidades sejam de fato mais inteligentes. Não tenho dúvidas que onde atuamos estamos sendo verdadeiramente recompensados. Há inovação e por diferentes caminhos, conseguimos contribuir para que o cidadão não precise perder horas do seu dia ou pagar alguém para resolver alguma questão burocrática a fim de obter uma série de serviços, e isso reflete num sentido de contentamento em relação ao conjunto da nossa equipe.

O nosso trabalho ajuda a aperfeiçoar a saúde, a educação ao mesmo tempo em que, aperfeiçoa a gestão dos recursos humanos, oferece um atendimento humanizado e desenvolve serviços de excelência para as famílias.

Observamos a redução do tamanho da dívida ativa, por meio de um justo relacionamento entre poder público e cidadãos contribuintes, resultando em um consistente aumento da arrecadação, por meio da promoção de justiça fiscal.

Queremos avançar ainda mais, para que não seja preciso, por exemplo, a digitação de palavras quando o cidadão demandar um serviço. Isto pode parecer pouca coisa, mas não é. A linguagem escrita ainda é um obstáculo para a inclusão, ao passo que a linguagem oral, muito mais próxima do conjunto da sociedade é parte dos desafios que estamos desenvolvendo. Nós queremos que o cidadão possa simplesmente ditar a informação para o smartphone, e a partir de então, concluir a sua demanda e acreditamos que este padrão contribuirá diretamente para facilitar ainda mais a acessibilidade e, por consequência, a vida das pessoas.

Quando falamos de inovação, relacionamos a ideia aos processos de compliance e os novos exercícios de transparência na gestão.

Atualmente, é simplesmente impossível fazer algo sem considerar como relevante a questão da transparência. O Ministério Público tem um papel elementar em relação a esta questão, que ao final das contas, sugere o tempo todo que as decisões contribuam para a economicidade, combinada com a eficiência do uso dos recursos.

Esta questão é elementar para todas as organizações, sejam públicas ou privadas, mas especialmente quando tratamos de questão governamental, o tema tem ainda mais relevo à medida que se trabalha com o dinheiro público que é sempre

menor, do que seria necessário para equacionar todas as demandas existentes.

Há um conjunto de leis que ajudam a garantir que este caminho de transparência seja o mais correto possível, entre as quais, certamente a mais importante é a Lei de Responsabilidade Fiscal.¹⁴

A Lei de Responsabilidade na gestão fiscal “pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições, no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”.

Esta Lei estabeleceu a pouco mais de duas décadas uma regra básica para os governos, que se não possui recurso não pode gastar. Em nossas famílias isto é uma questão trivial, não conseguimos gastar aquilo que não temos, e quando isto acontece somos forçados a contrair dívidas, que em algum momento haveremos de pagar.

As taxas de juros, sempre mais elevadas do que gostaríamos, são a régua para que possamos tomar determinadas ações relacionadas às finanças pessoais. O mesmo deve valer em relação aos governos, motivo pelo qual avalio que a RLF foi

¹⁴ A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

providencial, especialmente porque, no momento de sua instituição vivenciávamos uma gravíssima crise dos Estados Nacionais e no Brasil a dívida pública era cada vez mais uma das amarras dos medíocres números do crescimento econômico nacional. Ou seja, falamos de transparência e a relacionamos diretamente com a evolução, e aos poucos a ideia fica mais clara.

A pauta da transparência tem se tornado uma das questões mais relevantes para o fortalecimento das organizações, na medida em que é cada vez maior a busca da promoção de sua seguridade, seja em relação aos processos internos, seja no tocante ao cumprimento das leis. As instituições vêm adotando os procedimentos de compliance, que a rigor, tem como objetivo o cumprimento de normas atualizadas, de modo que os procedimentos promovam o necessário cumprimento evitando uma série de problemas.

Assegurar que a inovação aconteça, portanto sob seus diferentes aspectos, também é um cuidado que precisamos tomar para valorizar os bons caminhos das cidades inteligentes.

II. A sociedade conectada com a agenda pública

A história do Brasil e suas diferentes nuances é o centro das reflexões construídas neste segundo capítulo. Um país que viveu pouco mais de três séculos sob a escravidão, e que o sistema colonial chegou ao fim em função dos riscos que a Família Real corria na Europa, certamente deixou marcas que jamais serão apagadas.

A história do Brasil guarda também as marcas de uma sociedade que, na atualidade está cada vez mais concentrada no processo de construção de uma agenda pública contemporânea.

II.1. Poder e contradições na história da institucionalidade nacional

Na medida em que desejamos compreender aspectos relevantes da política pública brasileira, foi absolutamente necessário estudar diversos aspectos da história do Brasil e de sua gente.

É sabido que, uma administração pública de qualidade contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da sociedade, e para que isso possa acontecer, é elementar ter uma opinião clara em relação às questões mais relevantes.

Quando examinamos a história nacional podemos perceber, o quanto a administração pública foi se modificando com o passar do tempo. Desde o Regime da Monarquia onde havia troca de serviços por títulos de nobreza, nos tempos da

dualidade entre senhores e escravos, passando na sequência, por um tempo, em que o país vivenciou a divisão de seu território nacional em Capitanias Hereditárias, o que marcava certa descentralização de poder, que era único e absoluto. Desde esses primórdios nacionais, podemos observar as primeiras noções da política pública no Brasil, em que a administração se desenvolveu temporariamente em três fases: Estado Administrativo (1930 a 1941), Estado para o desenvolvimento (1946 a 1964) e o estado intervencionista (1965 a 1979). Destaco entre estes períodos, dois fatos marcantes na história da administração pública no Brasil. Primeiro em 1934 com a Promulgação da segunda Constituição Republicana, momento em que foi instituído um Tribunal de Direito Administrativo Federal. O seguinte, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, desta vez eleito pelo povo, irá governar de forma totalmente diferente da primeira, criando a Petrobrás e oportunizou a criação de sindicatos de trabalhadores. A marca principal de seu governo se estabeleceu sob o slogan: “direito do povo para o povo”.

Entendo que, ao longo da história o princípio da administração pública que deveria ser valorizado sempre é a legalidade, depois, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência, como os princípios que norteiam a administração pública. Esta é a referência que aprendi a valorizar.

E quando retomamos as reflexões sobre os momentos marcantes da institucionalidade nacional, lembramos que, a primeira Constituição brasileira foi outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824, que ele apostou na ocasião, nas

bases da organização político e institucional do país, que se encontravam supostamente independente. Em 1822, Dom Pedro I convocou uma Assembleia Constituinte com o objetivo de elaborar uma Carta Magna para o Brasil. No entanto, foi dissolvida devido ao descontentamento do monarca, com as propostas de limitação de seus poderes e de definição das atribuições do Poder Executivo.

De uma maneira bem diferente, a história da Constituição Americana promulgada em 1787, que começou a ser escrita após a Declaração de Independência da Inglaterra, e adotou o regime confederado. Dois anos depois, foi ratificada pelos treze estados americanos. A Carta Magna americana receberia o acréscimo da Carta dos Direitos, Bill of Rights.¹⁵ (BEZERRA, 2022) Estas diferentes histórias, me encantam e nos conectam com a possibilidade de reler a realidade complexa do Brasil.

Foi o medo de uma invasão britânica, ou que se iniciasse uma guerra civil entre os Estados, que levou os representantes de cada estado a se reunir na cidade de Filadélfia, e entre várias propostas alinharam o sistema político que daria origem aos Estados Unidos¹⁶ (BEZERRA, 2022). Na medida em que a

¹⁵ O sentido de confederação adotado segue garantindo que apesar de haver um governo central, este permite que cada estado possa ter certa autonomia em relação aos vizinhos em termos políticos e jurídicos.

¹⁶ Na ocasião, doze estados exceto Rhode Island estiveram representados na Convenção Constitucional através de 55 delegados.

sociedade estava participando diretamente, possibilitou o estabelecimento de transformações mais razoáveis.

A principal preocupação dos delegados, naquele momento era a busca de um equilíbrio entre a centralização do poder nas mãos de um presidente, e a manutenção da autonomia dos estados. Na mesma perspectiva, o Poder Executivo deveria estar referenciado por leis que o impedisse de tornar o governo uma tirania. (BEZERRA, 2022)

A existência de polêmicas relevantes, coisa que na atualidade brasileira por vezes é encarada como ofensa, sempre fizeram parte da história das nações, e, diga-se de passagem, as diferenças às vezes mais, e outras menos agudas, faz parte inclusive da oportunidade para a criação de sínteses melhores e mais eficazes.

Nos Estados Unidos, os federalistas eram os comerciantes que viviam em grandes cidades e acreditavam que um governo central deveria ter autoridade o suficiente para arrecadar impostos e manter a paz entre os Estados, e por sua vez, os antifederalistas, formados pelos proprietários de terras, que temiam que um governo forte não respeitasse os direitos individuais dos cidadãos. Ao final, como bem sabemos os federalistas impuseram suas ideias, mas prometeram que acrescentariam uma Carta de Direitos na Constituição, assim que o novo governo fosse constituído (BEZERRA, 2022).

A Constituição americana foi a primeira no mundo a usar a palavra “povo” no seu preâmbulo: “Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma união mais perfeita, estabelecer a justiça, garantir a tranquilidade interna, promover a defesa

comum, o bem-estar geral e assegurar os benefícios da liberdade para nós e para os nossos descendentes, promulgamos e estabelecemos a Constituição para os Estados Unidos da América”. (BEZERRA, 2022)

Este olhar sobre os diferentes modos de construção das primeiras leis maiores de cada país sugerem um pouco da sequência de cada nação. Enquanto no Brasil a Constituição é praticamente algo para atender os interesses de D. Pedro I, nos Estados Unidos foi a resultante de um processo de participação que marcou inclusive os diferentes interesses da sociedade civil de então.

No Brasil, depois da Constituição Federal de 1988, acompanhamos o movimento de uma nova administração pública ganhando força e espaço. Neste contexto que se reforçou na administração pública, a figura do líder como sendo um elemento essencial para qualquer organização humana. Ou seja, aspectos do mundo empresarial e corporativo passaram a dialogar com a gestão pública entendendo que, as pessoas precisam de motivação, que contribui diretamente para que as pessoas atinjam objetivos comuns. (SANTOS, 2008)

É neste contexto que se fortaleceu um ambiente em que os líderes das organizações não são os chefes tradicionais, que apenas mandavam enquanto os subordinados obedeciam. O líder é quem inspira novos valores e novas atitudes, para que a organização possa construir o melhor caminho possível.

Desde sempre é importante deixar claro que o serviço público é formado por atividades ligadas à administração

pública estatal, direta, indireta e as diferentes modalidades de parcerias existentes.

Do ponto de vista direto dos serviços, as ações voltadas à criação e manutenção da eletricidade, da rede de água, da limpeza pública e da segurança, que via de regra são desenvolvidas pelas diferentes esferas do Estado ou por empresas concessionárias.

O servidor público, elemento central deste processo, são pessoas que têm vínculo empregatício com órgãos ou entidades governamentais e podem ser nomeados através de concursos públicos ou livre nomeação, o que caracteriza os cargos de confiança.

Na administração pública não se exerce o desejo individual, mas sim os interesses da sociedade, especialmente no que diz respeito aos caminhos da concretização dos direitos humanos e sociais como, por exemplo, saúde, educação, moradia, trabalho etc.

O entendimento do papel do setor público e suas transformações estão diretamente relacionados ao modo como se desenvolveu historicamente a sociedade brasileira, não há uma área pública separada da organização da sociedade. (SANTOS, 2008)

E, a Constituição brasileira apelidada na ocasião como “cidadã”, de alguma maneira traduziu uma síntese bastante viva, de uma gente que participou de maneira positiva em todo o processo Constituinte.¹⁷

¹⁷ Esta é a sétima Constituição Federal desde a independência do Brasil em 1822, a sexta desde que somos uma República.

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco para os direitos dos cidadãos brasileiros, uma vez que inscreveu importantes liberdades civis e deveres do Estado, e quando da sua promulgação foi marcada pelo empolgado discurso do então deputado federal Ulysses Guimarães sugerindo o importante tom de mudanças.

Quando penso esta e outras questões, há elementos que me chamam muito a atenção, entre os quais destaco a sociedade brasileira e sua construção baseada no patriarcado, que fomentou que as tarefas de cuidar dos filhos fossem prioritariamente das mulheres e mães, que acumulavam esta tarefa com os afazeres domésticos. Hoje, a força do patriarcado continua presente, mas a realidade das mulheres, não é mais a mesma. Verificamos que é cada vez maior a presença das mulheres, mães ou não, no mercado de trabalho, fato que se acentuou ao longo das últimas três décadas, em parte por conta de questões econômicas mundiais e por outro lado, em função da ampliação da agenda por igualdades, que faz com que as famílias de alguma maneira procurem transferir para o Estado, por exemplo, a tarefa de educar os seus filhos.

Para além da retórica de diferentes tipos é fundamental pensar o papel do pai e da mãe na atualidade que tem apresentado enigmas, sejam em relação as gerações X, Y ou outras quaisquer. As respostas do passado não atendem as expectativas do presente e não há opiniões consistentes sobre uma série de dilemas familiares presentes atualmente. É em meio a este processo de transformação, e para complicar ainda mais as coisas, que a escola tem sido

chamada a ser um espaço que também precisa ensinar a disciplina e os valores que tantas vezes não foram suficientemente trabalhados em casa. Isto também pode parecer pouca coisa, mas eu estou convencido que se trata de um elemento, para o qual ainda não temos respostas individuais e coletivas e que havemos de avançar, para que possamos equacionar uma série de dilemas.

É também em meio a questões mais formais e outras nem tanto que considerando a realidade e a história nacional, compreendo o brasileiro como um resistente, um vencedor. Há quem diga que o brasileiro é um ser preguiçoso, insolente, parafraseando Pero Vaz de Caminha, em sua famosa carta ao rei Dom Manuel I, de Portugal, eu sempre digo que, o brasileiro é tão complexo, que é perfeito. E digo isso porque, nós fomos capazes de criar o carro a álcool, nós criamos o avião e por vezes nos esquecemos dessas potências. Nós temos hoje, a Petrobras, mesmo com tudo que acontece de bom ou de ruim; foi essa gente que permitiu a descoberta e a exploração do pré-sal, por exemplo; nós fomos o único país do mundo que conseguiu desenvolver essa tecnologia. Então, ao passo que temos grandes dilemas, somos uma sociedade plural, que nossa completa diáspora conseguiu fazer desenvolver coisas que em nenhuma outra economia e sociedade aconteceram.

Penso sempre que, a nação brasileira é seguramente uma das mais intensas do mundo, não conheço nenhum outro país que seja tão diverso, quanto o nosso, em todos os sentidos. Aliás, apenas para lembrar, em relação a cultura indígena temos 198 culturas cadastradas, o que é fantástico.

Este sentido de diversidade também ajuda o Brasil a ser profundamente acolhedor, quando pensamos em segundas nacionalidades podemos confirmar quantos países do mundo têm o Brasil como a segunda nação. A população de descendentes e oriundos de japoneses faz de São Paulo a maior cidade japonesa fora do Japão, e se falamos de italianos, portugueses, há gigantescas populações. Quando pensamos a questão produtiva, lembramos que, a maior cidade industrial da Suécia é São Paulo. Uma coisa incrível.

É exatamente por isso que quando alguns dizem que na Europa, na Ásia ou nos Estados Unidos pode-se ter mais sinergias para a construção de cidades inteligentes, eu acredito que no Brasil, a gente pode ter cidades ainda melhores, porque essa diversidade que não permite uma total padronização, esta multiplicidade cultural, faz a gente acreditar na potência de um jeito criativo de desenvolver vários tipos de cidades inteligentes.

Recentemente, visitei na Pinacoteca de São Paulo a exposição da artista plástica, Adriana Varejão. Ela apresentou suas obras recortando as “Ruínas, fissuras e suturas” o que dialoga diretamente com este sentido da história nacional com suas fortes contradições.

Tenho estudado junto com a minha equipe, como vamos colocar a força do sentido da cidade inteligente no meio dessas contradições, e tenho certeza de que isto é encantador, e que exigirá muita energia, afinal de contas, nenhuma fissura é fechada sem trabalho. Precisamos começar por algum lugar, se há uma fissura precisamos tapá-la, e esta não vai ser resolvida de uma vez, mas à medida que

começamos a resolver, conseguimos iniciar o seu fechamento e certamente as coisas ficarão melhores desde que, nós consigamos propor algo novo e uma vez que no caminho, tenha a participação dos diferentes sujeitos sociais. Há muitas situações em que se propõe mais do mesmo. A retórica fala em modernidade, o discurso clama por participação, mas, na prática seguem modelos tacanhos, fechados e burocratizados. Estou convencido que para criar um hábito, de fato será elementar apostar na inovação, e certamente esta precisará dialogar com as diferentes origens culturais das pessoas.

Um novo hábito não acontece de uma hora para outra, as coisas expandem de modos e em sentidos às vezes contraditórios. É como se eu acendesse uma vela em uma sala escura em que há 100 pessoas. Eu não sei que existem 100 pessoas, quando eu acender a vela, posso não iluminar a todos, mas eu poderei iluminar bem 10 ou 20 pessoas. Seria exatamente neste momento que aos poucos a nossa percepção vai tendo cada vez mais clareza e luminosidade.

Eu acredito demais que será possível de uma maneira inovadora fazer com que as cidades inteligentes sejam ambientes de iluminação para regiões, estados e para o Brasil como um todo. Inclusive para resolver contradições históricas e para se estabelecer uma nova relação da sociedade com o poder.

II.2. A democratização da política e a ampliação da participação social

Quando falamos do conceito de Estado, em suas diferentes esferas, estamos nos referindo aos mecanismos de controle político de um governo que organiza um determinado território, seja local, estadual ou nacional. As organizações como o Parlamento, Judiciário e o Executivo, são ferramentas utilizadas para controlar as várias esferas que compõem a sociedade. No entanto, este ponto de partida corre um sério risco de deixar questões paradas em um formalismo desinteressante.

Entre as questões relevantes que precisamos aprofundar na história nacional, destaco a necessidade da participação social, para que exista o fortalecimento e a ampliação da democratização da política. Aliás, acredito na participação como elemento fundante da solução dos problemas estruturais de um Brasil que precisa se reconhecer como Nação.

Quando pensamos em um país, quase sempre tratamos do Estado e seu processo de consolidação, e de uma maneira rara, nos referiu a um conceito que me parece elementar qual seja, a Nação. E penso que esta é uma questão essencial, pois se refere à forma de organização dos governos e suas relações com as organizações sociais.

Há inúmeras situações em que o mais comum e simplesmente de maneira inadequada, sujeitos perdem o sentido de responsabilidade, e passam a apontar o dedo, para este ou aquele que julga responsável e outras tantas vezes, abdica do direito de se responsabilizar como parte de um processo, como elemento qualificador de uma solução.

E quando isso acontece podemos valorizar de uma maneira muito mais ampla, em minha opinião, o sentido de Nação, que se constituiu por uma massa de cidadãos e cidadãs, que vivem sob a perspectiva elementar do “fazer junto”, onde o Estado tem suas responsabilidades, sempre crescentes, e os cidadãos que para exercer em plenitude a cidadania, precisam compreender sobre direitos e deveres.

Estou convencido que, à medida que conseguirmos fortalecer este sentido de nação, haveremos de dar passos importantes, para a valorização da cidadania. Uma cidadania que parte da condição em que, o cidadão precisa conhecer cada vez mais, o direito de participação na vida política de sua comunidade.

Na atualidade, a maior parte da população demonstra pouco ou nenhum interesse nos assuntos referentes aos seus governantes, aos seus direitos e deveres, na maioria das vezes não existe um sentido de participação e pertencimento pelos indivíduos.

E se tomarmos como referência, uma conhecida expressão atribuída ao ex-chanceler alemão Otto von Bismarck (1815-1898), segundo a qual “os cidadãos não dormiriam tranquilos se soubessem como são feitas as leis e as salsichas”? E o que dizer também dos veículos de comunicação, dos jornais, das redes de televisão e na atualidade dos sites, blogs e podcasts? (COSTA, 2011)

Quando penso em cidadania, sempre remeto à necessidade de participação popular, tenho esta questão como elementar, mas, de que maneira estimular a inserção política se há tantas críticas aos modos pouco ortodoxos que os

ambientes políticos estão organizados. É uma questão que se repete e exige respostas.

E mais, de que maneira a cidadania poderá ser plena, sem que existam de fato as possibilidades de ampliação dos sentidos de informação qualificada que podem ajudar as pessoas na tomada de decisões? Especialmente nestes tempos em que estamos nos acostumando a conviver com as “fake news”, e as tantas narrativas sobre a já complexa realidade?

Nestes tempos em que, os grandes ancoras da imprensa, que no passado eram formadores de opinião, são substituídos por influenciadores digitais, o cidadão certamente ficaria surpreendido com a quantidade de informações que consome, imaginando se tratar de um produto original, garimpado e elaborado por um profissional independente, a serviço da verdade. (COSTA, 2011)

“Muito comumente, a fonte é uma assessoria de imprensa contratada para defender os interesses de uma empresa, um político ou um setor específico da economia. Até mesmo assessores de imprensa que já atuaram em redações de jornais se declaram constrangidos com a facilidade com que se pode “plantar” uma versão favorável a seus clientes em qualquer veículo de comunicação”. (COSTA, 2011)

Quando buscamos tratar dos partidos, espaços que deveriam ser acolhedores para a construção de projetos, percebemos que “entre o céu e a terra há muito mais distâncias do que supõe a nossa vã filosofia”, e a participação vai tendo cada vez mais motivos para não existir. É exatamente por isso, que acredito que as legendas partidárias também precisam fazer a sua parte neste processo, para que passem a ser mais do

que siglas, há que se construïrem ambientes mais arejados, acolhedores e realistas.

Aliás, quando falamos de política partidária, o que é muito importante para a nossa democracia, há uma forte convicção no Brasil em relação aos partidos, são muitos, de uma maneira urgente precisam ser reinventados, democratizados e devem valorizar os interesses mais urgentes da maioria da população, sob pena de acompanharmos cada vez mais a emergência de outsiders, e líderes populistas, cujos discursos fáceis não combinam suas agendas com o caminho de fortalecimento de projetos mais amplos para o nosso país.

Nestes tempos em que na cena política procura-se destacar muito mais as diferenças, e acirram-se os debates em que os adversários muitas vezes são tratados como inimigos que precisam ser eliminados, é necessário apostar em premissas não sectárias capazes de buscar mais acordos e consensos.

Em minha opinião, este é o sentimento que deve indicar novas possibilidades capazes de reagir ao pessimismo e às críticas sistemáticas. É esta força que pode revalorizar o sentido de servir de alento, para seguirmos em frente, acreditando e lutando por uma democracia que permitiu ao Brasil vencer uma série de desafios, e será esta mesma vocação que ajudará a vencer outros tantos.

Examinando os partidos políticos existentes no Brasil, vejo claramente que, uma boa parte não guarda muitas relações entre Estatuto, história e compromissos, o que é uma grande pena. Uma nova política precisa ter forte relação com a comunidade, e não pode seguir apenas como um objeto para satisfazer os interesses daqueles que possuem renda e

poder. Se a política seguir cumprindo apenas suas relações com “donos do poder”, dificilmente as coisas se transformarão e a realidade brasileira não será tratada com a potência e a urgência necessária.

Creio que é preciso encontrar caminhos para a construção de um novo jeito de fazer política, que de fato vá além dos momentos eleitorais, pois a participação não pode ser restrita apenas ao sagrado direito ao voto.

Deste modo, devemos fortalecer as possibilidades garantidoras da ampliação da participação social, esta atuação mais ativa na vida política social, seguramente irá cada vez mais contribuir para que os indivíduos sejam protagonistas em relação aos seus direitos, o que deve começar sempre junto às comunidades.

A democratização da sociedade passa, diretamente, pela ampliação da participação social, sentido que está presente o tempo todo no modo que tenho pensado para que o Brasil tenha caminhos e cidades cada vez melhores e mais inteligentes.

II.3. Participação requer ampliação das relações entre direitos e deveres

E quando falamos em participação social não estamos falando apenas de boas retóricas, trata-se em primeiríssimo lugar de pensar a relação entre direitos e deveres.

Convenhamos que na cultura nacional há uma série de pretensas verdades que historicamente foram repetidas e que, de alguma maneira, precisamos permanentemente

questionar a sua validade. Há quem diga que a sociedade brasileira está impregnada com a cultura do “jeitinho”, onde os indivíduos estão o tempo todo querendo levar alguma vantagem. Será verdadeiro? Ou será apenas uma entre tantas inverdades que ditas mil vezes viraram uma verdade absoluta?

Desde a primeira Carta de Pero Vaz de Caminha entregue à Dom Manuel I, há um juízo de valor onde, de um lado existem os nativos incultos, e de outro os cristãos colonizadores detentores de todo o conhecimento, que ensinarão os bons modos e lhes darão inclusive uma “boa fé”.

Aos colonizados, desde sempre não era necessário, nem permitido, o ser protagonista. Apenas bastaria seguir os ensinamentos oriundos do velho mundo e a vida poderia seguir de maneira tranquila.

Sempre busco referenciar o que penso, a partir de uma conexão com a cultura nacional, e não há elementos tão fundantes de nossas origens quanto aqueles apontados nos trechos extraídos da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal que destacam: “(...)Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito” (...) “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas” (...) “Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença”. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram” (...) “Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca,

nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos”. (GUIA GEOGRÁFICO, 2022)

Ou seja, a carta confirma um ponto elementar dos portugueses, o desejo de colonizar e impor sua cultura aos povos que eles consideravam “atrasados”. É exatamente por isto, que Pero Vaz de Caminha descreve em detalhes a primeira missa católica realizada no Brasil e na sequência, sugere ao rei que, a principal missão dos portugueses deve ser a conversão dos indígenas à religião do reino, ignorando que eles já possuíam sua própria religião e seus próprios rituais religiosos, sua cultura e seus costumes. No entanto, a visão eurocêntrica desde sempre, praticamente impedia a possibilidade de sequer imaginar que aqueles “primitivos” possuíam alguma cultura, e deste modo precisamos nos perguntar sobre o quanto esta raiz colonial impactou e perpetuou um jeito de ser da racionalidade nacional. (GUIA GEOGRÁFICO, 2022)

A cultura do empreendedor, quem nem sempre segue o “vamos buscar os resultados para evoluir” era uma exigência desde os tempos dos colonizadores. E de certa maneira os valores da democracia nunca foram elementos essenciais da história deste país continental.

Quando estabeleço este diálogo com a história nacional, lembro também de outra questão igualmente relevante, que se relacionam com as “guerras e lutas de resistência”.

As narrativas apresentam estes momentos, como pequenos parágrafos de uma história desinteressante. E na maioria das vezes é como se cada um dos episódios, seja a Inconfidência Mineira, a Balaiada, a Cabanagem, a Sabinada, a Revolta de Canudos, fossem pequenos contados de martírios resultantes de arroubos e de inconformismos de pessoas que isoladamente estavam insatisfeitas e ficam outras indagações brotando em nossa imaginação.

E isto soa tão verdadeiro, que até hoje ainda há quem diga que o episódio de 31 de março de 1964 seja uma guerra nacionalista para derrotar o monstro comunista que estava prestes a tomar conta do nosso país indefeso. Depois daquele triste momento foram duas décadas de silêncio, de arbítrio e exceção, que foram superadas com um processo de redemocratização “lenta, gradual e segura” que segue de alguma maneira incompleto até os tempos atuais.

Parece-me deste modo, que uma das grandes tarefas que temos na atualidade, esteja relacionada diretamente com a construção de um sentido Republicano para a sociedade e para o qual, a relação entre direitos e deveres pode ampliar a perspectiva de pertencimento nacional, cujo olhar esteja alicerçado diretamente às perspectivas de valorização da agenda local e regional.

É preciso construir uma causa, e fazer desta uma onda, o que convenhamos não é uma tarefa fácil, aliás, a construção de uma causa exige um conceito bastante claro, e este precisa

ter lastro, que em minha opinião muito do que acredito, passa pela perspectiva do regionalismo enquanto uma causa social.

Isso pode de algum modo se fortalecer, quando examinamos a antropologia com a relevância necessária, passamos a compreender com mais rigor uma ciência que nos ajuda a compreender a humanidade. Desde os tempos da universidade, me interessava pelas ideias de Bronislaw Malinowski e seu famoso texto: “Argonautas do Pacífico Ocidental”, um relato da vida dos nativos das Ilhas Trobriand na Melanésia, a partir dos quais o autor construiu conclusões de validade universal e situou a etnografia, o estudo de campo em sociedades diversas como raiz elementar da moderna antropologia.¹⁸

O desenvolvimento de pesquisas de campo como parte da investigação etnográfica foi um requisito essencial para que Malinowski compreendesse os chamados “povos primitivos”. E na atualidade sempre lembro o quanto as pesquisas de aprofundamento são elementos essenciais para a construção de quaisquer iniciativas que se pretende desenvolver na Eicon. Não acredito em projetos exitosos, sem que possamos compreender claramente, a realidade concreta das pessoas e suas demandas.

É muito interessante o quanto em relação à Economia, por exemplo, Malinowski mostra os equívocos das teorias sobre

¹⁸ Bronislaw Malinowski, que viveu de 1884 a 1942, foi o primeiro pesquisador a apostar na pesquisa etnográfica, uma relevante inovação, cujos desdobramentos produziu resultados que se tornaram referenciais em relação as pesquisas de campo.

o “homem econômico primitivo”, que o descreviam ora como indolente e independente, ora como racional e utilitário. (BRITO, 2019)

Outra crença é a de que os primitivos seriam incapazes de formas rudimentares de comércio, que apenas a necessidade os impulsionava a fazer transações, e que entre eles predominavam modalidades de trabalho simples, não organizadas e não sistemáticas. O que não era verdadeiro e Malinowski mostrou com seus estudos que a vida entre os trobriandeses, era regida por um sofisticado sistema de trocas, nem sempre utilitária, baseada no sentido de “dar e receber”, princípio que mais adiante foi trabalhado por Marcel Mauss e que definiu o procedimento como fundamento do social.¹⁹ (BRITO, 2019)

Este olhar antropológico confirma o meu sentimento sobre a necessidade de considerar cada vez mais os aspectos históricos e culturais, de cada realidade e em total medida o máximo respeito aos sujeitos locais, pois em última instância é junto com eles que iremos criar as condições de que cidades melhores possibilitarão o reconhecimento da relação objetiva entre, direitos e deveres.

Não devemos nos esquecer de que, na maioria das vezes o que contribuí com a existência de uma situação caótica do ponto de vista das informações dos indivíduos, está

¹⁹ O centro da investigação etnográfica de Malinowski é o conceito de kula, uma categoria que organiza um enorme sistema ritual, praticado nas Ilhas Trobriand, e que regula todas as trocas, materiais e mentais, onde os trobriandeses definem um valor estabelecido para todas as formas de troca.

relacionado a uma certa busca por serviços públicos melhores, ou seja, o cidadão que mora em uma determinada rua, possui seu registro de saúde no bairro vizinho porque a UBS daquele local tem um médico que atende melhor, o documento necessário para a matrícula de seu filho na escola aponta a residência dos avós e não dos pais, porque a escola “X” é muito melhor e possui equipamentos mais adequados. E de registros em registros, nós temos um mesmo nome em vários endereços o que sinceramente dificulta sobremaneira, a gestão pública. Esta situação é a resultante muitas vezes, da tentativa de conseguir situações melhores para o conjunto das famílias.

Aliás, este problema não se limita apenas às fronteiras geográficas locais, trata-se de um verdadeiro drama nacional, de um país onde podemos ter mais de duas dezenas de cadastros no Registro Geral (RG), o que convenhamos contraria toda a possibilidade de rastrear problemas, enfrentar soluções, e a falta de um sistema nacional de territorialização e seus impactos locais e regionais reforçam em algum sentido a cultura do “jeitinho”, desestimulando o sentido transformador de uma agenda republicana, onde os processos são mais importantes que os relacionamentos.

Acredito na participação social, como garantia da ampliação transparente da relação de direitos e deveres, e tenho certeza de que, o exame de nossa história nacional, combinado com as especificidades da realidade local, nos ajudarão a encontrar as soluções mais adequadas para a superação deste dilema.

É chegado o momento que, à luz da relação dos direitos e deveres, precisamos construir um sistema único de informação onde, por exemplo, o histórico escolar de todos os alunos brasileiros esteja ancorado em um grande sistema no MEC – Ministério da Educação e da Cultura. Quando isso acontecer, algo que é muito razoável ocorrerá e você poderá requerer seu histórico escolar de qualquer escola do Brasil, diretamente no MEC. Esta questão é bem importante, porque o sentido que estamos desenvolvendo para pensar os elementos da cidade inteligente se relaciona diretamente com a possibilidade de desenvolvimento desta mesma perspectiva em nível nacional, seja para a área da Educação, Saúde, Assistência Social, ou qualquer outra.

Tenho certeza que, na medida em que este processo organizacional for estabelecido iremos repensar, de forma mais contemporânea, as relações entre cidadãos e governos, valorizando de maneira efetiva o sentido da participação social.

II.4. Empreendedorismo no tempo da nova economia e a cidade inteligente

Nos últimos anos, a humanidade passou a vivenciar o tempo da economia dos serviços, e mais especificamente, daqueles de base tecnológica, o que vale dizer que é onde mais se agrega valor.

Hoje, a economia é baseada prioritariamente em conhecimento. É a atual fase que hegemonicamente atravessa a humanidade, diferente das etapas anteriores que

eram baseadas no comércio, na agricultura, e depois, na indústria. A atualidade é baseada na produção de conhecimento.

Quase sempre se alega que, em nível mundial, este processo deslanchou depois da Segunda Guerra Mundial e diferente da sociedade industrial, o principal recurso econômico deixou de ser algo físico, um recurso da natureza, capital ou mão de obra para ser o conhecimento, ou seja, algo que é imaterial, intangível.

Neste momento o que mais agrega valor, na economia do conhecimento, deixou de ser a alocação de capital ou o quantitativo de trabalhadores para ser a forma como o conhecimento é aplicado no trabalho, ou seja, produtividade e a inovação.

No artigo publicado em 25 de outubro de 2017: “Empreendedorismo: uma provocação” destaquei que, quando falamos em Empreendedorismo, geralmente, pensamos nos ganhos financeiros e no capital, o que faz bastante sentido, pois uma grande parcela das pessoas começa a empreender por necessidade, por estarem desempregadas, contudo, o empreendedorismo tem um papel social muito relevante, e precisa ser fortemente considerado. O surgimento de novos produtos, serviços e empresas acontecem porque as sociedades possuem lacunas que precisam ser preenchidas em relação aos problemas que ainda não possuem soluções eficientes.

Deste modo, a percepção empreendedora que busco valorizar neste momento vai além das iniciativas empresariais.

A cidade inteligente que estamos ajudando a desenvolver é um lugar onde as pessoas precisam ser profundamente empreendedoras econômica e socialmente.

Os gestores públicos empreendedores, são aqueles que não se contentam apenas com os bons projetos que já deram certo. Eles sempre buscam mais, sabem o quanto é necessário ousar, e procuram ir além transformando as prefeituras em espaços que valorizam as parcerias e ajudam a transformar as vocações locais.

De fato, os negócios se realizam nos mercados, mas um gestor empreendedor tem consciência do quanto a manutenção pública pode ser uma potente alavanca para o fortalecimento. Os cidadãos neste contexto sabem que é elementar fazer a sua parte e assumir as suas responsabilidades para que as cidades sejam ambientes que ampliam direitos, e cujos deveres precisam ser realizados. A ideia de corresponsabilidade é algo vivo e a senha mais importante é a participação consciente. Uma cidade inteligente é aquela onde os dilemas locais são observados também como uma oportunidade para que se desenvolvam negócios e serviços que busquem gerar oportunidades para que as pessoas possam de fato ter um viver melhor.

Por exemplo, não há dúvidas que os negócios dos aplicativos de transporte simplesmente passaram a existir, porque de um lado, os serviços de táxis eram considerados caro, o transporte público não oferecia a qualidade necessária, e de outro, quando recordamos que até 2016, taxistas não precisavam aceitar pagamento em cartão, mas Uber, Cabify, EasyTaxi, 99 e outras marcas, provocaram essa e outras

mudanças, melhorando profundamente os serviços para os cidadãos.

Este exemplo poderia se estender para uma série de setores, desde a área da saúde, com gestão de leitos e equipe médica, até mesmo os serviços financeiros, de cartões de créditos e de investimentos. Aliás, um cartão de crédito internacional não era para qualquer mortal, com o movimento iniciado pelo NuBank, Banco Original, a gigantesca Visa se reinventou e criou o Neon, e o Bradesco abriu o Banco Next.

E cada vez mais estamos vendo essa pressão aumentar com o desenvolvimento do ecossistema de startups, e as novas soluções digitais, que sempre ampliam os negócios, provocados pelas falhas e problemas da sociedade. São estes os mobilizadores dos empreendedores que criam, inspiram, movimentam e aumentam a agenda de transformações.

Eu acredito muito na força do empreendedorismo pois ele faz muito mais e consegue criar soluções para problemas antigos. Provocam a necessidade de mudanças de empresas e serviços, aparentemente consolidados no mercado, e seguramente há uma relação intrínseca entre, esta perspectiva e as cidades inteligentes.

Na atualidade as cidades de uma maneira geral buscam elementos que, de alguma maneira as conectem com iniciativas relacionadas aos conceitos de Cidades Inteligentes. Pode-se entender de um modo geral, atualmente as cidades como sendo complexos sistemas caracterizados por números massivos de cidadãos, negócios, diferentes modos de transporte, redes de comunicação, serviços e utilidades interconectados.

Partindo da perspectiva de que a Cidade Inteligente é aquela onde há uma efetiva integração de sistemas físicos, digitais e humanos, na construção de um ambiente para prover um futuro mais sustentável, próspero e inclusivo para seus cidadãos, e que envolve diretamente a integração de recursos tecnológicos para cumprir as funções da cidade e mais efetivamente, um melhor engajamento com os consumidores e melhores mecanismos de governança. (NETTO, 2017)

Integração é um requisito. Os ambientes funcionam de maneira adequada na proporção em que conseguem ser integrados, e cada um dos responsáveis cumprem os seus respectivos papéis.

Sabemos que é possível examinar o grau de inteligência de uma cidade com base nos parâmetros: economia, capital humano, tecnologia, meio ambiente, conexões internacionais, coesão social, mobilidade e transporte, governança, planejamento urbano, administração pública. Mas acima de quaisquer elementos o ponto de convergência dessas dimensões indica o fato de todas estarem voltadas à melhoria na prestação de serviços à sociedade, ao cidadão. (NETTO, 2017)

Há uma série de rankings que estabelecem as medidas das cidades inteligentes e precisamos saber quais são os focos de cada um destes “avaliadores” pois em cada ambiente objetivamente todos constroem análises referenciadas em valores e objetivos.

“Diversas indústrias e governos já têm consciência desse processo, cuja argumentação se dá sob perspectivas: 1) econômicas (serviços

e pós-venda representa uma alternativa estratégica, enquanto a base instalada de produtos e equipamentos é significativa), 2) ambientais (serviços habilitam a desmaterialização, diminuem necessidades de materiais e energia, impactam positivamente a sustentabilidade ambiental), 3) de mercado (compartilhamento de produtos e plataformas para novos serviços), 4) sociais (atividades de serviços estão diretamente ligadas à riqueza da economia), 5) de tecnologia (Tecnologia da Informação e Comunicação tem impulsionado novos serviços) e 6) de conhecimento (cocriação tem aumentado e é necessário ver serviços como um sistema de partes que interagem incluindo pessoas, tecnologia e negócios)”. (NETTO, 2017)

Ou seja, há uma relação absolutamente direta entre as perspectivas das cidades inteligentes com as perspectivas do empreendedorismo.

E, diga-se de passagem, nunca houve uma intensidade tamanha em relação ao processo de mudanças no mundo dos negócios quanto esta que estamos acompanhando.

Neste momento as tecnologias geram cada vez mais impactos. Trata-se de um processo de transformação digital que exige cada vez mais velocidade por parte dos gestores para que estes possam estar sintonizados com os três aceleradores de escala nos processos produtivos de riqueza, que são: destreza digital, tecnologias de efeitos de rede e uma plataforma digital industrializada. E as mudanças que vão acontecer no planeta, estão ao alcance da nossa expectativa de vida hoje e não fazer parte disso, tentando mudar de alguma maneira o mundo, é virar as costas para uma oportunidade imensa sugere Peter Diamandis, um

executivo de que tenho acompanhado as opiniões. (O FUTURO DAS COISAS, 2015)

Quando uma teoria deste tipo é apresentada, sempre estou entre aqueles que procura entender para que na sequência seja possível imaginar o quanto há de aderência em relação à nossa realidade.

Não gosto de olhares ufanistas, que buscam aqui e ali soluções mágicas, mas também rejeito aquilo que considero conservadorismos extremados, que às vezes não toleram ouvir e compreender pensamentos diferentes.

Para sobreviver neste cenário é preciso estar atento entre outras questões aos 6 Ds para a transformação dos negócios baseado no emprego disruptivo das tecnologias, que segundo Diamandis consiste em: 1) Digitalização – Mudam processos a partir da economia física; 2) Decepção – Inicialmente a escala de crescimento é menor que se imagina; 3) Disrupção – Momento que a tecnologia atinge um nível de multiplicação exponencial; 4) Desmaterialização - Produtos e serviços se misturam se espalhando pela nuvem ou outros aparelhos; 5) Desmonetização – Os custos ficam menores e o preço fica cada vez mais próximo da irrelevância; 6) Democratização – Aquilo que antes era acessível apenas para uma minoria se torna disponível para o planeta inteiro. (O FUTURO DAS COISAS, 2015)

Existem elementos marcantes onde a análise incorreta da realidade contribui diretamente para equívocos presentes em uma realidade cada vez mais dinâmica, e neste sentido é importante considerar as opiniões com lucidez e espírito crítico.

Existem opiniões relacionadas ao avanço da tecnologia que sugere o quanto esta será capaz de transformar escassez em abundância em uma velocidade que será ainda maior no futuro. “Do surgimento da vida até os mamíferos foram mais de 3 bilhões de anos. Daí até o homem, 200 milhões de anos. E do homem até a revolução industrial, outros 130 mil anos. Em apenas 200 anos, já mudamos mais rápido do que toda a história anterior”. E quando observamos, mesmo que empiricamente, as evidências em relação ao ritmo atual das transformações corremos sério risco de ficar assustados, se não conseguirmos ser capazes de compreender globalmente o caminho. (O FUTURO DAS COISAS, 2015)

A tecnologia tem transformado as relações humanas, as cidades e os negócios e todos precisam estar cada vez mais atentos, pois do contrário podem simplesmente, sucumbir, desaparecer, ou se tornar irrelevantes.

Entre os casos mais emblemáticos que examinamos destacamos o da Kodak, que em 1975 Steven Sasson, um de seus pesquisadores criou a fotografia digital, mas a companhia descartou o produto, pois a marca acreditou que ninguém teria interesse em ver suas fotografias na televisão e o negócio despencou de um valor de mercado de US\$ 28 bilhões, que empregava 140 mil funcionários em 1996 para a falência em 2012. E outro igualmente conhecido, foi a Blockbuster, gigante rede americana de locadoras de vídeo, que faliu em 2010, depois de recusar duas ofertas de compra pela Netflix, e vejam que ironia, Jim Keyes, CEO da empresa afirmou que o serviço de streaming não “estava no radar de competição”. (O FUTURO DAS COISAS, 2015)

O tempo todo é preciso estar atento para perceber, o que é necessário fazer dentro de cada empresa para que o negócio possa sobreviver a estes fluidos tempos de transformação.

E o mesmo sentido de transformação verificado nas empresas, precisa ser compreendido pelo setor público, e pelas organizações sociais, atualmente a tecnologia está contribuindo diretamente para transformar a vida das pessoas, e estas podem ser aplicadas e desenvolvidas em todos os lugares, especialmente quando consideramos a força empreendedora como elementar para as mudanças.

Sempre que eu trato do tema empreendedorismo não posso deixar de citar um dos meus maiores professores desta matéria Gebrael Gebrael, um libanês proprietário da empresa Lancer Soldas, um sujeito que possuía seis irmãos, mas confiava a mim a tarefa de apoio na direção dos negócios.

E o tempo que dediquei a este trabalho, foram momentos de profundo aprendizado sobre o quanto um empreendedor precisa saber, sobre as múltiplas e complexas questões.

II.5. A invenção da invenção, a sociedade busca ampliar os sentidos das tecnologias

Nós vivemos um paradoxo no mundo dos negócios e minha empresa isto não é diferente. Em nosso negócio e ao longo da minha vida sempre aprendi que os paradoxos são elementares para que possamos seguir adiante em nossa agenda.

Na vida, em quaisquer que sejam as situações, sempre desejamos a maior certeza possível e, invariavelmente, a dúvida gera instabilidades e controvérsias. Pois bem, hoje vivemos um paradoxo em que trabalhamos o tempo todo para equacionar a relação de um lado onde os gestores das administrações municipais desejam serviços exclusivos e quando possível fazem destas exclusividades marcas positivas de suas gestões, e de outro os cidadãos que almejam serviços mais eficientes e melhores.

E os cidadãos neste contexto sabem que é elementar fazer a sua parte e assumir as suas responsabilidades para que as cidades sejam ambientes que ampliam direitos e cujos deveres precisam ser realizados a ideia de corresponsabilidade é algo vivo e a senha mais importante é a participação consciente.

Uma cidade inteligente é aquela onde os dilemas locais são observados também como uma oportunidade para que se desenvolvam negócios e serviços que busquem gerar oportunidades para que as pessoas possam ter um viver melhor.

E isto que aparentemente é algo totalmente previsível leva na prática a situações complexas em relação aos processos tecnológicos.

Eu digo sempre que o cidadão não precisa saber o que é a secretaria e sua organização administrativa, para este o que importa é o resultado final do serviço demandado. Neste sentido algo que sempre incomoda é que em cada cidade as estruturas das secretarias e os serviços são quase sempre apresentados nos portais de maneiras diferentes. Ou seja,

não existe um jeito universal de caminhar digitalmente nos portais públicos de modo a facilitar totalmente as relações entre os governos e os cidadãos.

E mais, ainda persiste uma infernal desintegração de cadastros o que tantas vezes deixam um vazio estrutural no processo de gestão da máquina pública e de suas relações com os munícipes.

É exatamente por conta disso que temos procurado atentar para a questão da comunicação, e sabemos que esta questão trata de um elemento muito importante e que precisam ser consideradas em todas as etapas deste complexo processo. A comunicação é muito mais ampla do que o marketing desenvolvido para fortalecer a imagem das administrações. Trata-se de um elemento central no caminho da consolidação da democracia na medida em que valoriza e oportuniza os processos de participação e diálogo entre governo e cidadãos.

E isso é ainda mais importante especialmente porque no Brasil da atualidade os percentuais de utilização dos caminhos de comunicação das redes sociais são bastante elevados e há números que confirmam esta verdade.

O consumo de informação é uma questão elementar para o fortalecimento dos processos democráticos, neste sentido devemos olhar a comunicação como parte da questão do padrão e consumo dos dados. Esta é parte estratégica de uma política pública moderna. Sem informações qual será a possibilidade para que um cidadão possa decidir sobre a questão A ou B? E o que dizer de um gestor público? É necessário saber analisar a realidade com toda a sua

complexidade e para tanto a qualidade das informações, a abrangência das informações são um ponto que precisa ser tratado com o mais absoluto rigor.

Exatamente por este motivo que destaco como sendo não menos importante o processo de comunicação do gestor público com a comunidade. Este é cada vez mais um dos papéis mais relevantes de um bom gestor e está diretamente relacionado com a capacidade de se relacionar bem, garantindo que a gestão pública seja inteligente e disponível para todos e todas.

Nos tempos das fake news a questão da comunicação ganha ainda mais importância na medida em que há sempre diferentes narrativas sobre uma mesma questão.

Será muito importante que a comunicação consiga atingir todos os segmentos da sociedade, motivo pelo qual é elementar buscar formas de se estabelecer contatos inclusive com aqueles que por vezes estão desconectados. Outro dia conversava com um prefeito que me perguntava o seguinte: “Luiz, o que faço para atingir aqueles cidadãos que nem sequer possuem celular na cidade?” Perguntei se o gestor sabia qual era exatamente o percentual a que ele estava se referindo? E ele disse que não sabia, mas que aquilo o preocupava. Foi quando sugeri, entre outras medidas, a instalação de totens em pontos de grande concentração de pessoas.

Eu tenho certeza que os totens sozinhos não irão resolver integralmente aquela preocupação que deixava desconfortável o gestor, mas indicará um desejo verdadeiro de não deixar ninguém falando sozinho, e de maneira bem

razoável pode demonstrar que ele buscará sempre a inclusão total da sociedade como meta e que trabalha para uma total democratização das informações. É exatamente isto o que acontece em Londres, uma cidade rica, aliás, uma das cidades que mais se comunicam com as pessoas e que percebeu que a instalação de alguns totens poderia significar mais um up no caminho da ampliação do acesso à informação.

Quando sugeri para o gestor a instalação dos totens pode ter certeza que na sequência os alertei para a necessidade de tentar levantar o mais detalhadamente possível os percentuais que ele estava falando. Não tenho dúvidas que sempre que uma solução precisa ser criada é necessário considerar os números, os percentuais, ou seja precisamos qualificar o máximo possível as informações.

Trabalhamos sempre fazendo o necessário para garantir a simplificação dos processos, para que seja possível o maior acesso para todos. Acreditamos inclusive que esta prática materializa a busca da ampliação do exercício de cidadania, ou seja, são movimentos concretos que buscam fortalecer o papel histórico das gestões públicas.

Estou entre aqueles que acreditam que a falta de informações na gestão também podem levar os governos a situações de ineficiência e injustiça, o que não é bom, e não combina com o sentido de inteligência que estamos desenvolvendo.

II.6. As crises dos modelos que pareciam prontos e o surgimento de um renovado sentido de parceria

No momento em que vivenciamos os tempos da “modernidade líquida”, conceito relevante desenvolvido por Zygmunt Bauman as certezas estão cada vez menos claras e a necessidade de um debate bastante amplo sobre esta questão se faz necessário.

No entanto, neste mundo complexo em que somos desafiados a repensar modelos e padrões, não são todos que estão dispostos a arriscar opiniões mais elaboradas. É necessário coragem e atitude para que com a “cabeça fria e o coração quente”, seja possível sistematizar opiniões e avançar os caminhos que acreditamos.

É este sentido de ousadia que tem marcado a minha trajetória e que tenho tentado inspirar o fazer cotidiano da Eicon para que sejamos capazes de contribuir com a criação de um novo modo de relação dos governos com a sociedade. É fato que hoje precisamos encontrar equilíbrio, o que me faz rejeitar os ultrapassados modelos de intervenção absoluta do Estado que, via de regra, sucumbiram em escala global e no extremo oposto não reconheço como sendo razoável o “desmonte total” do aparelho do Estado. As falhas de mercado, os processos de privatização e ou concessões, criam ambientes de novos modelos de parcerias que também exigem o fortalecimento de alternativas de relação entre Economia e Estado.

E neste momento, estou convencido da necessidade da construção de marcos regulatórios efetivos no contexto de um novo tempo das relações econômicas, neste sentido a valorização das Agências de Regulação se inserem neste

cenário onde há que se desenvolver um sentido de parceria cada vez mais verdadeiro.

Tenho acompanhado o debate que se desenvolve em diferentes cidades do Brasil, em que governos locais estão estudando a criação de Agências Municipais de Regulação. Estas agências estão sendo criadas em princípio para determinados segmentos: saneamento, transporte, ou para o conjunto dos serviços locais.

Mais uma vez, acredito que esta questão que se inicia como parte da busca para a solução de um dilema que pode estar diretamente ligado em um contexto maior, relacionado a uma agenda renovada do processo de desenvolvimento brasileiro, poderá estabelecer novas e estimulantes convergências. O sentido destes processos de regulação segue no caminho que de valorização dos contextos de desenvolvimento local e regional.

Espero que este processo possa ir além dos atuais modelos das “Agências Reguladoras” nacionais que existem em diferentes áreas: a Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS decide sobre permissão ou proibição da comercialização de planos de saúde, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, suspende ou autoriza a venda de serviços de operadoras de telefonia celular entre outras. Ou seja, reforçar a tarefa da regulação de serviços é uma função inalienável do poder concedente ao Estado para que seja garantida a qualidade dos serviços.²⁰

²⁰ Uma Agência Reguladora é uma pessoa jurídica de direito público interno, organizada quase sempre na forma de autarquia, cuja missão é regular, controlar e/ou fiscalizar a prestação de serviços públicos

As agências reguladoras não solucionam casos individuais como fazem os PROCON, por exemplo, as denúncias feitas para essas agências são essenciais para, tornar o problema conhecido e melhorar a qualidade dos serviços. Realizadas as reclamações, processos administrativos podem ser instaurados e dependendo do caso, a empresa poderá ser multada ou sofrer sanções administrativas, como a suspensão temporária do fornecimento do serviço.

Em outras palavras, caso as atividades privadas desenvolvidas sob a forma de concessão não obedeçam aos limites impostos pelas agências em seus setores, os contratos estabelecidos aos particulares podem ser até cassados. Mas, honestamente, o meu desejo é que esta questão nos ajude a fortalecer os caminhos de diálogos e de parceiros locais. As cidades inteligentes são ambientes onde o sentido de parceria é algo elementar, trata-se de um dos principais elementos capazes de conectar a sociedade com uma agenda pública contemporânea.

praticados pela iniciativa privada, zelando pela manutenção da qualidade na prestação dos serviços, e estabelecendo regras para setores, tais como, telecomunicações, energia elétrica, serviços de planos de saúde, entre outros. Além disso, devem garantir a participação do consumidor nas decisões pertinentes do setor regulado.

II.7. Estamos diante da necessidade de um novo modelo de educação, este é o nosso maior desafio contemporâneo

Atualmente se exige uma sociedade inovadora e altamente qualificada. Por este motivo, existe uma forte centralidade em relação à agenda da educação, ou seja, para que possamos avançar em grandes temas, será necessário que a sociedade possa incluir entre os seus maiores desafios, a transformação educacional.

É lógico que, os processos relacionados com a educação são relevantes, em relação a isto não existem dúvidas, aliás, não há quem subestime o papel da educação na contemporaneidade.

No entanto, entre o que se imagina como sendo elementar e o que se realiza na atualidade, é perceptível a existência de enormes “gaps” absolutamente inalcançáveis pelas atuais políticas de educação.

É exatamente por este motivo, que imagino que seja central repensar o papel da escola como um todo diante da centralidade que esta política pública assume no cotidiano da população brasileira. A escola para milhões é antes de ser o espaço de ensino e aprendizagem, o lugar para se alimentar, haja vista que a fome impede que tantas famílias não consigam oferecer o básico em matéria de proteínas e calorias necessárias diariamente.

Ou seja, são muitos os alunos que vão para a escola para em primeiro lugar, se alimentar e esta questão, não pode ser secularizada, minimizada ou disfarçada. Herbert de Souza

dizia que “quem tem fome tem pressa” e quando a escola “mata a fome” dos alunos, ela não resolve os tantos aspectos que ficaram presentes no cotidiano das famílias.

Aliás, foram muitas as cidades que em um determinado momento da pandemia da COVID-19 ofereceram vales, vouchers e cestas básicas de alimentos para as famílias, especialmente quando a exigência do distanciamento social, impedia os alunos de seguirem para a escola. Em um dado momento quando as aulas presenciais foram retornadas e se anunciaram a interrupção daqueles benefícios, houve grande sentimento de revolta, certamente, pois aqueles elementos ofertados pelo poder público minimizavam o drama dos alunos e de suas famílias.

Estou convencido que as tecnologias mais uma vez podem contribuir para este tema prioritário, mas, para que as coisas aconteçam, é primordial examinar as diferentes escolas pedagógicas somadas às complexas ferramentas tecnológicas sem se esquecer de alguns dilemas:

Primeiro o que já tratamos, e um dos mais relevantes, aonde o aluno tantas vezes vai à escola para se alimentar, já que em casa não há comida suficiente para todos, e o ambiente escolar se transforma na única possibilidade de crianças conseguirem fazer uma ou duas refeições.

Segundo a modernização e a utilização das tecnologias possíveis com a aceleração da internet, ainda não encontram em muitos casos, banda larga suficiente para que as ferramentas sejam total e adequadamente utilizadas.

Terceiro, a gestão escolar que deveria sempre ser parceira de um ambiente participativo e gerador de mais

empoderamento, ainda segue sendo o lugar de velhas receitas, repleto de grades e de normas que não se sustentam na realidade.

Desde modo, a escola e seus grandes desafios precisam ter aprendizagens que sejam capazes de qualificar a política pública de educação, com a importância que foram materializadas nos orçamentos depois da famosa Emenda Calmon. Sempre que trato desta questão lembro que, possuir recursos é fundamental, mas apenas conseguir mais verbas é pouco, para a complexidade imersa neste processo.²¹

Eu tenho uma grande lembrança dos tempos que eu era garoto e frequentava a Escola do SESI em São Bernardo do Campo, em que a minha primeira Professora Elisabeth trazia aquelas histórias da famosa cartilha “Caminho Suave”. Recordo-me das imagens, e das frases que precisavam ser repetidas à exaustão em um tempo em que o saber exigia boa memória, pois para estudar era necessário reconhecer coisas que estavam escritas e que nem sempre faziam sentido com a realidade.

Era o que tínhamos para o momento, e a exemplo de meus amigos, nos esforçávamos para lembrar que “o vovô viu a uva”, e que “o boi baba”.

As imagens daquela cartilha assemelhadas aos folhetos religiosos sugeriam a existência de uma sociedade onde, o pensamento, a criatividade e a criatividade não eram

²¹ Apenas em 1983, a Emenda nº 24 conhecida como Emenda Calmon foi estabelecida plenamente a vinculação dos recursos diretos para a educação.

requisitos para a educação, de modo que, as pessoas repetiam ideias e opiniões que estavam prontas e acabadas. Nas décadas seguintes aos meus tempos no Ensino Fundamental, as coisas foram ainda mais formais, e a escola seguiu sendo literalmente um “aparelho” que moldava o funcionamento de uma sociedade pouco crítica, afinal de contas, era necessário ampliar o mercado de trabalho para a indústria manufatureira em crescimento, cuja produção em massa exigia um trabalhador repetidor de procedimentos e de rotinas.

Nesta roda viva da educação brasileira, a presença de uma relação ensino aprendizagem colaborativa era impensável, e os alunos seguiam para a escola para aprender, ao passo que os professores, eram os donos das verdades absolutas que apenas precisavam ser ouvidas e seguidas.

E, foi no meio deste caminho, que ouvi falar de Paulo Freire e de Darcy Ribeiro, ambos educadores brasileiros que revolucionaram o modo de compreender a Educação e que tentaram fazer a escola se encaixar na realidade de um país desigual, que se isolava da realidade.

Darcy foi sociólogo, antropólogo e educador que, nos fez lembrar a causa indígena e da necessidade de uma educação pública de qualidade. Seus estudos são elementares para o entendimento da cultura nacional e da formação do povo brasileiro. Tenho grande admiração por Darcy Ribeiro, seu legado iniciado na Educação, entrou pela Cultura em função de seus romances, e para a política pública de Educação ²²

²² Darcy Ribeiro entrou para a Academia Brasileira de Letras por suas grandes contribuições literárias.

Dentre seus grandes feitos estão, a criação do Museu do Índio, foi um dos idealizadores da fundação da Universidade de Brasília, a UNB e, no Rio de Janeiro trabalhou a favor da criação de um projeto de educação em tempo integral, apelidado de CIEPS, quando Leonel Brizola foi governador do estado, participou ativamente da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, um marco na legislação educacional nacional.

Era muito forte a ideia do mestre Darcy que apontava de maneira premonitória que, “se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”, e infelizmente hoje percebemos como foram oportunas as suas reflexões.

Paulo Freire, um pernambucano, que está entre os autores brasileiros mais traduzidos no mundo, outro gigante da história da educação nacional foi um dos idealizadores, ainda no final dos anos de 1950 e 60 de iniciativas de educação popular e conscientização política, traduzindo um sentido de emancipação social, cultural e política dos brasileiros.

Criador de uma metodologia dialógica escreveu, entre outros clássicos, *Pedagogia do Oprimido*, um livro que tantos educadores fazem questão de lembrar que, não se trata de uma pedagogia *para* o oprimido e sim *do* oprimido. Afinal de contas, o que buscava Paulo Freire era a perspectiva de um protagonismo emancipador do povo brasileiro.

Não é por acaso que, Darcy Ribeiro e Paulo Freire foram considerados perigosamente subversivos pelos governos

militares, e ambos foram exilados quando a lei e a ordem exigiram o silêncio, nos anos do AI5.²³

Em minha opinião, estes dois senhores são imprescindíveis para se pensar o Brasil e sua gente, muito do que compreendemos dos valores, das crenças, da alma, deste ser considerado às vezes excessivamente cordial em nossa história é, em boa medida fruto da miscigenação que aconteceu também como a resultante da interação de diferentes culturas.

Este povo que é antes de tudo, um forte, que atravessou ao longo da história tantas dificuldades e recentemente acompanhou atônito, as obras destes patriotas sendo colocadas em uma inquisição pós-morte que fazia doer os ouvidos de quem pensa a necessidade de se fazer da Educação, um ambiente de reflexão, de estudos e de invenção.

Tenho certeza de que, o caminho não é tão suave como sugeria o título da citada cartilha de meus bons anos de Ensino Fundamental. A complexidade tem complicado a “suavidade” ao longo destes últimos anos, também porque muito tem se falado sobre os impactos que as novas tecnologias possuem na educação e neste sentido há inúmeras hipóteses, inclusive, sobre diferentes possibilidades de que computadores e outras ferramentas substituirão em breve os professores, estes seres supostamente antiquados com suas metodologias e teorias.

²³ O Ato Institucional n.º 5 - AI-5 foi uma medida que suspendeu os direitos civis previstos na Constituição Federal e permitiu a prisão arbitrária, sem direito à defesa, exílio e medidas de censura.

Muito se falou também ao longo dos últimos anos sobre as necessárias transformações nas salas de aulas, cujos antigos quadros negros não davam mais conta de uma realidade onde os estudantes eram cada vez mais usuários de diferentes ferramentas tecnológicas.

Aliás, é fato que a pandemia aprofundou uma sala de aula onde, o *boom* da educação à distância e de outros modelos educacionais que hoje funcionam em função dos avanços digitais, mas que, a meu juízo nem de longe guardam a possibilidade de reduzir o papel do educador neste processo. É bem verdade que, o docente não pode seguir como se referenciavam meus antigos mestres, e muito menos, como os mestres dos meus pais, mais do que nunca neste caso, “o passado é uma roupa que não nos serve mais”, mas, a escola que na atualidade se transformou também em um grande espaço de solução de dramas sociais, o lugar onde muitos alunos seguem para se alimentar, e outros para ter conhecimentos elementares de civilidade, precisa se adequar para realizar múltiplas tarefas no tempo em que o educador ganha nos significados e amplia sua relevância.

Neste mundo conectado, a responsabilidade do professor aumenta ainda mais, especialmente porque o conhecimento está por toda parte e a tarefa primordial dos professores deve ser apresentar aos alunos o que mais importa em cada área, reformulando paradigmas, e construindo novas verdades muito mais complexas e humanas.

A perspectiva dos professores por uma educação em que estamos aprendendo o tempo todo é cada vez mais presente quando temos um estudante mais educado midiaticamente,

e cujas possibilidades de amplidão da informação esbarra na tormenta das *fake news*, o que apenas faz crescer as responsabilidades de um educador bem capacitado, e que deve ser quase que um tutor para preparar o estudante para lidar com a enorme quantidade de notícias, imagens e dados, que fazem dos *emojis* e *memes*, valer à máxima mais e mais presente de que, uma imagem é sempre mais importante que mil palavras.

Outro dia tratava na Eicon de ferramentas digitais relacionadas à Educação e, discutíamos o quanto deve ser relevante o aprofundamento da discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que pode de fato representar um grande avanço, no que diz respeito ao estabelecimento de parâmetros nacionais para a Educação, mas que, corre o risco de ser algo tecnicista se não for amplamente debatido pelo conjunto da sociedade.

Acredito que há uma enorme necessidade de transformar a BNCC em realidade na sala de aula de todo o país, o que exigirá um grande esforço, dada as grandes extensões e desigualdades nacionais. Para tanto é essencial explorar novas possibilidades pedagógicas proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação, mas, a sua inclusão deve ser parte de um processo capaz de incentivar uma cultura de aprendizagem, que estimula a curiosidade e o aprendizado contínuo garantindo assim que o conhecimento seja algo cada vez mais vivo e menos estanque.

Em linhas gerais, educação midiática nada mais é do que formar cidadãos para um mundo conectado. As crianças e os

jovens precisam entender que, ser cidadão hoje implica em respeitar a diversidade dentro e fora da internet e que essas duas dimensões são inseparáveis.

E na medida em que se amplia a possibilidade de que a educação seja cada vez mais tecnológica e midiática, a cidadania precisa garantir a possibilidade de valorizar a pluralidade e a liberdade em suas diferentes dimensões.

II.8. Foi lindo ver o quanto as cidades ajudaram o Brasil a enfrentar a Covid-19

Eu me lembro bem do exato momento em que a OMS anunciou a elevação da condição de pandemia para a Covid-19. Estava naquele momento conversando com um técnico da Eicon sobre o uso de tecnologias na área da saúde e soluções como, telemedicina que estavam na minha pauta, e definitivamente entravam para a agenda das boas soluções técnicas. Sempre fui um destes sujeitos que se acostumou a ir ao médico e, mesmo pagando as consultas, aguarda o doutor com paciência e quando adentro o consultório tenho certeza de que o contato pessoal é fundamental, motivo pelo qual convivia com certo receio com relação a esta solução.

As tecnologias, assunto principal de minha vida desde este momento, passou a ter outras possibilidades por consequência da telemedicina, um processo avançado para monitoramento de pacientes, onde existem trocas de

informações médicas e análise de resultados dos mais variados exames.²⁴

Foi neste momento que, pelos canais de televisão e pela internet acompanhávamos estarecidos aqueles que sugeriam que a pandemia se tratava de uma questão pontual e passageira, e aos poucos a velha máxima aconteceu e a “ficha literalmente caiu”. A humanidade precisava ligar outro modo de funcionamento, e expressões como distanciamento social e lockdown entraram no cotidiano em que a vida passou a ter mais valor.

Nos primeiros dias ninguém sabia direito o que fazer como enfrentar aquela tormenta que passávamos. E, se havia algo bem claro para mim naquele momento, era que em tempos de grandes dúvidas pior do que não ter respostas adequadas, é tentar um caminho que possivelmente seja equivocado. A vida sempre nos ensinou que, na medida em que tomamos uma decisão muito desacertada, perde-se tempo e se frustram as esperanças.

Quando a pandemia iniciou, não existiam certezas e a realidade ficou marcada por um cenário de fortes turbulências que preocupavam fortemente as famílias, as empresas e os gestores públicos responsáveis.

Na sequência, o que acompanhamos ao longo dos seguidos meses em relação à situação econômica, confirmou a existência de uma forte crise no Brasil, cujas consequências confirmaram depois uma enorme queda no PIB e que

²⁴ Os exames são avaliados e entregues de forma digital e deve ser utilizado com apoio da medicina tradicional.

impactou severamente a realidade do Brasil inteiro e consequentemente das cidades.

Todas as cidades de quaisquer regiões e de diferentes tamanhos foram impactadas, a doença não deixou imune nenhuma vila perdida neste processo. E com o agravamento da crise econômica se ampliou o desemprego, que foi deixando cada vez mais trabalhadores vulneráveis e empreendedores em situação de forte estrangulamento econômico-financeiro.

A dureza da situação simplesmente destruiu segmentos do comércio e dos serviços que foram levados a fechar suas portas por conta da gravidade da situação.

Desde então, outra expressão passou a ser repetida, “precisamos pensar em um novo normal”, o que convenhamos na época era a literal expressão de um otimismo necessário, e foi quando na minha alma cresceu, ainda mais, as responsabilidades em buscar respostas capazes de ao mesmo tempo não agravar os riscos sanitários e encontrar soluções críveis para as pessoas e os governos na área da saúde. Nós já havíamos desenvolvido soluções nesta área, mas a exigência que se apresentara era ainda maior naquela situação.

As marcas da dor e das perdas foram enormes, quase setecentas mil pessoas morreram e muitas famílias ficaram órfãs de seus pais e avós, inclusive, porque os mais idosos foram os mais vulneráveis e, portanto, aqueles que mais sofreram as consequências.

E as respostas naquele momento eram, em boa medida, viabilizadas e praticadas pelas cidades, enquanto

acompanhávamos estarecidos, as polêmicas sobre a vacina, eram nas cidades que as coisas se amenizaram com hospitais de urgência e, de alguma forma com políticas sociais compensatórias.

Ou seja, a vontade de estudar a fundo o papel das cidades me tocou ainda mais e desde então, me coloquei a refletir com cuidado as relações existentes nestes espaços privilegiados de desenvolvimento de projetos exitosos.

Sempre que penso em tratar da questão tenho certeza que há vários pontos que são muito importantes, o orçamento Municipal é um destes, a visão estratégica e a construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável, é outra questão, há tantas questões sociais que precisam ser consideradas; no entanto se a vida humana não estiver no topo desta lista as coisas perdem o sentido.

Foi exatamente isso que a crise da Covid-19 me confirmou. Era necessário pensar no ser humano acima de quaisquer bandeiras, credos ou opiniões. Este é o valor mais inalienável que precisamos preservar.

É exatamente por este motivo que eu acredito sempre em um olhar que caminha no sentido contrário das perspectivas de gentrificação, processo socioespacial caracterizado pela valorização acentuada de uma determinada área urbana que aprofunda ainda mais o aumento da desigualdade. Há quem considere os processos de gentrificação e de ampliação das disparidades como normal e até positiva para as cidades, eu sigo em outra perspectiva.²⁵

²⁵ Gentrificação pode ser caracterizado pela valorização de determinada área urbana, ao mesmo tempo em que isso ocorre por

Deste modo, sempre que um gestor público decide construir uma agenda para o presente, ou o futuro de uma cidade, e quando, por algum motivo me pede uma opinião, eu sempre faço questão de dizer: ou você coloca as pessoas no centro de tudo ou o seu governo mais cedo ou mais tarde perderá a significância. E quando me coloco a pensar nestas questões todas, me recordo da minha tia Sara que se despediu de nós em agosto de 2021. Naquele momento, a Covid-19 estava mais uma vez em ascensão e infelizmente, tia Sara não resistiu, e foram tantas pessoas queridas que viveram este terrível drama.

É muito curioso, pois foi exatamente no momento da pandemia que muitos sujeitos sociais se deram conta de fato, que as necessidades das cidades são gigantescas e que realmente elas podem exercer um protagonismo ainda maior na cena pública nacional. Desde então, as cidades se tornaram ambientes de tantas mudanças, pois à medida que as pessoas ficaram mais tempo em casa, buscaram se adaptar a uma nova realidade, revendo formas de trabalhar, estudar, se divertir e fazer outras tantas coisas, foi exatamente quando investiram em buscar por uma série de novas equações.

Ou seja, a construção de uma agenda estratégica local sustentável, precisa apostar na perspectiva de um trabalho cotidiano desenvolvido em função de uma postura atualizada

meio de ações diversas como reformas urbanas que impactam o aumento do custo de vida na região fazendo com que se transforme o perfil dos moradores. Trata-se de um caminho em que cresce as desigualdades nas cidades.

e moderna, onde estejam claramente definidos os objetivos e metas a serem perseguidos, mas acima de tudo, onde as pessoas sejam o centro dos propósitos.

E lembro ainda por fim dos belos versos de Thiago de Melo que nos “Estatutos do homem” relembra o seguinte:

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade.
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo IV

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único:

O homem, confiará no homem
como um menino confia em outro menino.

Artigo Final.

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.

E que as lindas palavras deste amazonense de nascimento e brasileiro por vocação, nos sirvam de exemplo e inspiração para de fato as cidades, especialmente no conceito inteligente que estamos apostando seja de fato e de direito o lugar de gente, de todos os tipos.

II.9. Quando a perspectiva de cidadania é substituída pelo consumo

Hoje, há novos desafios em uma sociedade cujos cidadãos foram substituídos por consumidores, e mais recentemente, por seguidores.

No passado os professores sempre nos convidavam a estudar os “clássicos” de cada área das ciências. Éramos desafiados a conhecer pensadores que criavam paradigmas e ideias, cujas opiniões contribuía para a construção de caminhos nas diferentes áreas da vida humana.

Na atualidade multifacetada, nos tempos digitais em que os influencers possuem muito mais relevância, a vida humana ganha novos contornos e por vezes, os valores são completamente questionados.

Sempre procuro considerar a vida do ponto de vista bem prático para compreender melhor os seus diferentes aspectos. Quando nos damos conta, por exemplo, do funcionamento da área da saúde, percebemos claramente um pouco das diferentes perspectivas, não se trata de considerar uma melhor do que a outra, mas, de reconhecer que são múltiplos os caminhos. Enquanto o olhar mais europeu da saúde valoriza os processos de anamnese, onde o médico toca no paciente, examina, sentindo cada parte do corpo e procura compreender suas múltiplas relações em função do diálogo, em que cada um dos detalhes faz todo o sentido, em outra vertente, a perspectiva oriunda das escolas americanas de medicina, consideram a necessidade de exames e o uso de tecnologias para que o diagnóstico seja bem-produzido. De fato, é sempre curioso considerar o quanto a relação médico e paciente ganha novo contorno em função de cada uma dessas opções.

É exatamente o que poderíamos considerar em tantas outras áreas das nossas vidas, quando diferentes escolhas se apresentam.

É fato que em tantos aspectos que procuramos entender sempre haverá, na atualidade, um apelo muito maior para a valorização dos aspectos tecnológicos, e naturalmente em cada perspectiva devemos considerar e valorizar aquilo que é mais positivo em cada caminho.

Outro exemplo que é bem direto e perceptível, passa pela compreensão de que uma criança recém-nascida hoje possui muito mais fotografias do que minha mãe teve até se casar. Hoje, se fotografa tudo, se registra tudo, e se não estiver registrado e postado no *Instagram*, é quase como se aquilo não houvesse acontecido.

Aliás, quando chegamos à residência de um amigo, em uma empresa, um velório, ou qualquer outra situação, é recorrente que a primeira coisa que pedimos antes mesmo de um bom copo de água, é a senha do Wi-Fi.

Nestes disruptivos a conectividade é uma fixação, e o consumo de dados nos faz sujeitos completamente bem-informados, sabemos tudo sobre todos sempre, ou ao menos pensamos que sabemos.

E para que esta máquina de informação funcione, nestes tempos da sociedade contemporânea tão fundamental quanto à importância da usabilidade, é saber quais são as maneiras que podemos avaliar os padrões de qualidade dos dados que nós consumimos cotidianamente. É exatamente por este motivo que nos obrigamos a compreender coisas aparentemente complexas e de muitas áreas diferentes, como é o caso das Heurísticas de Nielsen, que são elementos básicos que guiam os designers durante o processo de construção das interfaces das soluções que se desenvolvem no vasto mundo das novas tecnologias. Os técnicos da Eicon conhecem estas Heurísticas de Nielsen de maneira tão impressionantes que às vezes eu até penso que são questões singelas, e me dou conta das complexidades quando buscam aprimorar as “experiências dos clientes”. É exatamente neste

momento que sinto a necessidade de juntar tecnologia com antropologia, para fazer a primeira se conectar diretamente com os interesses da sociedade. Neste momento fica evidente o quanto a cidade inteligente precisa fazer sentido para os gestores, para que estes não percam o “timing” relacionado às perspectivas intrínsecas dos cidadãos.

De uma maneira simples, a Heurística é um procedimento cognitivo relativamente simples que precisa nos ajudar a encontrar respostas, mesmo que imperfeitas, para as complexas perguntas que os sistemas de dados nos apresentam.

Estas heurísticas são regras gerais desenvolvidas por Jakob Nielsen em parceria com Rolf Molich em 1990, para que fosse possível depois de anos, desenvolver regras gerais de avaliação do design de interação. É comum relacionar o “design” à parte estética de produtos, marcas ou layout, mas isso não aponta a totalidade que precisamos considerar do design, pois o que se torna cada vez mais elementar, ao menos no trabalho que realizamos, é o seu lado funcional. Quando falamos sobre “interfaces digitais” nos referimos à construção de meios de comunicação entre uma pessoa e uma máquina, e de que maneira podemos avaliar a eficácia de uma interface? (CARVALHO, 2020)

A melhor maneira de avaliar a usabilidade é testá-la com usuários reais, realizando testes quantitativos e qualitativos de usabilidade referenciados nas Heurísticas de Nielsen. (CARVALHO, 2020)

Sempre que procuro observar tecnicamente esta questão, percebo o quanto as complexidades tecnológicas precisam

fazer sentido para que quem esteja na ponta, precise enfrentar a necessidade de ampliação da acessibilidade para todos valorizando o sentido de que os caminhos sejam de fato, cada vez mais customizados e integrados à vida prática dos cidadãos.

Dentro da Eicon, há inúmeros técnicos que trabalham soluções, cujos protótipos precisam ter altíssima fidelidade com suas telas, ícones e textos cada vez mais leves e conectados às respostas demandadas de uma vontade genuína da sociedade que de maneira geral, vivenciam rupturas com alguns valores do passado em um tempo em que há uma enorme resignificação da própria vida, em relação àquilo que já acreditamos e que tem pavimentado o nosso futuro.

Aliás, é exatamente neste momento que me lembro do quanto os sentidos criados pelos aplicativos de transportes fazem sentido com a prestação de um bom serviço, desde a chamada de um carro para ir a um determinado lugar, passando pelo valor que pagarei, até a possibilidade de avaliar o serviço.

É incrível a maneira como este e outros processos de construção acontecem de maneira criativa e cada vez menos seriada, fazendo a gente compreender na prática, o quanto a terceira revolução científica e tecnológica chegou para ficar. Estamos vivendo com intensa alegria a oportunidade de fazer parte deste mundo que precisa ter sentido, mesmo que seja digital ele precisa nos trazer lembranças e, acima de tudo, ser capaz de fazer as pessoas serem mais felizes.

As diferentes informações precisam estar integradas e ser inteligíveis para todas e todos, o que no caminho das cidades inteligentes, valorizamos a possibilidade da existência de um grande portal em que, o cidadão pode prioritariamente conseguir acessar os serviços que necessite, ou seja, a comunicação dos governos por meio destes portais precisa contribuir diretamente para aproximar os serviços, de modo que, por exemplo, um pai possa acompanhar o desempenho escolar de seu filho, sabendo de modo cotidiano, sobre o mais elementar detalhe daquele estudante, o que exige interação e responsabilidade.

Mas para que isto possa acontecer, dois movimentos precisam ser concomitantes. Os pais precisam querer acompanhar de maneira responsável aqueles que são seus bens mais preciosos, e os governos precisam diminuir a necessidade de fazer destes portais lugares de propaganda e de uma autoimagem positiva.

Tenho certeza de que à medida que estas duas questões avançarem, poderemos conversar de uma maneira mais próxima sobre a relação entre cidadãos e consumidores e, o serviço público poderá escapar de conflitos que colocam em lados opostos aqueles que “pagam” e os que “oferecem os serviços”. Quando esta questão conseguir avançar localmente, sinto que poderemos apostar cada vez mais no sentido de uma ampla reforma administrativa capaz de criar uma agenda apta a ampliar as responsabilidades em que a modernização possa garantir que, o prontuário geral dos cidadãos esteja em um lugar certo e sabido, um único lugar, aonde possam ser encontrados, para que as políticas públicas

inclusive possam ser avaliadas e melhoradas. É exatamente por este motivo que sempre que posso, procuro fortalecer em minha equipe o sentido de que, a empresa de fato precisa transformar vidas, e tenho certeza de que a nossa prática, e os nossos valores historicamente têm cumprido este papel de ajudar na construção de uma sociedade melhor, mais eficiente, sim, mais funcional, também, mas, acima de tudo mais cidadã, fazendo com que os habitantes sejam de fato sujeitos sociais de maneira integral. Trago comigo uma vontade genuína de que precisamos perceber o quanto as coisas têm mudado, e o quanto existe de silêncio em diferentes sinais de transformação. Há uma complexa revolução que grita e que de maneira paralela, às vezes desarmônica inclusive, nos sugere conviver com a complexidade de um mundo em uma quase permanente desordem.

Certamente, muito do que estamos aprendendo a conviver tem relação direta com dois pensadores importantes, seja quando nos damos conta dos tempos líquidos ou de uma nova modernidade sugerida por Zygmund Baumann, que substituiu a antiga solidez que nos traziam pretensas seguranças e, do modo complexo de compreender as coisas apresentado por Edgar Morin. Ambos nos indicam a necessidade de repensar métodos. Nas ciências isso é elementar, nós precisamos continuar evoluindo para que possamos ir além das verdades absolutas que não respondem mais as equações do presente e muito menos aquelas que haverão de surgir no futuro.

Creio que estas reflexões inclusive, nos ajudam a compreender um pouco mais sobre o perfil do brasileiro que é um sujeito que está sempre fazendo uma aposta. Quando vejo a quantidade de equipas de futebol que, neste momento são patrocinadas por sites de apostas, ou da enorme capilaridade que possui o jogo do bicho, quando a ideia de apostar faz sentido na cabeça do brasileiro que às vezes imagina sobreviver a tantas dificuldades quase que por um “golpe de sorte”.

Este brasileiro que é um forte, também acompanha as perspectivas de cidadania que se não é substituída pela noção de consumo, menos se aproxima desta. E nós precisamos estar o tempo todo atento para conhecer em detalhe cada um dos aspectos deste tempo de mudanças.

II.10. O desafio é fazer tecnologias interativas e conectadas com pessoas

Quando trabalhamos com tecnologia nos deparamos com a necessidade de fazer jornadas seguras e responsáveis garantidoras do máximo de confiança possível. E quando penso nesta questão penso de maneira recorrente no diversificado uso das maquininhas que se multiplicam pelos estabelecimentos comerciais e de serviços no Brasil e no mundo.

É incrível o quanto as tecnologias são instrumentos de conectividade de uma sociedade que procura viver cada vez mais um sentido de rede, o que, aliás, designa na sociologia

uma sociedade organizada a partir de um sistema comunicacional mediado por tecnologias.

Outro pensador que tenho grande admiração e que estuda há anos esta questão é Manuel Castells, espanhol de nascimento e um cidadão global por excelência. Sou um fã incondicional do modelo de democracia criado por Castells, em que o cidadão exerce diretamente sua participação de maneira integrada com as novas tecnologias. Esta solução que procuro praticar cotidianamente tem por objetivo criar soluções que sejam cada vez mais garantidoras e valorizadoras da transparência da gestão pública.

Admiro o quanto Castells conseguiu fazer de suas opiniões um sentido prático de uma participação política, na qual os cidadãos podem, criar, propor, votar em iniciativas, ou atividades majoritariamente produzidas em ambiente digital, no qual o financiamento é fruto de crowdfunding, a redação dos programas é colaborativa e a organização é em rede e as listas de participantes são abertas a qualquer cidadão, fazendo uso do software livre. Quem dera que, um pouco desta experiência profundamente engajada, em algum momento possa fazer mais sentido para a realidade brasileira.

Mas voltando à primeira ideia, Castells nos chama atenção para a necessidade de considerar o papel da informação na sociedade contemporânea, uma sociedade que cada vez está se transformando em informacional, por meio das redes estabelecidas entre as suas características sociais, econômicas e políticas. Em resumo este grande pensador define a sociedade da informação como um período histórico

caracterizado por uma revolução tecnológica movida pelas tecnologias digitais de informação e de comunicação e seu funcionamento é garantido por uma estrutura social em rede, envolvendo todos os âmbitos da atividade humana, em uma complexa interdependência multidimensional.

Todas as vezes que estou em um restaurante, ou em uma loja, e me deparo com as maquininhas de pagamento confesso que ainda tenho um misto de surpresa e contemplação, e mesmo antes de aprofundar o modo como estes equipamentos de diversas bandeiras funcionam ficava a imaginar o quanto eram complexas as múltiplas relações que estas conseguem conectar.

De um lado um consumidor que paga um bem ou serviço e que insere um cartão em uma máquina e de maneira automática faz conexão da conta deste consumidor com um banco e realiza o pagamento à vista ou em diversas parcelas. É fato que, na atualidade as taxas de prestação destes serviços, colocam este universo em uma verdadeira revolução em que novos negócios se desenvolvem em meio ao aprofundamento de uma nova economia mais digital e complexa.

É exatamente em paralelo a este ambiente, que acompanhamos uma enorme transformação do mercado bancário que convive com o desenvolvimento de um novo universo de crédito, pagamentos e cobrança; um universo que acompanha de maneira surpreendente uma verdadeira revolução.

E quando procuramos compreender melhor uma série de transformações estruturais desta parte do sistema

econômico ao longo dos últimos anos há que se estabelecer também um nexos direto com o conceito de financeirização da economia. Em que pese ser este, um conceito com pouco consenso, certamente nos indicam elementos relevantes para compreender algumas mudanças ocorridas no Brasil e no mundo.

Sempre há quem procure destacar com maior ou menor intensidade o quanto as mudanças financeiras afetam os processos decisórios dos agentes econômicos como sendo relevantes para a escolha dos caminhos das empresas, dos governos e da sociedade, e na prática não existem dúvidas em relação à importância desta área.

Nas últimas décadas há um grande número de estudos especialmente com viés heterodoxo que analisam o fenômeno da financeirização e certamente quase sempre remontam ao fim do padrão Bretton Woods, o qual marcou um inegável processo de transformações que emergiram no último quarto do Século XX, e combinaram na sequência, com a aceleração da globalização e das tecnologias computacionais possibilitando o ritmo acelerado dos mercados contemporâneos. (ALMEIDA, 2020)

Trata-se de um universo quase que paralelo, no qual muitas vezes as transformações “reunidas sob o rótulo financeirização”, costumam referir-se às mudanças estruturais ocorridas principalmente nas economias mais centrais do planeta.

Quando consideramos estas transformações que se espalharam por todo o globo com as integrações comerciais e econômicas ocorridas durante os últimos cinquenta anos

aproximadamente, na qual “a globalização produtiva e a globalização financeira, sobre as quais muito se escreveu, formam partes do fenômeno” contemporâneo que para ser bem compreendido, precisa ser observado de maneira muito mais ampla do que sugerem algumas análises mais apressadas. (ALMEIDA, 2020)

Esta questão certamente é muito mais abrangente do que a análise breve realizada neste livro indicando, uma entre tantas outras, questões que precisam ser tratadas e a exemplo de outras, procuro aqui alinhar a reflexão com as perspectivas das cidades inteligentes, desta forma, esta questão não pode ser deixada de lado.

Também é fato que o mercado financeiro e suas variantes de crédito acentuam suas imperfeições em meio ao crescente papel da financeirização da economia.

Em meio a esta questão, aos poucos vamos abrindo um horizonte inimaginável até pouco tempo atrás, onde não vislumbrávamos a possibilidade de que os mais pobres e vulneráveis pudessem ter acesso aos serviços bancários, o que evidenciava mais um sinal de flagrante desigualdade na cena nacional, e inclusive reforçava aquilo que conhecemos como sendo uma forte exclusão bancária de reduzidas possibilidades dos excluídos financiar suas atividades produtivas na perspectiva de auxiliá-los na superação da pobreza. (HELAL, 2017)

Em que pese o gradativo e relevante crescimento do microcrédito, havia muitos críticos que o apontavam como ineficaz na obtenção de propósitos, e tantas vezes víamos que no Brasil, eram programas de microcrédito surgindo

como parte de iniciativas populares, e de ações de políticas públicas, especialmente com a introdução do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado. Neste contexto, me chama a atenção o fato das pessoas mais pobres que são as que mais sofrem com a impossibilidade histórica de acessar os serviços bancários, seguir repetindo uma lógica de forte correlação entre a ausência destes serviços e a pobreza no Brasil, em que pese em algum momento tenha surgido iniciativas de criação de correspondentes bancários. (HELAL, 2017)

Há coisas na vida que são alvissareiras e despertam com uma enorme potência o meu otimismo. Confesso que estou animado com o tanto de elementos que tem valorizado a alternativa global em torno do microcrédito. Tenho convicção de que esta se constituiu em uma ferramenta financeira criada para ajudar a combater a pobreza e a falta de recursos, para satisfazer necessidades elementares de sobrevivência das pessoas. As leituras sobre a vida do “banqueiro dos pobres”, Muhammad Yunus me inspirou a compreender a importância deste assunto, e não é difícil perceber que há milhões de pessoas totalmente esquecidas pela sociedade e completamente inexistentes para o sistema financeiro tradicional, mas que, via de regra revelam uma enorme característica em comum, um empreendedorismo nato, forjado no instinto de sobrevivência cotidiano. (HELAL, 2017)

E esta questão bem prática combinada com um olhar mais teórico indicam a relevância de estudar mais a fundo à questão do crédito.

É relevante considerar que as teorias econômicas clássicas, marcadamente apontadas por Schumpeter e Keynes lembram que as imperfeições do mercado de crédito sempre consideraram o assunto como sendo um elemento catalizador da promoção do dinamismo econômico por meio do financiamento de processos produtivos inovadores. E para além destes, outros autores lembraram o quanto a atuação de instituições financeiras pode aumentar o potencial de crescimento da economia na medida em que permite a realização de investimentos, ao mesmo tempo que funcionam como intermediários financeiros. (HELAL, 2017)

Foi exatamente em função destas preocupações que Muhammad Yunus criou uma instituição que passou a conceder microcrédito aos excluídos do sistema bancário tradicional, e digo mais, a experiência iniciada em 1976 serviu de fonte inspiradora sobre o assunto para todo o mundo, é tanto que em 2006, ele recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

O Banco Grameen, significa na língua local, ‘rural’ ou ‘aldeia’, conceito que abarca aqueles que vivem em pequenas comunidades, e desde a sua criação passou a ser uma excelente referência no mundo em atendimento aos mais pobres. No Brasil, o microcrédito ganhou força com a instituição da Lei do Terceiro Setor, 1999, que definiu o funcionamento de organizações civis de interesse público e das sociedades de crédito ao microempreendedor e, posteriormente, com a Lei 11.110/2005 que instituiu o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. (HELAL, 2017)

Quando examino esta questão, me chama atenção que desde os anos de 1970 Muhammad Yunus atuava como professor de economia e tinha a preocupação em buscar soluções para as pessoas, ou seja, era um professor com uma visão social admirável.

Para ele a Universidade de Chittagong em Bangladesh era um lugar que precisava acompanhar com atenção os seus vizinhos da universidade, especialmente quando ele passava por Jobra, uma aldeia muito carente de Bangladesh, onde os seus moradores sobreviviam do trabalho no campo ou de atividades artesanais de baixíssima remuneração, financiadas com dinheiro de agiotas e que a exemplo do que ocorre normalmente, estes eram extorquidos em seus rendimentos. Ao sentir na pele aquela dura realidade Yunus procurou ajudá-los a se livrar dos agiotas emprestando do próprio bolso, a 42 pessoas, uma quantia inicial de 27 dólares. Quando penso o quão pouco isto significa e segue significando, e o quanto isto foi significativo para aquela comunidade, diga-se de passagem, foi aquela ação concreta do professor que o fez despertar para a iniciativa mais ampla de criar a experiência do Gramem Bank. (HELAL, 2017)

Esta experiência desenvolvida em Bangladesh, um país castigado por ciclones, tempestades tropicais, furacões e cuja população guarda um número gigante de seres humanos errantes que vivem atordoados em uma diáspora permanente, é algo que me fortalece no sentido de valorizar as causas sociais e as ações que buscam de alguma forma retirar da pobreza e de marginalidade tantos irmãos.

Em São Paulo, acompanho de perto e procuro apoiar ações exemplares e que guardam semelhanças com aquelas desenvolvidas na capital pelo Padre Júlio Lancellotti e outros tantos seres humanos que vivem uma linda encarnação da busca da pobreza e da melhoria de vida dos excluídos.

As ações do Padre Júlio e outras me revelam ainda duas coisas importantes, primeiro que, no Brasil existem muitas pessoas dispostas a ajudar de maneira honesta os mais pobres e, em segundo lugar sem inclusão a própria perspectiva de mercado se torna uma miragem, ou no mínimo, algo que poderia ser maior e capaz de integrar mais pessoas.

Neste complexo ambiente, de onde somos desafiados a criar tecnologias interativas e conectadas com pessoas é importante atentar para os caminhos do Open Banking, um sistema que tem contribuído diretamente para transformar ainda mais o sistema financeiro nacional e, desde que houve a implantação do Pix tem se discutido na agenda do Banco Central tudo o que diz respeito ao fortalecimento da competitividade em relação ao nosso Sistema.

A chegada do Open Banking certamente trará opções de produtos e serviços financeiros, e esperamos que estes aconteçam com menos custos e mais transparência em relação aos clientes finais.

O Open Banking traz em seu cerne, um conjunto de regras e tecnologias que permitem o compartilhamento de dados e serviços de clientes entre instituições financeiras por meio da integração de seus respectivos sistemas, o que na prática fortalece alguns sentidos dos clientes, na medida em que

desejarem poderão escolher, quando e com quais empresas irão compartilhar seus dados, isto não será apenas a resultante de um aplicativo, trata-se de um novo modelo de conexão que se estabelece na economia com uma dinâmica surpreendente.

O Open Banking não é uma exclusividade do Brasil, o Reino Unido foi o pioneiro ao implementar um sistema parecido em 2018 e, em seguida algo semelhante aconteceu na Austrália, trata-se de uma parte renovada do novo ecossistema financeiro nacional capaz de articular as instituições cuja adesão deve ser voluntária, e que para além dos tradicionais bancos que conhecemos passa a contar com instituições de pagamentos, como Pic Pay, Mercado Pago, Nubank, etc. (INFOMONEY,)

A esta questão do Open Banking se junta o dinâmico universo das fintech, que são inúmeras; do micro crédito e dos bancos cooperativos, aos bancos digitais que foram marcas de uma impressionante evolução na cena bancária nacional, na medida em que possibilitam a redução das barreiras e a democratização de crédito e outros serviços financeiros caminham positivamente, em minha opinião, para boas transformações de um cenário que possui um histórico absurdamente burocratizado no Brasil. E mais, destaco que, além de serem muito mais dinâmicas, estas novas oportunidades são resultantes das boas possibilidades destes tempos de conectividade que temos tratado, e que se relacionam diretamente com um vasto mundo da economia do conhecimento.

Uma coisa é fato, há uma janela de oportunidades neste cenário em relação às cidades inteligentes, tema principal deste momento, seja pelas possibilidades de conexão dos sistemas com os cidadãos e também pela maior agilidade e aproximação que estas novas tecnologias oportunizam.

Depois destas várias questões que passam pelo novo mercado de crédito e pelo fortalecimento das maquininhas de cartão, fica evidente que nada disso vai ter sentido, se, não acompanharmos os desafios de fazer das tecnologias algo mais interativo e capaz de conectar pessoas.

E a conexão não se refere apenas as tecnologias, ao mesmo tempo em que passam por estas, as conexões dizem respeito à economia, mas as possibilidades de se ter um mundo com mais afetos e gentilezas.

III. A construção de uma metodologia para pensar cidades mais inteligentes

A credibilidade é consequência do método.

Carl Sagan

Neste terceiro capítulo o meu esforço buscou apontar os elementos básicos presentes na construção de uma metodologia para as cidades inteligentes, onde a apresentação de um modelo, um jeito, não encerra todos os outros possíveis conceitos na cena contemporânea.

Para esta construção é elementar compreender os indicadores e ajustar a confiança de um processo que sabemos, marca uma pluralidade elementar.

A metodologia que estamos desenhando é ao mesmo tempo participativa e alinhada aos propósitos da Eicon, uma empresa que trabalha para transformar vidas e, transformar o mundo com muita coragem, ousadia e inovação.

III.1. A construção de uma metodologia não encerra todos os conceitos

Entre os grandes dilemas da economia destaca-se a questão da escassez. Desde os primeiros escritos de Adam Smith e sua “mão invisível” procuramos compreender o funcionamento do mercado e as maneiras como estes podem ser equilibrados. Há quem de maneira catastrofista, considere o momento atual como uma antessala de um novo "Armagedom", haja vista que, as tecnologias ceifam postos de trabalhos e por consequência, anulam a presença de grandes contingentes populacionais nos sistemas de consumo. Seguindo outra vertente, também existem aqueles que apostam que a tecnologia transformará escassez em abundância, e a vida na terra será uma espécie de realização

do texto do profeta Isaias, segundo o qual “lobo e cordeiro pastarão na mesma relva”.

“As mais profundas mudanças que vão acontecer no planeta estão ao alcance da nossa expectativa de vida hoje. Não fazer parte disso, tentando mudar de alguma maneira o mundo, é virar as costas para uma oportunidade imensa”. (PICCOLI, 2020)

E, para que esta aposta se transforme em realidade e enfim a escassez econômica, social, cultural seja minimizada em consonância com os crescentes padrões de tecnologia, o mundo dos negócios demanda transformações mais velozes, acompanhando novos ritmos para a humanidade. A partir do momento em que a informação passou a ser um dos pilares da economia, as empresas mais alinhadas com as tendências tecnológicas passaram a adotar estratégias para uma elevada performance, o que fez com que estas pudessem crescer de maneira exponencial com uma velocidade incrível. (PICCOLI, 2020)

Do ponto de vista da agenda pública, recentemente uma lei foi sancionada a partir de onde se sugere, destinar recursos para a pauta da cidade inteligente, o que pode iniciar passos mais efetivos em relação ao desenvolvimento de um modelo sustentável de cidades.

É verdade que o conceito dessa legislação está muito voltado para a questão da infraestrutura e conseqüentemente com os serviços relacionados com essa perspectiva. Como já citei em outros momentos deste livro, acredito que a cidade

inteligente é uma marca muito forte e de fato, há situações onde a ideia tem sido um pouco minimizada ou simplesmente banalizada, há empresas que simplesmente se apropriam do conceito e usam "chavões em seus slogans". Há governos de cidades que fazem o mesmo, ou seja, a marca está sendo usada e apropriada por muitos e às vezes de uma maneira contraditória e vaga, deixando de consolidar o caminho com a perspectiva estratégica que acredito ser possível.

É exatamente por isso, que queremos estar entre aqueles que desenvolverão o tema como um modelo referencial de reorganização das cidades. Sabemos que pela grandeza e complexidade da questão, não seremos os únicos, mas, estaremos entre aqueles que poderão contribuir com os meios gerais dessa cidade inteligente que tanto sonhamos.

Entramos neste debate, quando começamos a pensar em controles inteligentes e na sequência, fomos incluindo muita vida nesta questão, e a nossa marca passou a se relacionar com as perspectivas da qualidade de vida das pessoas no ambiente das cidades.

As soluções da saúde, educação e também as que desenvolvemos para o completo gerenciamento de obras que produzimos na Eicon, estão totalmente conectados com a perspectiva das cidades inteligentes. Todas as soluções que a gente traz, é sempre algo que quer mais melhoria da qualidade de vida do cidadão, na perspectiva de que novos elementos ajudam a desenvolver um modelo mais amplo e funcional.

E repito, não tenho uma crítica vazia à ideia de Smart Cities, apenas me incomoda quando esta perspectiva é apresentada, como sendo o todo do caminho das cidades inteligentes, pois acredito que este é um dos importantes e relevantes aspectos, mas é algo limitado. É necessário ir além especialmente à medida que imaginamos desenvolver uma metodologia, é necessário seguir firme conectado com os valores e propósitos que temos. Uma das questões centrais que tenho refletido quando o assunto é cidade inteligente, diz respeito às possibilidades de desenvolvimento de uma metodologia sobre o assunto.

Notem que falo metodologia e não método, modelo ou outras expressões assemelhadas. Tenho convicção de que este é um caminho bem mais leve e oportuno em relação à questão que sou verdadeiramente apaixonado.

Muitas vezes quando faço reuniões com membros da minha equipe, há um momento onde o tema das cidades inteligentes se faz presente; trata-se de uma obsessão que tenho procurado enfrentar sob os múltiplos aspectos.

E quando penso em metodologia, imagino algo que, de alguma maneira contribua para juntar as várias partes de um quebra-cabeça onde inúmeros aspectos e detalhes foram tratados neste livro, cuja produção foi algo que desenvolvi com enorme carinho. Afinal de contas é sempre bom estudar, pensar, buscar avançar em universos que guardamos identidades.

Entre as boas conversas que tenho com minha filha Noelle, ela me diz: “Senhor Luiz, lembre-se sempre que as cidades não são apenas lugares onde o capital e o trabalho precisam

ser realizados para alimentar um sistema que repete histórias e caminhos. As cidades precisam ser compreendidas como a nossa casa, uma casa com quem compartilhamos vidas, sonhos e esperanças”. Lembro-me desta boa ideia da minha querida menina, e me conecto totalmente com as inspiradoras opiniões do teólogo Leonardo Boff, um dos autores da Carta da Terra, quando afirma que o Brasil não tem um projeto global de enfrentamento da crise climática, e pior, o país descuida do meio ambiente. Para ele, quando isto acontece perde-se a oportunidade de ser um protagonista mundial.

Boff e Noelle têm muita razão. O nosso país pode ser a mesa posta para as fomes e sedes do mundo inteiro, mas, para que isto aconteça é elementar enfrentar dramas nacionais e internacionais sob a luz das comunidades locais, em particular, das cidades e regiões. Tenho convicção de que questões como a mitigação dos dramas ambientais passam pela maneira como cuidamos das cidades especialmente como reagimos frente à crise climática, a reciclagem, a energia fotovoltaica e as alternativas para a mobilidade urbana que considere os meios de transportes e não apenas o trânsito.

Outro dia li uma reportagem onde o querido teólogo afirmou: “Temo muito que nossos filhos e netos, olhando para trás, nos amaldiçoem. Porque vão dizer: *vejam que terra vocês nos legaram*”. Para que possamos ir além dos projetos que pontualmente ajudam a desenvolver nas cidades nas quais mergulhei na agenda das cidades inteligentes e neste aspecto metodológico que tenho procurado aprofundar, espero dar

um passo a mais fazendo com que, bons aspectos possam de alguma maneira apontar indícios dos melhores caminhos que haveremos de seguir.

Eu penso que ao abrir esta reflexão sobre a questão metodológica, aproximo o diálogo para a centralidade que joga a Educação em todos os contextos que desenvolvemos. Tratar da Educação como central revela o quanto precisamos compreender sobre as tantas dificuldades que fazem desta política pública algo que deveria ser muito melhor. Eu, que gosto tanto de pensar sobre os indicadores de todos os tipos, tenho enorme tristeza quando lembro que o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado apenas em 2007, e quando estes são utilizados apenas como parâmetros para rankings escolares. A minha irritação aumenta mais e isto sem falar das comparações que nos mostram as distâncias entre IDEB e PISA, o indicador internacional de avaliação de estudantes.

Trazer a educação para este momento em que penso metodologias, me faz lembrar as pluralidades presentes nas múltiplas escolas pedagógicas. Tenho tantos amigos que gostam de detalhar o quanto um olhar mais aproximado de Piaget, por exemplo, irá contribuir para uma escola e uma vida melhor. Lembro-me deste pensador e não tenho como deixar de citar, Mario Sergio Cortella e sua ideia de que quando troco uma ideia, consigo fazer um verdadeiro “milagre da multiplicação” do conhecimento.

A compreensão da relevância da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades é algo que, sempre procuro valorizar no trabalho cotidiano da Eicon.

Estou convicto de que, esta não é uma questão menor, não é um detalhe, se nós já chegamos aonde chegamos tenho certeza que muito se deve ao quanto tratamos sobre esta questão.

A necessidade de se construir uma escola voltada para a capacitação de cidadãos nestes tempos em que somos marcados pela competição, pela necessidade de alcançar a excelência; onde novas exigências são definidas o tempo todo, é um dos elementos que marcam a solução que desenvolvemos para a educação, desde a concepção até a aplicação prática enfatizamos que os sentidos serão menores se a solidariedade, a ética e a compaixão não estiverem presentes neste e em outros produtos.

Depois de fazer esta ponte entre o debate sobre metodologias com a educação, necessariamente, penso que podemos emprestar para esta nossa procura, um pouco do debate sobre os Parâmetros Curriculares Nacional, momento em que educadores e instituições de ensino aprofundaram um debate educacional que envolve as escolas, os pais, os governos e a sociedade procurando a transformação positiva no sistema educativo brasileiro. (MENEZES, 2001)

Estes Parâmetros foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país, e de outro, considerando a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Desta maneira se pretende criar condições para que as escolas permitam que as crianças, jovens e adultos tenham acesso ao conjunto de

conhecimento socialmente elaborado e reconhecido como necessário ao exercício da cidadania.

É exatamente o processo de construção dos Parâmetros que trago neste momento como um bom exemplo para o caminho que agora estamos fazendo. Neste caso foram apresentados documentos referenciais depois de um longo trabalho, que contou com a participação de muitos educadores e assinalou a marca de suas experiências, estudos e ao final apresentaram importantes resultados.

Da mesma forma que os Parâmetros Curriculares servem de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de uma escola, melhor faremos de nossa construção metodológica um caminho, como bem disse Ernest Hemingway: “Quem estará nas trincheiras ao teu lado? E isso importa? Mais do que a própria guerra”. O destino que queremos chegar, nosso objetivo em relação a um desenho metodológico, certamente contribuirá para fortalecer a perspectiva da cidade inteligente que acreditamos, mas, para que possamos ter cada vez mais as convicções que nos movem, acredito demais na força do trabalho criativo, que vai juntando pedaços, marcando centralidades, deixando claro o que é central em nosso projeto. Não faremos um modelo, não teremos um produto que se assemelhará a uma “receita de bolo”. As cidades inteligentes e as complexidades nos convidam a ir tateando os detalhes para que possamos com prudência fazer valer a vida de cada pessoa que acredita na ideia.

Este processo de construção de uma metodologia não encerra todos os conceitos e indagações. Trata-se de uma

oportunidade para que possamos fazer uma reflexão sobre a nossa prática, avaliando uma série de questões e procurando avançar naquilo que conseguirmos da maneira mais planejada possível.

Em nossa trajetória, a procura que fazemos para valorizar uma perspectiva metodológica que ultrapasse as fronteiras estabelecidas entre os diferentes campos de conhecimento, acredito ser primordial ir além dos dualismos simplificadores cujas pretensas categorizações desenvolvem muito mais estereótipos do que realidades concretas.

A multiplicidade de aspectos, a diversidade de elementos e dimensões que dialogamos, faz com que estejamos o tempo todo buscando ampliar os limites dos nossos olhares tentando compreender que os processos organizacionais das cidades inteligentes não existem em si, mas, estão totalmente articulados com os aspectos históricos, urbanos, culturais. E mais, não se trata em absoluto de imaginar estruturas sociais, arquitetônicas e econômicas estáticas, do contrário estamos sempre considerando estas em permanente desenvolvimento.

As cidades inteligentes consideram as ações sociais como resultantes das práticas individuais que se movem em função de complexas e dinâmicas redes de relações internas e externas, o que fortalece a possibilidade de governanças democráticas internas, entre os diferentes sujeitos sociais e externas na medida em que valorizam a necessária perspectiva de regionalidade.

Esta metodologia que buscamos desenvolver não guarda aproximação com um pensamento fragmentário, a

interdisciplinaridade fortalece a interação entre os diferentes campos de conhecimento, o que precisa ser observado em meio a seus equilíbrios e às múltiplas tensões.

Assim, a metodologia para uma questão ampla e complexa exige um pensamento interdisciplinar, até porque na prática há uma interdependência entre todos os elementos que caracterizam uma cidade inteligente.

Então, jamais poderemos conviver com a perspectiva em que são separados indivíduo e sociedade. O processo histórico tem valorizado e fortalecido cada vez mais a concepção de que as cidades são resultantes das pessoas e precisam ser construídas e pensadas para as pessoas, com todas as suas pluralidades, econômicas, sociais, culturais entre outras.

Uma cidade inteligente é educadora, segura, igualitária e justa, conectada, transparente, e acima de tudo é aquele lugar em que as pessoas mais do que quaisquer “recursos” fazem a diferença.

III.2. Os indicadores ajudam a avaliar a correção dos caminhos

Qualquer organização que deseja seguir cada vez melhor é necessário avaliar constantemente os resultados e acompanhar detalhadamente seus objetivos. Não imagino uma empresa, um governo ou qualquer outra organização, sem que tenha clareza em relação à quais são os indicadores de performance a serem utilizados. Este é um aspecto essencial para que um processo de planejamento tenha a aderência necessária à realidade.

Os indicadores de desempenho no mundo empresarial também são chamados de indicadores de performance, e são exatamente aqueles índices que medem o sucesso de uma empresa, possibilitando avaliar a efetividade das ações, assim como a performance do negócio, sendo a referência elementar para a tomada de decisões. Os indicadores ajudam os executivos, CEOs e gestores a descobrirem se, o caminho que está sendo desenvolvido de fato é a opção mais correta e coerente para o momento.

Dentre os indicadores podemos medir aspectos quantitativos e também qualitativos, ajudando a organização a ter o máximo de informações possíveis; e quando isso acontece é possível melhorar ou modificar a estratégia de acordo com os dados. Ou seja, não pensamos indicadores apenas para ter informações e para produzir diagnósticos, estes apenas possuem sentido se oportunizarem o desenvolvimento de estratégias melhores.

Quando o assunto é mais do que uma organização isolada, quando queremos examinar a realidade de uma cidade ou uma região, o assunto dos indicadores é mais relevante e desafiador.

Entre os indicadores, reconhecemos também os que medem a capacidade, e outros que medem a produtividade, que são outro exemplo das diferentes dimensões que os gestores podem escolher para acompanhar e assim conseguir mensurar os resultados, que, quanto mais números e maior a qualidade destes indicadores, melhor e mais preciso será o exame da realidade.

A realidade não muda em função da existência de mais ou menos indicadores ou se estes são melhores ou piores. Os indicadores são ferramentas para que possamos fazer fotografias precisas da realidade cada vez mais complexa e multidimensional.

Eu não tenho dúvidas que, a escolha dos indicadores mais relevantes para cada informação que desejo, é fundamental para ajudar a compor a realidade e para acertar mais quando da tomada de decisão. Afinal, só conseguimos gerir, melhorar ou modificar as decisões, a partir do momento em que temos um parâmetro preciso nos dando direcionamento sobre o caminho que pretendemos seguir.

Em cada tipo de organização há indicadores que são muito utilizados, isto porque exatamente serão a partir destes que iremos traçar os objetivos. Em uma empresa o indicador de lucratividade é muito importante, no entanto, apenas verificar se a empresa está tendo lucro ou prejuízo não é suficiente para determinar o estágio da sua saúde financeira.

É preciso usar todos os indicadores financeiros adequados para que possamos qualificar bem a realidade. E ainda quando o assunto é uma empresa, sabemos que o lucro é calculado de acordo com uma porcentagem, e é preciso procurar ir além dos números relacionados com essa porcentagem.

Quando estamos diante da possibilidade de desenvolver um dos projetos da Eicon em uma determinada cidade, ponderamos que é preciso compreender a realidade em detalhes, e o primeiro passo para se começar uma boa ação está relacionado com a falta de indicadores.

Sinceramente, ainda me espanto porque, não consigo compreender como um gestor público consegue conceber um governo sem a existência de indicadores qualificados.

Aliás, em relação a esta questão, imagino que as cidades precisam ter o seu observatório estatístico. E longe de ser um espaço povoado apenas pelos números, imagino este lugar como um ambiente criativo para que os sujeitos possam compreender em detalhe cada um dos aspectos da realidade. Um observatório pode ser capaz de levantar cada um dos indicadores da cidade, para que em seguida, seja possível definir metas e estratégias para os seus atingimentos.

Há situações onde os governantes, buscam construir marcas sem que estejam relacionadas a metas e, o que é pior, sem a existência de indicadores razoáveis e críveis. E este grande laboratório de informações é parte elementar do grande portal da cidade inteligente, até porque, é impossível falar em inteligência sem os números adequados sobre a realidade.

Há elementos que traduzem questões bastante complexas, quando falamos, por exemplo, dos índices de desenvolvimento sustentável, imaginem a quantidade de elementos necessários para construir esta questão.

A Rede Nossa São Paulo, um movimento social gigante que acompanho com profundo respeito na cidade de São Paulo, procura dar ênfase à temática da sustentabilidade e foi da Rede, o Programa Cidades Sustentáveis, um esforço genuíno que tem como objetivo: “sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável”. E a exemplo do que acredito buscam fortalecer o protagonismo dos cidadãos no processo de construção em diálogo com empresas, organizações sociais e governos.

O Programa oferece ferramentas, por meio de uma plataforma, e desenvolvem mobilização em função de compromissos referenciados em uma “Carta” que tem como objetivo, desenvolver uma agenda para a sustentabilidade das cidades.

Quando observo os caminhos da Rede Nossa São Paulo, e outras ações assemelhadas, que são desenvolvidas por empresas e organizações sociais, tenho convicção de que as coisas estão caminhando e o debate que se faz presente, diz respeito aos processos de construção do mapeamento dos indicadores.

Considerando os indicadores das cidades inteligentes, vale a pena observar um estudo realizado pelo Centro de Globalização e Estratégia do Instituto de Estudos Superiores – IESE, que desenvolveu um índice que estuda o desempenho

de 174 cidades em 80 países, onde as localidades foram analisadas de acordo com 9 parâmetros estabelecidos para uma vida sustentável em uma cidade. (UFSC, 2019)São eles:

Capital humano

Coesão social

Economia

Meio ambiente

Governança

Planejamento urbano

Alcance internacional

Mobilidade e transporte

Tecnologia

Trata-se de pensar um conjunto de aspectos capazes de romper com antigos paradigmas criando um ambiente cada vez mais colaborativo e inclusivo. Para que possamos ter a clareza necessária sobre os aspectos mais relevantes e destacados precisamos compreender os indicadores, pois são eles que nos ajudam a avaliar a correção dos caminhos e a definir quais os próximos passos que devemos desenvolver.

III.3. A confiança é elementar para um sistema tecnológico

Quando tratamos a questão da tecnologia, sei bem do que estou falando, pois aprendi a me relacionar com isso. Ao longo das últimas décadas aparentemente há apenas distanciamento e relações frias, o que não é totalmente verdadeiro.

Vejo a questão da confiança como essencial quando estamos construindo um sistema diante da realidade concreta de cada uma das cidades que atuo e mais, quando penso o desenvolvimento de um modelo.

Falar e fazer tecnologia exige algo que é elementar para as relações humanas, a confiança. Sem confiança não existe credibilidade e sem credibilidade não há negócio que se sustente apenas com algoritmos.

Vejam o exemplo do Whatsapp que por motivos diferentes ficou fora do ar por alguns momentos em diferentes períodos. É fato que existem outras ferramentas semelhantes, mas, por que todas as pessoas usuárias deste aplicativo não migraram automaticamente, por exemplo, para o Telegram? (VITORIO, 2021)

O mesmo acontece quando o Facebook e o Instagram ficam fora do ar, as pessoas ficam sem referências, mas em boa medida, percebo que a grande maioria dos indivíduos confiam nas ferramentas.

Mas não tenham dúvidas, exatamente por este motivo que quando se apresentam falhas operacionais nas redes sociais, os negócios de Zuckerberg perdem algum nível de confiança

dos usuários e dos anunciantes e há um impacto direto no sentimento de credibilidade. Recordo quando em março de 2021 os aplicativos do Whatsapp e Instagram tiveram instabilidade, os usuários ficaram atônitos fazendo com que os prejuízos da empresa de tecnologia fossem instantâneos. A propósito, o cálculo sobre o tamanho das perdas econômicas, quase nunca é certo em função da complexidade que o negócio representa. (VITORIO, 2021)

De fato, a confiança é elementar para um sistema tecnológico funcionar de maneira perene, as crises públicas destes gigantes globais apenas revelam uma face que ainda não se conhece totalmente em detalhes.

“Os aplicativos do Whatsapp e Instagram tiveram instabilidade nesta sexta-feira. Os problemas da rede social e do app de mensagens aconteceram tanto na versão mobile quanto na web. Mais do que prejuízos para os usuários, a queda pode afetar diretamente o bolso do bilionário Mark Zuckerberg, CEO e fundador do Facebook?”... “A resposta é incerta. Não existe, até o momento, um cálculo específico sobre os efeitos das quedas na receita anual do Facebook. O que se sabe é que, dos US\$28 bilhões de faturamento da companhia no último trimestre de 2020, US\$27,1 bilhões estavam ligados a publicidades veiculadas nas redes sociais. As falhas nos apps, portanto, podem acabar impactando a receita dos anúncios.” (VITÓRIO, 2021)

Na verdade, há impactos econômicos diretos na área de tecnologia até mesmo em situações triviais, como, por

exemplo, diante da queda de energia, ao passo que isto impacta o acesso à equipamentos e se reduz o uso de aplicativos. Mas a grande preocupação existente nestas empresas, na nossa não é diferente, o mercado como um todo se refere diretamente à confiança, parte elementar da credibilidade.²⁶

O que Zuckerberg perde em diferentes momentos é a confiança dos usuários, o que também pode afetar diretamente a receita da companhia. E isto acontece porque a confiança é uma das principais geradoras de novos negócios deste mercado, e a falta dela é uma preocupação para as empresas, significa uma rachadura, não é uma quebra, mas é algo absurdamente preocupante. (VITÓRIO, 2021)

A busca da recuperação da imagem é algo que se debate o tempo todo no universo dos serviços digitais, refere-se a um elemento central de um negócio que se relaciona com certa desinformação da sociedade em relação à própria LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados. Uma legislação recente que precisa ser compreendida cada vez melhor pela sociedade e praticada pelas empresas.

Aliás, “a falha no Whatsapp não podia vir em um momento mais confuso para o app de mensagens. Metido em controvérsias desde o ano passado, o Whatsapp pretende compartilhar dados de sua versão Business com o Facebook”. Esta decisão fez com que houvesse uma forte migração rumo a outros aplicativos que em tese coletam menos dados dos

²⁶ O que pode acontecer é que as empresas reduzam, por exemplo, os anúncios na rede social e busquem alternativas na medida que um problema passa a ser recorrente.

usuários. Em fevereiro de 2021, o rival do Whatsapp foi o aplicativo mais baixado no mundo, com 63 milhões de downloads, quase 4 milhões a mais do que o concorrente. (VITÓRIO, 2021)

Há um filme que tratou de maneira impactante esta questão, “Privacidade Hackeada”, uma obra bastante interessante que, de maneira pública abre o debate sobre as complexas relações entre produção de dados, redes sociais e limites da construção de comunicação governamental e de campanhas eleitorais. O drama apresenta fortes elementos vivenciados na campanha do ex-presidente americano Donald Trump e quanto à crise da Cambridge Analytica, que impactou aquela cena política.

Além do mais, as campanhas eleitorais brasileiras cada vez parecem mais com as disputas americanas, especialmente em função dos processos de comunicação o que me faz ter mais certeza sobre a necessidade de reforçar o aspecto da confiança quando o assunto é tecnologia.

III.4. Uma metodologia participativa capaz de fortalecer uma perspectiva melhor

Cidades inteligentes em perspectiva, sob um determinado ângulo, é mais do que um título de livro, trata-se de uma busca que tenho desenvolvido com o apoio de minha equipe na Eicon. Significa um sonho que tantas vezes foi e segue sendo questionado, o que considero bem positivo.

No mundo dos negócios há quem pense apenas em ganhar dinheiro, aliás, fico extremamente irritado quando este é o

único sentido de determinadas conversas que participo ou acompanho.

A existência humana diante do sistema econômico exige que todos nós façamos negócios, assinemos contratos, realizemos lucros. Mas, esse não pode ser um fim em si mesmo, o que deve nos mover inclusive estimular o viver, é a busca de algo maior e melhor para o conjunto dos nossos semelhantes e da sociedade como um todo.

É exatamente por isso que tenho apostado na possibilidade de construção de um método, que seja capaz de ampliar a perspectiva de cidades inteligentes que acredito.

Há quem questione a ideia de cidade inteligente para a realidade brasileira, seja em função da história secular de centralização e pouca valorização do espaço local, seja pelas enormes desigualdades sociais que caracterizam, por vezes, verdadeiros “apartheids”, e o quanto é caótica, especialmente as regiões metropolitanas do nosso país.

Considerando a nossa realidade, não tenho dúvidas de que além de possível, é necessário e urgente pensar e desenvolver essa ideia. Aliás, a desigualdade não é exclusividade do Brasil. Nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, também há é fato que os níveis brasileiros são exageradamente elevados, da mesma forma há ambientes urbanos tão ou mais caóticos do que observamos no Brasil. É exatamente por este motivo, que devemos construir um método relacionado com a nossa realidade, onde a cidade inteligente no Brasil será diferente de outras realidades internacionais, e será marcada pelo ineditismo de nossa capacidade criadora.

E nunca podemos nos esquecer de que, este processo precisa começar em um ponto determinado e infelizmente nunca irá abranger 100% da realidade, das cidades, das pessoas, enfim, sempre haverá aqueles que permanecerão à margem, e que, por seus motivos e circunstâncias não irão se inserir.

Nós até podemos querer a inserção de todo mundo, e mais, podemos inclusive fazer deste processo uma nova utopia, mas, sempre sabedores de que esta é uma perspectiva que nos ajudará a seguir caminhando, como bem sugeriu Fernando Birri: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” (GALEANO, 1994).

É exatamente para seguir caminhando em relação ao objetivo, que acredito que precisamos criar um método mais completo e robusto que seja exemplar para a nossa complexa realidade. Quando falo de método penso em estratégias e caminhos, que certamente serão implementados em cada uma das cidades ou regiões considerando-se as suas especificidades.

Na medida em que o método estiver desenvolvido, poderemos repercuti-lo em uma escala nacional e desta maneira, o Brasil como um todo terá condições de ter cidades inteligentes, e quem sabe até a estrutura do Estado nacional poderá buscar uma perspectiva similar.

É evidente que, em cada realidade haverá suas ameaças e oportunidades, então, se eu pensar como será esta agenda em uma aldeia indígena, ou, em uma grande favela, ou em

um centro elitizado, precisaremos com inteligência perceber o que não precisa mudar e o que será absolutamente diverso. A nossa perspectiva neste momento, sugere que a infraestrutura tecnológica precisa estar pronta para que, neste processo possamos apresentá-la ao Brasil como um todo ou a uma cidade de maneira isolada, pois, estou convencido de que a perspectiva das cidades inteligentes de fato, se tornará cada vez mais ampla e melhor para todos os cidadãos.

Por exemplo, quando se busca resolver o problema do trânsito caótico em um determinado lugar, percebe-se que se agrega valor em função da melhoria da qualidade de vida, no entanto, quando consideramos uma área rural, possivelmente isso não tenha nenhum valor. Ou seja, para aquela comunidade o que vai ter mais valor será possivelmente a qualidade que temos em relação aos adubos.

Logo, nós sempre precisamos pensar quais são as necessidades de cada localidade, porque quando eu foco em uma necessidade, certamente poderei impactar positivamente os hábitos relevantes que se revolucionarmos mudaremos o patamar de vida da população.

E também, outra questão que não podemos deixar de considerar está relacionada com a extensa dimensão territorial nacional. É muito diferente pensar um país continental com suas diferenças e contradições, com sua história e cultura diversa. Há importantes países da Europa, cuja população é menor do que o estado de São Paulo, por

exemplo, e o mesmo pode-se falar em relação às culturas existentes.

Quando examino a realidade de uma série de cidades e percebo a falta de qualidade de vida, seus incômodos, o barulho, o medo, a insegurança, onde há tristes indicadores, logo se percebe que, todos os serviços são sempre difíceis e repletos de burocracia, é paradigmático que quase sempre nestes ambientes é preciso enfrentar filas de horas para se conseguir comprar um passe do ônibus, quando em outros lugares tudo pode ser feito com cartão, ou diretamente por meio de aplicativos de celular.

Tenho enorme identidade com a ideia de Shakespeare, quando ele pergunta: “O que é uma cidade, se não gente?” Não é possível falar de cidades sem gente, e sem a participação das pessoas, a cidade deve ter este adjetivo inteligente, porque ela se preocupa diretamente com a sua gente.

E quando falo de gente, gosto de remeter a conversa para o sentido de humanidade, o que só existe em corresponsabilidade com o outro, com o nosso semelhante, o método balizador da cidade inteligente se referencia na perspectiva em que todo mundo tem sua parcela de responsabilidade. Creio que sob essa ótica, as pessoas são participantes da cidade e exercitam cotidianamente um querer viver bem e um gostar do lugar, ao mesmo tempo em que isto possibilita um senso de segurança em todos os sentidos.

Na medida em que todos estão participando com outras pessoas, compartilhando um pouco das dificuldades e ao

mesmo tempo das facilidades, se responsabilizando pelo conjunto das suas decisões, certamente poderemos ter como resultante, inteligências coletivas, pois neste processo as pessoas aprendem que precisam fazer escolhas para si e para a comunidade. Se for necessário colocar uma luminária nova em uma praça e também um banco; quando o público que é beneficiário direto ajuda ou não a escolher o que é mais relevante, o que é mais útil e urgente, com certeza estes serão fiscais zelosos do cuidado em relação àquela questão. Este exercício de participação e de ajustes de escolhas sempre nos guia para o trabalho de desenvolvimento das soluções que apresentamos. Nós não queremos substituir as pessoas, pelo contrário, o que queremos é facilitar o acesso para que as escolhas das pessoas sejam sempre as melhores e mais críveis possíveis.

Às vezes o fazer escolha, implica em negociações e reconhecimento do que eu considerava mais importante, pode esperar um pouco, até porque os orçamentos são referenciais das escolhas, os orçamentos não são os únicos balizadores, mas eles sempre precisam ser considerados.

A participação é elementar à medida que, uma comunidade tem a exata noção de prioridade; quando ela participa certamente se responsabilizará pela ação, até porque, vai haver escassez. A participação ajuda a calibrar a relação entre a escassez e aquilo que eu preciso para ver melhorar a qualidade de vida considerando sempre o que é melhor para todos. Eu não vou poder ter ao mesmo tempo todos os itens demandados esse mês ou esse ano, sempre saberei que vai

ser ou um ou outro. A participação, no mínimo, aproxima o senso de responsabilidade de governos e cidadãos.

E quando falamos em orçamento, estabelecemos nexos entre expectativas e realidades e os sonhos passam a ser coletivos, e como todos sabem, “sonho que se sonha só é só um sonho, para ser realidade precisa ser sonhado junto”.

Há uma série de experiências populares relacionadas à perspectiva de trabalhos comunitários que buscam olhar para territorialidade e para a construção de soluções locais, especialmente na área de educação e de cultura. Eu acredito que, quando tratamos destas questões estamos falando de elementos relevantes para o fortalecimento de cidades inteligentes.

Há inúmeras OS – Organizações Sociais, OSC’s – Organizações da Sociedade Civil e outras tantas organizações comunitárias, religiosas e sociais que ajudam a compor esta realidade. Eu não tenho dúvida de que uma série de serviços essenciais para o desenvolvimento social são realizados por estas organizações.

Acredito que para este caminho se desenvolver, é cada vez mais elementar o desenvolvimento de parcerias. É importante mapear estes sujeitos sociais no território para que em seguida possam ser desenvolvidas ações efetivas. Até porque quando se estimula as relações comunitárias, você certamente estará diminuindo uma série de problemas. E mais, o fortalecimento das relações comunitárias pode ajudar a proteger, educar e evoluir, pois juntas as pessoas conseguem encontrar sinergias no próprio meio em que ajudam cada um, e o todo a ser cada vez melhor.

Pode ter certeza, se um sujeito é violento, quando ele entra em um grupo comunitário ou participa de uma conversa sobre a questão da violência invariavelmente ele começa a melhorar esta questão, pois a participação expõe de maneira direta e indireta todos às críticas e informações que, contribuem diretamente para a melhoria das pessoas. Isto não é apenas uma questão de crença, tenho observado muito isto quando acompanho, por exemplo, ações sociais desenvolvidas no entorno da Praça da Sé, na capital paulista. A cultura da transformação é fundamental, neste sentido, quando observamos o acelerado processo de automatização de serviços, no momento em que falamos de internet das coisas, evolução de tecnologia e outras questões, isso sugere que poderá haver extinção de uma série de postos de trabalho, por exemplo, quando se moderniza a coleta de lixo e outros serviços. Há quem obrigatoriamente insinue que a cidade inteligente em tese, gera mais qualidade de vida, mas, por outro lado amplia o desemprego. E quando penso em uma metodologia, e estou relacionando com os passos que desenvolvemos na Eicon, sabemos que existe este risco, mas, por outro lado é importante lembrar o quanto existe de oportunidade para valorizar a automação, e acredito que aos poucos contribuirá para que a sociedade não precise realizar trabalhos penosos, insalubres e excessivamente burocratizados.

Quando nós implantamos, por exemplo, o ACTOS OBRAS, uma das soluções que se estabelece, desde a hora que o cidadão vai até uma prefeitura pedir um determinado serviço público, passando pelo caminho e que consegue fazer o

pedido relacionado a uma edificação ou um lote, desde a parte urbanística da sua divisão e seus limites, até a sua aprovação e a construção, o registro, a certificação, ou “Habite-se” ou o certificado de conclusão, passando pelo licenciamento ambiental. Dentro do contexto de cidade organizada o ACTOS consegue prover praticamente tudo, não há necessidade de nenhum outro software ou de nenhum outro mecanismo, está tudo integrado em uma única ferramenta. Essa é uma grande mudança entre tantas que estamos trazendo para os municípios e que também impactam diretamente na vida dos cidadãos.

A tradição tem como resposta da prefeitura após o pedido efetivamente realizado a necessidade de se juntar uma determinada documentação, o que obrigatoriamente, passa pelo pagamento de uma determinada taxa, para que então se desenvolva todo o procedimento, o que em média demoraria cerca de 15 dias.

Quando desenvolvemos o ACTOS, nos parecia um contrassenso que, para o cidadão fazer um pedido de um serviço público fosse necessário quase sempre um prazo de 15 dias.

A falta de procedimentos alinhados, o excesso de burocratização, leva o cidadão a buscar uma determinada planta, que somente será conseguida no cartório e na sequência, outros tantos passos para que as coisas possam se desenrolar.

A primeira grande novidade do ACTOS é que se consegue demonstrar para o poder público e para a sociedade algo exemplar, que em Santo André, e São Paulo conseguimos

gerar o depoimento de um empresário junto ao Secretário Municipal agradecendo por ter tomado um susto, depois que o pedido feito pela internet, ou seja, pelo celular sendo a demanda resolvida em 2 horas. E no momento em que já estava com a certidão na mão, falou que nunca havia imaginado que isso podia acontecer na área pública.

Para que isto possa acontecer sempre e em todas as áreas, é necessário mais do que automação e informatização, mas para se ter um expediente eletrônico para dar conta de um caminho exitoso, precisa ser permanentemente inteligente. Quando isto acontecer poderemos indicar que, aquela mesma certidão que o cidadão conseguiu em 2 horas poderá ter uma indicação eletrônica da possibilidade de renovação no dia que ela se aproximar do vencimento.

As tecnologias englobam um extenso conjunto de ferramentas, que em boa medida podem fortalecer o sentido das cidades inteligentes, na medida em que estas possam ser cada vez mais colaborativas possíveis, sem que sejam “frias”, pois ao mesmo tempo em que são digitais, precisam ter a sensibilidade necessária para garantir a interação com todas as pessoas e precisam também reconhecer as necessidades adicionais das pessoas com deficiência e dos idosos. O que requer interação e transparência, pois quando temos uma solução que é amplamente avaliada, ou pelo menos pelas pessoas interessadas, cada um poderá valorizar um determinado ângulo. E será a partir da resultante de múltiplos olhares que conseguiremos melhorar aqueles procedimentos e seus fluxos.

Um cuidado que sempre necessário, quando no desenvolvimento dos processos de automação, é que podem sugerir que se eu replicar os mesmos erros, os mesmos vícios que estavam no papel, eu não criarei nada de novo e o que é pior, estarei repetindo os erros e as ineficiências analógicas. O que não é razoável.

Por exemplo: Se um cidadão faz um mesmo pedido todo ano, eu não preciso repetir o mesmo caminho burocrático, posso criar um procedimento que deixará indicado na tela para que ele possa simplesmente perguntar: Gostaria de renovar a sua isenção de IPTU, o pedido do medicamento X, a demanda por vaga Y etc., e na medida em que a resposta é dada, iniciamos novamente a solução.

O mesmo pode acontecer em relação à elaboração do orçamento municipal. O prefeito precisa fazer um novo orçamento a cada ano e na sequência a prefeitura precisa entregar à Câmara Municipal e esperar pela sua aprovação. Este caminho pode sugerir que, aquilo que simplesmente precisa ser repetido no orçamento seja feito automaticamente e deste modo vamos cuidar mais do que precisa ser melhorado, para tanto haverá uma porção de pessoas trabalhando e colaborando para que as novas ações sejam desenvolvidas.

Também quando falamos de inclusão é necessário pensar que, um cadeirante precisa ter as mesmas condições para entrar em uma sala e participar de uma reunião de trabalho. O mesmo precisa acontecer quando falamos em tecnologia, devemos seguir um caminho similar, quando a deficiência se relaciona a visão, é necessário ter a possibilidade de se

acessar aquele serviço, independente da condição física. Se a deficiência caracteriza o sujeito como sendo um tetraplégico, precisamos garantir a condição de que ele movimentando a cabeça, consiga teclar, visualizar, executar a função necessária.

Uma questão importante que precisa ser considerada em absoluto quando tratamos deste método, diz respeito à relação com os servidores. Uma cidade inteligente precisa considerar que os serviços públicos são prestados por servidores preparados, cuja regulamentação do trabalho deve levar em consideração uma série de adaptações no contrato para que seja garantida a base legal. Quando falamos do ACTOS, lembramos que o próprio software cruza uma instrução normativa que garante a organização funcional com a base legal, em uma realidade em que, hoje é possível um servidor público, um engenheiro, por exemplo, analisar uma planta de sua casa ou de outro lugar qualquer. Felizmente a legislação avançou bastante nos últimos anos, apesar de por vezes não ser implementada, desde a Lei da Desburocratização, a liberdade econômica e outras, são bases para essa revolução, o que não garante que, por si só resolve que o problema esteja equacionado.

Sob todos os aspectos desta construção metodológica, a participação e a interação, deve ser um dos elementos básicos garantidores do fortalecimento de uma perspectiva sempre melhor dos serviços públicos.

III.5. Os propósitos da Eicon e a metodologia que estamos desenvolvendo

A relação do conceito cidade inteligente com os propósitos da Eicon é parte da razão de existir da empresa. Desde que comecei o negócio e faz décadas que estávamos nessa linha, naquela época não existia muita coisa informatizada, não se falava em inteligência artificial nem outros pontos atuais. Quando surgimos no mercado, aparecemos como uma empresa com um DNA totalmente integrado com as perspectivas tecnológicas, e desde o início foi uma revolução que ajudamos a desenvolver na área do ISS (Imposto Sobre Serviços) com o GISSOnline. Ela começou com esta perspectiva e agora com novas soluções estamos melhorando e procurando consolidar esse caminho.

Gosto de destacar o quanto o PRUC garante o fortalecimento de uma base de conhecimento sólida e de transparência às informações da administração pública. Com ele é possível aglutinar, higienizar e unificar uma série de dados, da saúde, educação e tributário e desta maneira, consolidar as informações e fazer, por exemplo, com que o gestor de uma UBS considere o número de atendimentos em um determinado período e possa fazer uma média de atendimentos. Na sequência poderá cruzar esta informação com a quantidade de pessoas que moram na região do equipamento. Quando isto acontece, se possibilita que em seguida seja viável avaliar a demanda existente, a disponibilidade de equipamentos, profissionais e insumos, compreendendo se há excessos ou carências.

E quando conseguimos cruzar uma série de informações, em linhas gerais é possível começar a compreender a origem dos usuários do equipamento, inclusive quantos são moradores da região. De outra maneira, se você olhar, por exemplo, apenas para o aspecto tributário de maneira isolada e não considerar a saúde, educação, o consumo de energia elétrica, pode ter certeza que não terá a exata noção de quantos moradores existem em cada imóvel. Deste modo, quando unificamos as bases de dados, presumimos com exatidão quantas pessoas residem em determinado imóvel e qual é exatamente o perfil destes cidadãos. Além disso, quando levantamos as médias, não teremos as informações com 100% de confiança. E se não existe uma confiança plena, as ações derivadas também não produzirão os impactos esperados.

Quanto mais precisas as informações, melhores serão as chances de desenvolver ações reais, quantos policiais preciso na região, quantos pontos de ônibus, quantas linhas de ônibus; em relação a UBS, suas vagas de pronto atendimento. Ou seja, quanto mais os números estiverem baseados e aproximados da realidade, o planejamento será mais efetivo e os resultados, muito mais adequados e próximos do necessário.

Na Eicon, a gente continuamente fala sobre o cuidado com as pessoas. É por este motivo que penso de cara que, se podemos desenvolver um olhar mais amplo, podemos ver na saúde, educação ou outras áreas, quais são os gargalos que por ventura existem e quais são os serviços que estão realmente voltados para a população. Nesse sentido o *feeling*

às vezes salta aos olhos, mas com o Pruc, podemos trabalhar muito no detalhe, porque desta maneira alimentamos todo o sistema do nosso cliente que poderá combinar as bases de dados antes de começar uma ação.

Quando na produção de uma base de dados de determinada localidade, e isto é um procedimento elementar para desenvolver uma ação, nós já encontramos pessoas com 10/12 cadastros diferentes, buscamos desenvolver as soluções para que possa existir um gerenciamento mais adequado e mais produtivo.

O que acontece normalmente é o seguinte, a pessoa foi atendida uma vez no serviço determinado e em seu retorno, ela esqueceu o cartão, fez outro, então agora ela possui dois; quando foi atendida, não sincronizaram os procedimentos feitos ou as características dessa pessoa. Quando isto ocorre, e imagino que seja recorrente, o setor público não está enxergando completamente o processo e certamente está faltando informações em relação a este tratamento.

Então, quando você pensa em cuidar das pessoas, isso é uma coisa elementar, garantir que cada um tenha a especificidade e o detalhe e a precisão que merece.

Ter uma base de dados bem-organizada é a primeira coisa que precisa ser garantida para que possamos de fato melhorar o cerne de cada atendimento.

Vamos pensar o seguinte, examinando a informação de um sujeito, sei que ele tem um filho em uma escola pública, o que quer dizer que provavelmente não se trata de um sujeito que tem grandes somas de recursos financeiros, por aí você pode cruzar a informação com a casa que ele reside, qual a

metragem desta casa, em que bairro fica. Se o imóvel é modesto então você já sabe que possivelmente possui um valor pequeno, então você deve olhar o sujeito de uma forma diferente em relação àquele outro que tem muito mais renda e que certamente tem mais condição de cumprir suas obrigações, inclusive no que diz respeito ao que cada um pode estar devendo.

Também, se existe alguém que recebe um benefício social da prefeitura, e em seu endereço há um automóvel de valor elevado, e quando isto ocorre quer dizer que possivelmente pode estar havendo algum equívoco ou uma injustiça. Em todas as situações é necessário um olhar sobre o que acontece para tentar entender o motivo da existência de algum tipo de falha.

Há situações em que o cidadão pega uma cesta básica da prefeitura e repassa para uma empregada. Quando isto acontece podemos afirmar que a cidade faz a política social de quem possui renda, o que não é algo razoável e muitas vezes há a alegação de que o sujeito está fazendo com boa intenção. Mas, o que dizer de uma boa intenção que se faz com o dinheiro público?

Então é evidente que existe uma série de considerações e escolhas a serem desenvolvidas para se confirmar, por exemplo, o destino para cada benefício social ou serviço público.

E pensando o Pruc, que é uma sigla onde para além do seu significado, nós estamos investindo mais na equação do “R” de relacionamento, e isto é importante porque a parte da Unificação já está bem consolidada, o relacionamento é o

forte agora. Este é o elemento mais relevante que iremos fortalecer em nossas soluções neste momento.

Estamos trabalhando em uma demanda que possibilitará usar o PRUC para olhar para as pessoas que recebem benefícios, para que possamos saber se ela está satisfeita com aqueles serviços, ou seja, se ela tem algum tipo de reclamação. Estamos avançando para o que em outras áreas se chama *pós-venda*, em relação ao modo como avaliamos a entrega de serviços e benefícios. É preciso qualificar o que está sendo entregue e como estes resultados podem ser usados em termos estatísticos, para melhorar o atendimento daquilo que os governos fornecem.

Quando você examina um determinado endereço de uma cidade e faz um cruzamento com todas as bases é possível entender melhor, se naquele endereço, naquela unidade familiar se recebe vale gás, uniforme, esporte e cesta básica. Estes são detalhes que com certeza irão oportunizar ainda mais a melhoria da gestão e o fortalecimento de processos garantidores de mais justiça social.

Sem falar do quanto isto ajuda a entender eventuais desperdícios e desvios de finalidade, o que também é oportuno do ponto de vista dos processos de transparência. No momento em que você faz isso, considerando o aspecto tributário, as questões ganham mais relevância e posso dizer que já acompanhamos situações em que é possível fazer o contato com uma pessoa ou mandar uma carta, por exemplo, sabendo qual é a melhor estratégia para dialogar com cada cidadão.

Se nós sabemos que alguém está devendo tributos ou serviços para a Prefeitura, e no momento anterior não existia esta informação, agora nós podemos cruzar dados, o que ajuda a qualificar as estratégias de diálogo e de compartilhamento de responsabilidades.

Isto ocorrendo, o cidadão possivelmente poderá pensar: Olha, eu recebi uma carta que indica que estou devendo um dos imóveis que tenho e recebi uma outra carta devendo de outro imóvel, o sujeito olha ambas e decide se irá pagar e qual deixara para depois. Agora se o sistema consegue detectar que alguém possui 5 imóveis e está devendo IPTU em 3, cria-se uma condição para que possa haver uma negociação mais global, o que ao final das contas é melhor para a prefeitura e para o cidadão. E quando você pensa em relação à esfera judicial, tudo é facilitado, pois vocês não serão colocados em 3 processos, vamos colocar um só com todos os elementos de cobrança.

Logico que cabe às diretrizes, as leis, e a forma de atuação de cada cliente, cada município, mas em linhas gerais você pode unificar os esforços o que certamente irá valorizar as escolhas dos gestores e dos cidadãos.

E neste contexto, a questão de relacionamento que no Brasil é sempre importante, especialmente quando se tem um amigo no departamento da prefeitura, tento acessar o meu problema por esse amigo; e quando isto acontece perde-se a possibilidade de avançar nos processos mais republicanos o que em regra geral é ruim.

Considerando este entre tantos aspectos que também fazem parte dos caminhos da cidade inteligente é sempre

necessário atentar para a questão da relevância em relação ao cuidado com as pessoas. Nós precisamos fazer a diferença na vida delas, é exatamente por esse motivo que a gente está trabalhando e apoiando as gestões em diferentes lugares do nosso país.

III.6. Nós estamos fazendo a nossa parte, e sabemos que é preciso fazer mais

De uma questão eu já me dei conta, o papel de um CEO, deve ser menos o sujeito que está fazendo tudo, eu preciso ser o relações públicas da Eicon e de maneira geral estimulador de novas ideias e projetos; eu preciso ser sempre alguém que está sendo o catalisador de muitos sentidos e sentimentos.

E sempre lembro que tivemos primeiro, o telex, depois o telefone e depois, o bip e o fax, e em cada uma das etapas de transformação vivemos eras revolucionárias, em cada momento fomos nos reinventando e respondendo perguntas. Desde como é que você coloca um papel aqui e ele sairá impresso lá do outro lado e pensar que isto é “fichinha” perto da revolução da informática e da telemática que convivemos agora.

Hoje o mundo é marcado pelo tempo dos dados virtuais, tudo que pensamos está relacionado com a capacidade de produzir e transportar dados. Então da mesma forma, quando pensamos o quanto a máquina de escrever revolucionou em sua época, imagine na sequência o computador e agora, nós estamos na transição para o pleno

uso do celular. A inovação de fato, é o que revoluciona e muda o hábito, pois se eu pensar em algo inovador sempre existirá uma mudança de um determinado hábito pré-existente.

Estamos fazendo as coisas em meio a uma estrutura flexível e o trabalho que realizamos na Eicon se desenvolve em um ambiente de colaboração e cocriação, onde diferentes negócios são tratados como diferentes empresas, e todas dialogam entre si o que sempre garante a unificação de tantos cadastros, informações e estratégias adequadas para as políticas públicas.

Nós trabalhamos o tempo todo para gerar um propósito mais relevante para a empresa, ao mesmo tempo em que trabalhamos para consolidar a relação da equipe que trabalha conosco. Não existirá um resultado amplamente significativo se as pessoas que trabalham em cada um dos projetos não possuírem propósitos conectados às perspectivas maiores da empresa.

As ferramentas digitais devem garantir que a busca da melhoria da gestão pública oportunize a melhoria dos processos de planejamento e que estes sejam realizados com o rigor necessário e para atingir nossos objetivos é elementar a necessidade de medir aquilo que precisa ser medido.

Neste sentido as ferramentas digitais contribuem diretamente para melhorar a qualidade da gestão pública, garantindo a realização dos resultados planejados de uma maneira inovadora oportunizando inclusive a adoção de novos processos quando necessários.

As ferramentas digitais fortalecem o sentido de “inteligência pública”, requisito urgente na era do conhecimento, o que exige cada vez mais estratégias capazes de modernizar esta “inteligência”.

Os aplicativos que temos desenvolvido na Eicon, obrigatoriamente passam por um necessário debate sobre razão e sensibilidade, pois do contrário sabemos que estamos a correr riscos de “invencionismos” de toda sorte, que na prática a complexa contemporaneidade exige mais do que “soluções mágicas” e a gestão de relacionamento é uma exigência, para cada uma das etapas dos processos de criação dos “app’s” desenvolvidos em nossa empresa.

É neste contexto que consideramos elementar a construção de sistemas de informação, e acredito nisso desde quando escrevi em parceria com amigos “Sistemas de informação na administração pública”. Desde 2005 eu já tinha a convicção de que é essencial a construção de sistemas para que as informações não sigam de maneira isolada provocando terríveis efeitos colaterais.

Tantas vezes conversei sobre os caminhos do e-Gov - governos eletrônicos que em um dado momento aparentava ser mais um entre tantos modismos apresentados de tempos em tempos. No entanto, na atualidade, quando mais do que nunca se considera a valorização e o fortalecimento de processos garantidores de mais inclusão digital, o que obrigatoriamente passa pela construção de sistemas.

As soluções tecnológicas obrigatoriamente precisam se relacionar com a ampliação de suas funcionalidades, o que é praticamente óbvio para um operador de tecnologia tantas

vezes é indecifrável por tantos mortais. O nosso negócio precisa dialogar com as maiorias, precisa ser mais exato naquilo que é simplesmente óbvio.

Aliás, sempre que alguém fala que algo é óbvio lembro-me de uma boa canção do Caetano Veloso, “Um Índio” quando este afirma na estrofe final...

“E aquilo que nesse momento se revelará aos povos,
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio”.

Penso nesta letra e me lembro das óbvias soluções apresentadas por excelentes técnicos e que tantas vezes em absoluto não dialogam com uma parte expressiva da população.

O filme, *Eu Daniel Blake* exibido em 2016 me despertou ainda mais para esta questão. No drama um senhor inglês busca de maneira coerente acessar os serviços públicos em seu país, depois de ser acometido por uma doença.

O ar de pouco caso, a ineficiência dos processos de atendimentos apontados no filme me deixaram com a convicção que se na Inglaterra acontecia tanto descaso imagine em nossas comarcas. E desta maneira temos procurado avançar o quanto possível em relação à melhoria da plena acessibilidade, há protocolos da Internet sobre a questão, há documentos legais que regulamentam o tema e temos procurado olhar em detalhe para este delicado aspecto do mundo das tecnologias.

Há pesquisas recente sobre os impactos da utilização de serviços públicos por meios digitais, e os números são

surpreendentes. É fato que especialmente quando tratamos de populações mais velhas, jamais conseguiremos atingir 100%, isto nunca irá acontecer, e é exatamente por este motivo, que temos nos esforçado para fortalecer um núcleo de BX, UX, cujas interfaces com os usuários finais são referenciadas no desenvolvimento de linguagens muito mais simples, com cores mais adequadas e ícones apropriados para ampliar todos os sentidos de acessibilidade.

A pandemia da COVID-19 acelerou uma série de questões em relação aos serviços públicos e suas relações com as tecnologias, é fato que certa necessidade de mostrar que estava se fazendo algo, fez com que algumas alternativas fossem apenas arremedo de boas ideias, mas, de um modo geral, foi possível avançar em função da obrigação apresentada.

Relembro que, muito embora alguns anos antes da pandemia a estratégia digital do governo fez nascer no Brasil a Lei 13.470, conhecida como a Lei da Carta de Serviços.²⁷ Esta Lei dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em suas disposições preliminares “estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública”.

E em cada um dos capítulos desta Lei se alinhavam elementos relevantes desde a caracterização dos serviços no item primeiro, passando pelos direitos e deveres básicos no capítulo segundo, e mais adiante especifica em detalhes o

²⁷ Publicado em 27/06/2017

funcionamento das ouvidorias. Sem esquecer a participação dos usuários por meio de Conselhos para que seja garantido o acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos, o que certamente é algo elementar. Ou seja, há um rito constitucional a garantir ao menos de maneira elementar, o funcionamento dos serviços públicos nas esferas municipais, estaduais e Federal.

Ao longo da minha história busco encontrar informações o mais precisas possível, em relação aos motivos pelos quais uma empresa escolheu se instalar nesta ou naquela cidade e há sempre quem diga que são as resultantes das “leis naturais do mercado”. Eu sempre pergunto se há certezas e desconfio. Sempre estou entre aqueles que acreditam que, a grande maioria dos arranjos econômicos resulta em processos de fortalecimento de vocações econômicas locais. Isto não aconteceu apenas depois da aceleração da globalização, trata-se de um caminho histórico cuja compreensão pode inclusive fortalecer mais esta possibilidade.

Quando converso sobre as ações concretas que estamos desenvolvendo sinto um orgulho gigante, pois tenho convicção que junto com cada uma das ações existem soluções que estão criando novas oportunidades para os gestores públicos e especialmente para os cidadãos e suas famílias. É exatamente por ser bastante assertivo em tantas cidades e com diversos produtos, que estou convencido que precisamos avançar o caminho na trilha das cidades inteligentes. Nós vamos avançar muito mais, porque é

possível e porque temos competência para ir muito mais longe do que já chegamos.

III.7. Bons exemplos e resultados que inspiram a nossa caminhada

Os serviços de transporte por aplicativo impactaram gigantesicamente o modo das pessoas se deslocarem no Brasil e no mundo, e tudo se inicia quando uma empresa identifica um problema grave de mobilidade especialmente nas grandes cidades e cria um serviço baseado na utilização de uma ferramenta tecnológica, uma plataforma que conecta motoristas e passageiros, os primeiros porque precisam aumentar as suas rendas e os segundos porque desejam chegar com segurança, rapidez, conforto e preço justo em seus destinos.

E esta verdadeira revolução no mercado de transporte individual de passageiros acontece de uma forma disruptiva, fazendo com que a inovação seja de fato o elemento central de um negócio que se define como sendo uma empresa de tecnologia.

Mas como bem sabemos todas as mudanças sempre provocam ruídos e desconfortos, e no caso do surgimento das empresas de base tecnológica isto não foi diferente. Ácidos e intensos debates foram desenvolvidos.

No Brasil e no mundo o modelo de serviços de transportes por aplicativos enfrentaram pesadas resistências, tanto por autoridades públicas quanto por motoristas de táxi, companhias de táxi e sindicatos. Muitas das reações podiam

ser explicadas pela novidade do serviço e velocidade de entrada, e também em função da falta de regulação em princípio e a potencial concorrência com um serviço que era fortemente regulado, o serviço de táxi. (INSPER, 2018)

E não podia ser muito diferente, quando relembramos, por exemplo, a história dos serviços de transporte de táxi e as modalidades que se apresentam com os modelos de “aplicativos”, observa-se rapidamente diferenças bastante sensíveis. Para a utilização dos serviços o usuário instala o aplicativo em seu smartphone e realiza um cadastro, fornecendo: nome, telefone celular, e-mail, idiomas e informações de um cartão de crédito. Ao abrir o aplicativo, o usuário pode visualizar um mapa do local onde pode ajustar sua localização. Por meio do GPS, o aplicativo na outra ponta associa o passageiro solicitante à motoristas mais próximos e estima o tempo de espera. (INSPER, 2018)

O preço estimado para uma determinada viagem é visualizado antes de confirmar o pedido de transporte e depois de confirmar a localização exata, o aplicativo contata o outro lado da plataforma, os motoristas. E na medida em que é aceita a viagem, o passageiro recebe as informações sobre o motorista e seu automóvel, podendo acompanhar o deslocamento do carro no mapa do aplicativo. Quando o veículo chega, o usuário é avisado por mensagem de texto e ao entrar no carro, o passageiro nota um padrão de qualidade do serviço. Na etapa final do serviço, ambos, motorista e passageiro realizavam uma avaliação, cujo papel é coletar informações sobre usuários e motoristas, que funciona como

um mecanismo de incentivo e monitoramento sobre a qualidade do serviço prestado. (INSPER, 2018)

É exatamente neste contexto que gestores locais de diferentes lugares do mundo buscam cada vez mais reunir dados para direcionar projetos e qualificar suas ações.

Ao longo das últimas décadas os líderes locais buscam cada vez mais sofisticação em relação às informações capazes de melhorar os serviços e gerar impactos positivos para os cidadãos, e esta evolução se acentuou ainda mais no auge da pandemia de COVID-19. (BLOOMBERG, 2022)

O desenvolvimento de campanhas, o monitoramento de recursos, a personalização das políticas públicas e a ampliação da comunicação com os moradores fazem parte dos desafios da atualidade.

Eu acredito muito que a construção de uma base sólida de dados pode contribuir diretamente para ampliar o nível de eficácia e eficiência dos governos, especialmente a partir da esfera local. E à medida que este processo se fortalece poderemos pensar em avançar muito a mesma perspectiva do ponto de vista dos estados e da união.

A cultura da tomada de decisão orientada por dados, não pode ser episódica, o objetivo é avançar para um ambiente onde as cidades desenvolvam programas e serviços e todas as coisas que os dados têm o poder de fazer. Em Tulsa, Oklahoma, a prefeitura desenvolveu esforços para “reduzir as disparidades raciais de renda, expectativa de vida e dezenas de outros resultados, estão ancorados em uma revisão anual de mais de 50 medidas que informam mudanças nas políticas, práticas e programas da cidade”.

Este esforço mostrou ganhos importantes embora ainda haja um longo caminho a percorrer, a cidade reformulou o seu processo orçamentário em direção a um sistema baseado em dados que financiará programas e serviços de acordo com os resultados alcançados. (BLOOMBERG, 2022)

O que se verifica nos Estados Unidos acontece também em tantos outros lugares, e de maneira diferente confirmam a importância de qualificar as informações das políticas públicas.

Outra boa experiência acontece em Regina, no Canadá, onde a prefeitura afirma que a utilização qualificada dos dados é a base do esforço da cidade para atingir “zero líquido” em suas emissões de gases de efeito estufa até 2050. Os líderes da cidade realizaram um inventário de energia, para entender melhor seus maiores impulsionadores de consumo e esses dados estabelecem uma linha para uma estrutura sustentável de energia. (BLOOMBERG, 2022)

O que é muito interessante é que o acerto das políticas públicas independe das áreas, seja em relação à finanças, mobilidade, saúde entre outras.

No México, a cidade de San Pedro Garza García já obteve ótimos resultados com os processos conduzidos por dados. Por exemplo, a agência de arrecadação de impostos da cidade aumentou a receita identificando quais tipos de incentivos tornam os proprietários mais propensos a pagar seus impostos sobre a propriedade em dia. Ou seja, uma abordagem baseada em informações qualificadas contribuiu diretamente para a implantação desta e de outras ações relevantes na cidade. (BLOOMBERG, 2022)

Dentre as questões relevantes para as cidades na atualidade a questão do lixo é uma prioridade e se relaciona diretamente com as perspectivas de uma gestão mais sustentável.

É exatamente esta questão que se verifica em Bratislava, a capital da Eslováquia, que é um modelo de cidade europeia que está tratando o tema, ao mirar na independência da reciclagem e gestão inteligente de resíduos e em parceria com a empresa municipal de gestão de resíduos adquiriu uma linha de triagem automatizada moderna e negociou a rescisão do contrato com a antiga responsável. Bratislava tem a ambição de aumentar a taxa de classificação, e especialmente a reciclagem de plásticos selecionados, o que tem um impacto direto na descarbonização e mitigação das alterações climáticas. (ALÉM DA ENERGIA, 2021)

Também penso que vale a pena lembrar neste momento que, entre as novidades que nos inspiram e que relacionam compartilhamento de serviços e tecnologias, há os aplicativos de uso de bicicletas, que é algo que tem surgido em tantas cidades.

Há quem diga inclusive que esta é na prática, uma boa demonstração de caminhos pelos quais podemos transformar positivamente as cidades contribuindo inclusive para um dos seus grandes dilemas que é, a mobilidade.

Os aplicativos de compartilhamento de bicicletas podem mudar o mundo, pois existem em linguagem simples e materializam sistemas nos quais várias estações de bicicletas são instaladas e as pessoas podem locar uma para usar por um determinado tempo e devolvê-la em uma estação

diferente. Este mercado que é global deve se expandir muito ao longo dos próximos anos. (ALVO EM FOCO, 2021)

Eu acho muito interessante esta história de ampliação do uso de bike, aliás sempre estive entre aqueles que apoiei a ampliação das ciclovias na cidade de São Paulo e em outras localidades do Brasil.

Acompanhei com atenção o exponencial crescimento de empresas chinesas que entraram neste mercado. Destaco a Ofo que surgiu em 2014 e após um ano foi lançada em Pequim, conquistando mais de 20.000 usuários e 2.000 bicicletas. Em 2016, a empresa expandiu seus serviços para outras cidades da China e já contava com uma frota de aproximadamente 85.000 bicicletas, quando levantou US \$ 130 milhões em financiamento de tecnologia, incluindo Xiaomi e Didi Chuxing, o que permitiu a expansão dos serviços para fora da China, incluindo Cingapura, Reino Unido, Estados Unidos e Austrália. Na sequência levantou US \$ 450 milhões em financiamento transformando o negócio em um projeto forte e reconhecido globalmente. Existe também a Mobike, fundada pela Beijing Mobike Technology em 2015, um sistema de compartilhamento de bicicletas totalmente sem estação que fez de Xangai a maior cidade de compartilhamento de bicicletas do mundo. (ALVO EM FOCO, 2021)

É impressionante a capacidade empreendedora e inovadora deste segmento que é tão inspirador.

No ano de 2017, a Mobike levantou \$ 600 milhões em financiamento liderado pela Tencent, elevando a arrecadação de fundos da empresa para quase US \$ 1 bilhão

naquele ano em que está foi avaliada em US \$ 3 bilhões. (ALVO EM FOCO, 2021)

Estes sistemas de compartilhamento de bicicletas inspiram novos negócios e fortalecem a sensação de que podemos de fato desenvolver mercados que ao mesmo tempo sejam lucrativos, modernos e conectados com a necessidade de reduzir problemas de mobilidade urbana em acordo com a redução da poluição, é incrível.

E isto sem falar sobre o quanto estes novos negócios estimularam a possibilidade de ampliar o uso de bicicletas o que, em alguma medida também contribuem para o uso mais racional do transporte público.

III.8. A hora de juntar teorias e prática para fazer as cidades inteligentes

Para que possamos juntar teoria e prática fazendo acontecer o sonho das cidades inteligentes de forma que se torne uma realidade cada vez mais ampla, é preciso reinventar o Estado. Em meados dos anos de 1990 um livro que mexeu com minhas opiniões, “Reinventando o Estado” e desde então, tenho procurado aprofundar as reflexões apresentadas por aqueles bons gestores americanos.

Via de regra, o gestor é o responsável por gerir as tarefas habituais de uma organização, analisar os números e decidir os caminhos e as correções de rumo necessárias para o crescimento sustentável, mas isto é pouco, se temos convicção que atravessamos um tempo de aceleradas mudanças. É necessário acompanhar as mudanças e com a

rapidez necessária apresentar as possíveis respostas, pois atualmente, as mudanças acontecem o tempo todo e são extremamente radicais, motivo pelo qual é essencial focar a questão da inovação no centro da nossa agenda cotidiana, é necessário inovar.

É exatamente por este motivo que é preciso que o tempo todo existam estudos e atualizações. É importante que o gestor tenha cada vez mais interesse em se atualizar e que seja capaz de estar atento aos novos processos e modelos de geração de conhecimento. Este é um dos maiores desafios entre os tantos da administração moderna. Para que as organizações sejam contemporâneas elas precisam desenvolver a cultura da inovação por toda sua extensão. É necessário reter e obter conhecimento, o que é possível quando existe uma relação de confiança entre todos os elos da organização, para que todos se sintam encorajados a sugerir novas ideias. É essencial existir trabalho em equipe e a criação de atitudes colaborativas em processos disruptivos. Em tempos de crise o problema de recebíveis é mais grave e nas cidades acontece o mesmo dilema dos condomínios, exemplo que gosto de assemelhar as cidades. Nestes, os serviços muitas vezes não pode ser realizados em função do crescimento da inadimplência. E pensar que muito do que a empresa buscou construir, aconteceu a partir da solução que tentava reduzir a inadimplência das cidades, pois desta maneira se oportuniza ao mesmo tempo:

a) A recuperação de receitas, por meio de processos de recuperação fiscal;

- b) A ampliação dos níveis de corresponsabilização da população em relação aos objetivos dos governos locais;
- c) O fortalecimento dos processos de planejamento estratégico.

As soluções que desenvolvemos de fato têm apresentado soluções efetivas para as cidades na medida em que são capazes de mediar critérios de desenvolvimento, soluções tecnológicas e a automatização de processos e os resultados têm se fortalecido cada vez mais.

E para que isto siga acontecendo, a receita elementar passa pelo diálogo com os gestores sobre os melhores caminhos para o desenvolvimento de estratégias cada vez mais adequadas.

É bom que rememoremos que, para tudo acontecer é necessário, receita pública, e desde sempre que a questão do pagamento de tributos nunca foi bem vista na história nacional. Desde os tempos do Brasil Colônia quando o “Quinto do ouro” era uma exigência, a sociedade se esforça para não fazer na prática aquilo que se estabelece em Lei. E tantas vezes chego a pensar que este descompromisso histórico ao mesmo tempo aprofunda uma diáspora que faz crescer o sentido de não pertencimento do cidadão em relação às questões da vida pública, o que amplia dificuldades e obstrui a consolidação das perspectivas que acreditamos para as cidades.

Entre os grandes desafios que temos em nossos negócios, um diz respeito à construção de plataformas que sejam de fato colaborativas e amigáveis, sem isto não conseguiremos aproximar as relações entre cidadãos e governos.

Estas plataformas se traduzem em produtos que entregamos, um destes é o ACTOS, uma ferramenta que conecta de verdade o cidadão e os diversos serviços de uma cidade e há muitos detalhes nesta solução que passa, desde a realização de uma licitação até o bom gerenciamento da Zona Azul ou de outros serviços públicos.

Quando o ACTOS entra em funcionamento o gestor consegue de fato atualizar os números dos indicadores da cidade o que possibilita o fortalecimento da gestão pública.

Transparência é uma questão elementar na gestão, seja ela pública ou privada. Mas, desde sempre há uma questão que precisa ser respondida: Como garantir transparência sem informações, indicadores e metas suficientemente claras?

Eficiência é muito mais do que economia de recursos, esta questão está diretamente relacionada com os resultados que você espera e aqueles que consegue atingir.

E estes elementos conduzem ao ponto elementar que garante uma boa gestão, o planejamento, desde a definição dos objetivos, passando pelo uso adequado dos recursos como um todo.

Eu acredito que de fato é possível transformar as cidades por meio de ações colaborativas a partir da ponta dos dedos, assim como um músico que consegue com seu instrumento criar um som que acalenta nossa alma. Aliás, sou fascinado quando vejo o maestro João Carlos Martins com toda aquela dificuldade pessoal, agora com aquela luva biônica, produzir sons tão espetaculares. É com esta mesma energia que havemos de transformar as cidades.

Outro dia li um artigo curioso: Vamos à São Bernardo? E neste, o autor nos chama a atenção para o fato de que o cidadão que reside na periferia de uma cidade, às vezes não considera o seu bairro como parte da cidade, o que certamente o mesmo acontece quando tratamos de aspectos bem importantes e que são garantidores de mais isonomia e acessibilidade ²⁸

O Brasil é o país do futuro, esta não é uma ideia recente, ao contrário desde que eu me entendo por gente que ouço esta expressão. Na atualidade precisamos dar passos para que este futuro se aproxime um pouco mais da realidade e na medida do possível melhorando as cidades em suas múltiplas dimensões e as tornando cada vez mais inteligentes.

Para que isto aconteça uma questão que precisamos examinar com cuidado, diz respeito à relevância dos indicadores, já tratei um pouco desta questão em outro ponto, mas o trago novamente para o debate. Em cada uma das cidades que trabalhamos tomamos esta questão como relevante, porque há situações em que itens, números e informações isoladas são tomados como verdades absolutas, o que do ponto de vista prático é um grave equívoco.

Estamos diante da necessidade de juntar teoria e prática para fazer as cidades inteligentes e neste sentido cresce a importância dos processos de sistematização que procuramos desenvolver antes de iniciar uma nova jornada. Sim em cada cidade onde trabalhamos encaramos a ação como uma jornada, para nós, os gestores e a população.

²⁸ ALVES, Luiz Roberto. Vamos à São Bernardo?

E para que teoria e prática possam fazer sentido, apontamos sempre na construção de diretrizes como sendo o ponto de partida para a construção das soluções que apresentamos e que de alguma forma orientam os processos de planejamento, caminhos que considero precisam ser observados como exercícios de curadoria para que consigamos encontrar as respostas que as cidades demandam. De outro modo as respostas serão pasteurizadas e pouco aderentes às múltiplas e complexas situações encontradas na realidade concreta das cidades.

Estou convencido que à medida que se unificam as informações e se integram os serviços há um crescimento do processo educativo, o que também faz crescer a fiscalização geradora de mais transparência em relação à questão pública. E na medida em que isto acontece na prática, marcamos algo que sempre aponto como sendo elementar, cidades inteligentes obrigatoriamente precisam ser resultado das ações humanas.

III.9. Eicon uma empresa que trabalha para transformar vidas e transformar o mundo

Quando alguém pergunta qual é o mantra da Eicon eu sempre repito a ideia que nós trabalhamos para transformar vidas, e à medida que isto acontece contribuimos para transformar o mundo.

Norman Vicent Peale disse certa vez uma frase que tenho enorme concordância: “Devemos mirar na lua, pois se

errarmos, ainda estaremos entre as estrelas”. Pois bem, se no cotidiano trabalhamos apenas e tão somente para executar as tarefas e atingir os nossos objetivos pontuais não estaremos fazendo aquilo que no fundo nos interessa, não estaremos salvando vidas da mediocridade, da mesmice e do trabalho formal, burocrático e repetitivo.

Salvamos vidas quando encontramos soluções resultantes da compreensão concreta de uma realidade sempre complexa e que não entregamos algo que é simplesmente “recortado e colado” de outros. Salvamos vidas quando tentamos fazer, mesmo quando corremos o risco de errar, pois nós sempre queremos muito mais e muito melhor.

Nós estamos salvando vidas quando a experiência do trabalho colaborativo se sobrepõe aos ritos das “ordens superiores”, nós temos hierarquia, mas esta não é resultante de uma “lei divina” e sabemos que no fundo todos nós sempre podemos aprender juntos em comunhão, como dizia o educador Paulo Freire.

No Brasil, onde as coisas quase sempre se resolvem por força dos relacionamentos, a vaga na escola, a consulta médica, o atendimento para resolver a documentação fiscal e tantas outras demandas junto ao setor público, que repetidamente possuem alguém que resolverá no seu lugar, que em grande medida esvazia o sentido de cidadania e participação.

A busca da construção de modelos e estratégias para as cidades mais inteligentes na atualidade é a prioridade da Eicon e certamente contribuirá para que possamos avançar no fortalecimento de um maior protagonismo social capaz de ampliar a construção das identidades na agenda pública.

Trabalhamos muito para que obrigatoriamente sejam ampliadas as exigências em que os cidadãos possam fazer as suas escolhas, e sempre reitero que o exercício de fazer escolhas é algo absolutamente complexo e necessário.

Acreditamos de verdade que “a cidade sem gente é uma triste ficção” e não queremos repetir aquilo que tira a paciência e o sono das pessoas quando demandam um serviço público. É exatamente por isso que as tecnologias são importantes aliadas para que de suas residências, com seu smartphone, possamos aumentar as soluções e as respostas para os cidadãos. Para eles o setor público deve trabalhar, são eles que devem estar no centro das atenções.

E para que as cidades possam estar cada vez mais preparadas frente ao processo de transformação, que nós na Eicon trabalhamos para criar uma série de produtos que procuram ser mais do que sistemas. Já afirmei neste livro e reitero, sempre gosto de dizer que procuramos soluções.

Há muitos sistemas que de fato melhoram muito o desempenho de cidades e de organizações, mas na sequência, o que vejo são modelos que “engessam” e perdem a leveza deixando na prática de responder às demandas reais daqueles que contratam os serviços.

Quando falo em solução de fato busco o mais amplo sentido da especificidade local, ou seja, para cada problema é importante encontrar a solução mais específica possível.

Eu aprendi a construir soluções quando desenvolvemos a GissOnline. Este produto pode ser encarado como o começo de tudo o que desenvolvemos hoje e tudo teve início porque era gigantesca a crise financeira das cidades e os governantes

buscavam meios para elevar a sua capacidade de arrecadação, e exatamente neste momento que desenvolvemos uma solução que respondeu à demanda dos prefeitos, melhorou o caixa e sugeriu a possibilidade de fazer de fato justiça fiscal, ampliando a igualdade social.

No momento anterior os antigos blocos de notas fiscais impressos em gráficas possibilitavam um grande número de maus feitos, eram notas “espelhadas” e outras que simplesmente eram formalmente emitidas, mas que jamais os seus percentuais tributários chegaram aos cofres do setor público.

No Brasil segue-se falando até hoje da “Lei de Gerson” onde para alguns é considerado esperto quem de alguma maneira leva vantagem, o que sinceramente não é razoável especialmente quando falamos de justiça.

Com a GissOnline, a informação que saia da contabilidade obrigatoriamente passou a ir para o governo, não há mais intermediários, não existe mais aquele antigo servidor que visitava estabelecimentos com olhos de lince para alguns, muito menos rigorosos para outros.

O que antes era feito totalmente no papel é substituído pelo formato digital e neste mesmo momento, os governantes passaram a entender melhor a realidade financeira podendo tomar com muito mais exatidão as suas decisões.

É fato que “navegar é preciso, viver não é preciso”, nos lembra Fernando Pessoa, e em meio as imprecisões da vida, a GissOnline ajudou a criar soluções possíveis e somos orgulhosos deste pioneirismo que está presente em tantas cidades do Brasil.

Recordo-me que, no início desta história havia por um lado aqueles que não acreditavam em sua concretização por não compreender a sua precisão, mas, o pior eram aqueles que torciam e trabalhavam contra, aqueles que não queriam a solução, pois certamente estavam entre os que se julgavam mais espertos e estando acima do bem e do mal.

E em que pese às dificuldades, seguimos insistindo e trabalhando para buscar ampliar o bem comum e tentando sempre acertar a Lua, outra boa canção de Vitor Kley nos diz: “Deixa eu querer voar, enfrentar meus problemas, Eu mirei na Lua e acabei acertando as estrelas”... É assim que nós seguimos na Eicon, sempre com humildade e perseverança, para que possamos transformar vidas e resolver dramas humanos.

Quando a pandemia do coronavírus levou para o corner do ringue a humanidade, e os duros momentos em que ainda desconhecíamos a letalidade da doença, nós percebemos que era mais do que necessário avançar na perspectiva das cidades inteligentes.

Antes mesmo de ser procurado por gestores públicos reuni a minha equipe e sugeri que estávamos em um momento em que poderíamos exercitar com toda energia do mundo o nosso mantra, era mais do que necessário “transformar vidas”. E as vidas foram salvas graças à ciência e a vacina, mas houve outras possibilidades que começavam a ser pensadas em meio aquele drama.

Quando lembramos agora que no Brasil foram quase setecentas mil pessoas que faleceram, foram pais, mães, irmãos, avós que deixaram a humanidade diante de uma

orfandade coletiva. A tristeza, a dor e a solidariedade precisam estar combinadas com legados que conseguimos herdar.

No primeiro momento tudo ficou fechado, as escolas, os hospitais e todos os serviços públicos, o comércio e as indústrias e foi neste tempo em que exercitamos fortemente o distanciamento social. Na Eicon nós falávamos que esta distância deveria ser física, não necessariamente digital.

Este foi o momento em que plataformas de comunicação se ampliaram e serviços de tecnologia que anteriormente eram considerados frios ajudaram a aproximar e reaproximar pessoas, organizações e serviços.

Nós buscamos neste momento soluções para uma série de demandas e especialmente na área de educação penso que conseguimos dar um enorme salto, que precisa seguir avançando ainda mais, pois aquele foi o começo de uma importante transformação.

As ferramentas que apresentamos buscavam garantir que os professores pudessem fazer a melhor aula possível para alunos que jamais pensaram em estudar daquele jeito, e no segundo momento, começamos a trabalhar para que as famílias como um todo pudessem ser integradas a este processo.

Atualmente estamos seguindo aqueles processos que tenho certeza que haveremos de avançar ainda mais em algumas soluções melhores e mais relevantes para o conjunto das cidades que acreditam e se desafiam a serem cada vez mais inteligentes.

III.10. A construção de uma metodologia exige coragem, ousadia e inovação

A escuridão não pode combater a escuridão;

Só a luz pode fazer isso.

O ódio não pode combater o ódio,

Só o amor pode fazer isso.

Martin Luther King Jr

A professora Olgária Matos, da PUC-SP espantou muita gente quando certa vez afirmou que a filosofia não serve para nada quando o mundo é pragmático, utilitarista e quando existe uma cultura do máximo de resultados em um mínimo de tempo, pois no fundo, a filosofia é aquilo que se dedica e requer o longo prazo.

A afirmação da professora é uma dura verdade, especialmente nestes sombrios tempos em que as fake news conduzem as expressões mais medíocres de verdades travestidas como sendo narrativas factuais que buscam ser transformadas em verdades absolutas em um tempo que a humanidade parece ter gostado de retornar para a caverna criada por Platão, em seu “Mito da Caverna”. E sempre que procuro valorizar as opiniões menos apressadas da realidade entre tantos textos filosóficos que tenho grande paixão e acredito que de alguma maneira este pode nos ajudar a compreender a realidade a partir da metáfora criada pelo filósofo grego e cuja história é uma tentativa de explicar a condição de ignorância em que viviam os seres humanos,

aprisionados pelos sentidos e os preconceitos que o impediam de conhecer a verdade.

Esta história presente no Livro VII da obra *A República* apresenta uma série de diálogos escritos por Platão sobre o conhecimento, a linguagem e a educação para a construção de um Estado ideal, nele estão as bases do conceito de senso comum em oposição ao senso crítico e à busca pelo conhecimento verdadeiro. (MENEZES, 2022)

Vejo a falta de aprofundamento em debates que precisariam ser muito mais densos e não tenho dúvidas das semelhanças da vida dentro da caverna que experimenta sentidos onde reside a falsa percepção da realidade. E mais, quantas vezes não conseguimos fazer com que a pessoas ao menos queiram tentar sair da caverna em busca de uma verdade a ser alcançada pelo uso pleno da razão?

“No texto, Platão cria um diálogo entre Sócrates e o jovem Glauco. Sócrates pede para que Glauco imagine um grupo de pessoas que viviam numa grande caverna, com seus braços, pernas e pescoços presos por correntes e voltados para a parede que ficava no fundo da caverna”... “Atrás dessas pessoas, existia uma fogueira e outros indivíduos transportavam objetos, que tinham as suas sombras projetadas na parede da caverna, onde os prisioneiros ficavam observando”... “Como estavam presos, os prisioneiros podiam enxergar apenas as sombras das imagens, julgando serem aquelas projeções a própria realidade”. (MENEZES, 2022)

Tenho muita convicção que a construção que uma metodologia para desenvolver as cidades inteligentes passa obrigatoriamente por um olhar mais filosófico e antropológico da realidade, de modo que os sentidos

consigam conectar culturas e valores fazendo com que a sociedade consiga ao menos começar a imaginar este processo.

Estamos há tempos desenhando um jeito de pensar esta questão que passa por um portal lindo, que dialoga com as quinze soluções que temos na Eicon e que se preocupa fortemente em garantir funcionalidade, usabilidade, navegabilidade, acessibilidade e responsividade. Partimos desta estrada, primeiro porque sabemos fazer bem as soluções que se transformaram em produtos para o mercado e, segundo porque, compreendemos o quanto uma “arquitetura” tecnológica neste momento é complexa e corre riscos e entraves e havemos de, em conexão com nossos parceiros deixar este portal que abrirá tantas possibilidades para os governos e os cidadãos.

E mais, há da minha parte e de cada um dos membros da minha equipe um cuidado gigantesco para que possamos ter ousadia quando o assunto é gestão. Este é um requisito para que possamos fortalecer a construção das cidades inteligentes. E sei bem o quanto uma metodologia precisa ser consistente e combinada com um conjunto de estratégias para que suas ações possam ser realizadas e para que de fato contribuam para melhorar a eficiência e a qualidade dos processos e projetos gerais de um determinado negócio.

Tenho certeza que a construção de uma metodologia exige muita coragem, ousadia e inovação para que seja possível apresentar as linhas gerais de algo que as pessoas possam acreditar e se sintam à vontade para tentar fazer.

Para que isto aconteça é preciso ter coragem, seja para investir tempo e recurso, seja para defender pontos de vista que nem sempre possuem unanimidades, seja para ouvir críticas e para corrigir caminhos quando necessário.

Certamente não faremos algo parecido se não houver ousadia, porque tudo que busca sair do lugar comum exige ousadia, para que de alguma forma o pioneirismo de uma ideia seja aplicado na realidade concreta de uma sociedade que tantas vezes se mantém descrente de tantas boas originalidades. A ousadia que tantas vezes entrega sujeitos e projetos ímpares a tempos de insignificância e menosprezo, e seus idealizadores amargam a dureza de ostracismos impostos por *status quo* dominantes que se especializaram a fazer suas trivialidades.

E para literalmente colar com a realidade um método atual precisa ser capaz de inovar. A inovação é essencial para o mercado e para a vida hoje em dia. Trata-se de um requisito garantidor de mais competitividade das empresas e dos negócios. Quando estes se reinventam podemos apresentar com muita força o seu diferencial.

Ao longo do cotidiano na Eicon vejo surgir muitas ferramentas que de fato são inovadoras e contribuem diretamente para auxiliar os processos de transformação da coisa pública de modo a garantir a qualidade dos serviços e ofertando excelentes resultados. Quando julgamos que, de fato há todos os elementos que consideramos relevantes, nós os aproximamos para que de alguma maneira possam experienciar uma ação conjunta, e se juntem ao todo da solução maior que materializará as cidades inteligentes.

Contudo é evidente que esta necessária combinação é muito mais complexa do que podemos pensar, pois evidentemente se simples fosse, haveria outras tantas iniciativas espalhadas na cena contemporânea.

Quando assumi os riscos e apresentei a ideia relacionada ao desenvolvimento de um método para as cidades inteligentes para a minha equipe na Eicon, tinha a exata noção de que este seria um processo complexo e cujas dificuldades precisariam ser superadas na medida em que fossem surgindo. E assumi esta responsabilidade mesmo tendo inúmeras ações pontuais que se encontravam em curso, algumas específicas de cidades em que estávamos atuando e outras que eram mais gerais e que apontavam para perspectivas maiores da nossa organização interna.

Aliás, o número de projetos em desenvolvimento dentro da empresa que felizmente tem crescido, fez com que algumas pessoas bem próximas fizessem questão de marcar suas dúvidas, seus apoios e um forte sentido de solidariedade, que de uma maneira geral resumo como... “Este Luiz é tão ousado que já acertou em outras loucuras e não será desta vez que ele não acertará”. E tenho convicção de que a possibilidade de fazer diálogos internos e externos foi imprescindível para que conseguisse chegar até aqui.

E quando me reuni tantas vezes em conversas com inúmeros gestores públicos, e apontei o desejo de criar um método capaz de unir aquilo que estávamos fazendo no cotidiano e que seriam somados a novas medidas de gerenciamento, para que pudéssemos conseguir uma melhor organização das cidades inteligente, repetidamente, percebia um brilho no

olhar que fortalecia minhas convicções e renovava as minhas esperanças.

É fato que a campanha eleitoral deste ano que poderia ter sido uma grande oportunidade para que esta e outras tantas questões fossem debatidas se transformou em um triste espetáculo de acusações mútuas e quase que um concurso para se avaliar o nível de religiosidade de boa parte dos candidatos.

Eu que sempre defendi a perspectiva de um Estado laico, eu que tenho tanta preocupação em relação aos riscos em misturar política e religião, acompanhei atônito uma campanha em que os candidatos desfilaram mais por altares e púlpitos do que por ruas e palanques. E naturalmente sem esquecer o papel que a internet e as redes sociais jogaram neste momento, definitivamente a campanha eleitoral de 2022, marcou a forte presença digital no universo da política. Esta digitalização política confirmou a percepção de que o mundo virtual, e as tecnologias de fato chegaram para ficar e será neste mundo, que o nosso caminho de cidades inteligentes se desenvolverá fortemente.

E mais, a cena política que agora foi finalizada com a vitória do Presidente Lula por pequena margem de votos, obriga a todos os brasileiros independentes do lado que estavam a pensar de fato nos próximos passos que devemos de trilhar enquanto nação. Recordo-me neste momento de um belíssimo filme dirigido extraordinariamente por Clint Eastwood, *Invictus* que narrou as estratégias de um dos maiores líderes mundiais, Nelson Mandela que depois de ficar preso por quase três décadas disputou e venceu as

eleições na África do Sul e na sequência o então presidente usou o esporte para unir a população de seu país.²⁹

A radicalização que verificamos hoje no Brasil, sugere elementos de muita semelhança com a pátria de Mandela, que estava terrivelmente dividida social e economicamente devido à triste divergência racial.

No cinema a arte imitou a vida, assim como tantas vezes acontece o contrário e *Invictus* retrata a perspicácia, e a generosidade daquele grande homem e o caminho que ele ajudou a desenvolver para que o país pudesse ganhar o campeonato mundial de rugby o que contribuiu de uma forma muito inteligente para tentar acabar com um problema histórico e estrutural em seu país, e desde já fico imaginando quais podem ser as estratégias para que de alguma maneira possamos repactuar o nosso país.

É fato que Morgan Freeman no drama passava uma verdade tão forte em seu papel como Mandela, que fico desde já a imaginar quem será o artista e qual será o campeonato que haveremos de vencer. E não tenho dúvidas de que esta vitória precisará ser de todos e todas e se Deus quiser não precisaremos ter dúvidas em relação à escolha da cor da camisa da nossa seleção.

Penso na cena nacional e imagino o quanto haveremos de melhorar o futuro nacional se de fato houver a possibilidade de indicar um projeto nacional. E projeto não se constrói apenas com propostas políticas, econômicas e sociais, é

²⁹ Mandela foi o líder mais importante da África do Sul e ativista que dedicou sua vida contra o regime racista do Apartheid, foi presidente da África do Sul de 1994 a 99 e ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 93.

óbvio que isto é elementar e seguramente uma das nossas grandes lacunas, mas, é necessário tentar compreender esta nacionalidade, cujo heroísmo não se espelha apenas na “falta de caráter” de Macunaíma, ou nas histórias de rebeldia de Lampião e seus comandados.

Um projeto nacional passa pela possibilidade de reescrever a história nacional e na medida do possível procurar curar as suas feridas, não haverá um bom caminho mais adiante se não conseguirmos com espírito público e sentido de nacionalidade reescrever a nossa história sem que os personagens que não gostamos tanto, sejam apagados ou esquecidos.

O nosso método em princípio tem priorizado um olhar local onde os projetos estão se desenvolvendo, mas tenho uma grande convicção de que este é um caminho irreversível em que elementos importantes poderão ser adotados em nível nacional brevemente. Para que esta possibilidade exista haverá de ter em nível nacional, a mesma busca dos entendimentos que sugerimos para a cena local.

No fundo quando digo que há de existir coragem, ousadia e inovação eu obrigatoriamente relembro coisas que estudei no passado sobre a Semana de Arte Moderna de 1922 e chego a estabelecer paralelos bem interessantes, em função do tom que os artistas envolvidos propunham em relação a uma visão de arte renovada em conexão com uma estética inovadora inspirada nas vanguardas europeias.³⁰

³⁰ A Semana de Arte Moderna foi uma manifestação artístico-cultural que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo entre os dias 13 a 18 de

Os artistas buscaram naquele momento uma renovação social e artística no país. O evento chocou parte da população e trouxe à tona uma nova visão sobre os processos artísticos, bem como a apresentação de uma arte e uma cultura mais brasileira. E a genialidade de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, conseguiu reunir outros tantos jovens artistas irreverentes e contestadores contribuindo assim para estabelecer um rompimento com a arte acadêmica contribuindo desta maneira para a apresentação de uma forte mudança estética e cultural. (AIDAR, 2022)

Escrevo estas questões e me dou conta que em 1922 a Independência do país completava cem anos, e o Brasil atravessava gigantescas transformações, sociais, políticas e econômicas e a industrialização começava a ser uma verdade naquela que ainda era uma República agrária. E hoje, tenho a exata sensação de que se passaram mais cem anos, chegamos ao bicentenário de nossa independência e de alguma maneira há uma enorme sensação de que poderíamos ter ido mais longe.

Aquela primeira Semana de Arte Moderna surgiu com enorme força e a necessidade de criar uma nova estética marcada por um sentido de inovação e cujo intuito era conceber um caminho que rompesse com os parâmetros que vigoravam nas artes em geral, e desta maneira artistas que tinham possibilidades para viajar e estudar na Europa

fevereiro de 1922 e que na ocasião reuniu diversas apresentações de dança, música, recital de poesias, exposição de obras e palestras.

trouxeram para o país tendências artísticas que fizeram brotar o movimento modernista no Brasil. (AIDAR, 2022)

“O evento foi inaugurado pela palestra do escritor Graça Aranha: “A emoção estética da Arte Moderna”, seguido de apresentações musicais e exposições artísticas. O evento estava cheio e foi uma noite relativamente tranquila”... “No segundo dia, houve apresentação musical, palestra do escritor e artista plástico Menotti del Picchia, e a leitura do poema “Os Sapos” de Manuel Bandeira”... “Ronald de Carvalho fez a leitura, pois Bandeira encontrava-se em uma crise de tuberculose. Nesse poema, a crítica à poesia parnasiana era severa, o que causou indignação do público, muitas vaias, sons de latidos e relinchos”... “Por fim, no terceiro dia, o teatro estava mais vazio. Houve uma apresentação musical com mistura de instrumentos, exibida pelo carioca Villa Lobos”... “Nesse dia, o músico subiu ao palco vestindo casaca e calçando em um pé sapato e no outro um chinelo. O público vaiou pensando que se tratasse de uma atitude afrontosa, mas depois foi explicado que o artista estava com um calo no pé”. (AIDAR, 2022)

E quando imagino as hostilidades sofridas pelos artistas de então, que naquele momento “pagaram” por seu vanguardismo e coragem, sinto certa semelhança com o ambiente que atravessamos, cujas diferenças culturais, artistas, políticas e religiosas tem convivido com tantos exemplos de grosseria e intolerância.

Ao se dar conta do quão relevante foi aquele movimento para a arte e para a política nacional tenho convicção de que haveremos de apostar neste momento na possibilidade da realização de uma nova Semana de Arte Brasileira, acredito que a realização desta, de alguma maneira poderá lançar luz e resgatar a sensibilidade e do olhar dos artistas

reconectando as nossas ancestralidades e procurando valorizar o sentido de uma nacionalidade criativa, humanista e profundamente solidaria.

Ou seja, haveremos de avançar ainda mais no trabalho de construção da metodologia que estamos desenvolvendo, isto será certamente excelente para os negócios da minha empresa, mas se não conseguirmos dialogar com os sentidos maiores de nossa nação, as coisas não terão o sabor necessário de uma refeição completa. Será preciso esta conexão para que as cidades inteligentes não sejam insossas, mas que sejam servidas com o refrescante suco de jaboticaba e com a boa esperança equilibrista que nos ensinou o irmão do Henfil.

IV. Conclusões necessárias para que possamos seguir em frente

“Participação é um dos cinco princípios da democracia, sem ela, não é possível transformar em realidade, a história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade.”.

Herbert de Souza, o Betinho

É fato que o lançamento deste livro se conecta diretamente com minha trajetória de quatro décadas mergulhado na busca de soluções críveis para a gestão pública brasileira.

E neste momento de conclusão e de encerramento desta etapa agradeço profundamente às boas lições da vida e às parcerias que realizei com Alcides Tomé, um grande companheiro de tantos trabalhos e alguém que o convite para ser padrinho de casamento significou um forte sentido de amizade, confiança e gratidão.

Neste, **Cidades Inteligentes em perspectiva**, procurei ao mesmo tempo construir uma síntese de minhas opiniões, reflexões e apostas, que o mundo tem exigido aliado à contextualização de um trabalho de décadas que tem combinado as ricas experiências desenvolvidas pela Eicon. Estou muito satisfeito, pois este foi também um momento de valorizar o que já foi desenvolvido e, deste modo, este livro pode contribuir diretamente para resgatar boas reflexões, atualizá-las e valorizar o sentido de construção histórica.

Eu não tenho dúvida que, quando os indivíduos e as organizações encontram um propósito claro, não existem

bloqueios capazes de segurar a onda gerada. É exatamente por este motivo que trabalhamos para ir além de adjetivos. Nós buscamos ao longo da história da Eicon construir propósitos claros, fazemos isto quando buscamos com que na empresa todas as áreas fortaleçam as suas conexões para dar um sentido para que todos possam trabalhar gerando a ampliação do bem comum.

No entanto, desta vez escolhi um caminho menos “técnico” para as reflexões que tenho desenvolvido no universo das tecnologias.

Estou convencido que é essencial enfrentar antropologicamente uma série de questões, sob pena de não conseguir avançar na medida do necessário, se o caminho for apenas um “tecnicismo” fora do tempo. Aliás, tenho procurado e insistido muito para que possamos pensar cada vez mais sobre os valores que alicerçam o mundo em que estamos trabalhando.

E quando trato de valores, trago outro exemplo, na Inglaterra não se tem admitido a ideia de biometria para tudo, a exemplo da Coreia do Sul, que produz e vende serviços para esta área mas não executa em seu país.

Este é o tempo de rememorar George Orwell, pseudônimo do escritor inglês Eric Arthur Blair que escreveu dois clássicos da literatura mundial, *A revolução dos bichos* e *1984*, cujas obras apresentam um caráter distópico e alegórico, além de afirmar as evidentes opiniões ideológicas do autor profundamente antifascista e grande defensor da democracia e da liberdade.

É exatamente por admirar tanto as obras de Orwell, que tenho procurado compreender aquilo que a semiótica nos ensina por meio de sua teoria geral das representações, que leva totalmente em conta as simbologias sob todas as formas e manifestações que assumem sejam linguísticas ou não.³¹

Esta ciência que estuda cada linguagem com seus signos, permite a comunicação entre os indivíduos, exatamente porque os signos sempre se associam a um tipo de representação. Ou seja, são sinais indicadores de algo, dentro de um determinado contexto sociocultural.

Neste momento da vida, onde a comunicação é cada vez mais, resultante de mensagens, *posts* e *memes* instantâneos; onde a densidade das ideias é medida mais pelas imagens de uma era “instagramável”, a semiótica pode nos ajudar entender os detalhes de uma série de questões e com base nisso poderemos aprimorar a comunicação.

Estou entre aqueles que, diante de um dilema, uma tragédia ou uma dificuldade qualquer, não consigo gastar meu tempo a lamentar, reclamar ou simplesmente encontrar culpados. Sempre procuro de maneira otimista buscar outras possibilidades, e foi exatamente assim que há cerca de vinte anos que lancei “Desvendando o pregão eletrônico”, quando na época a possibilidade passou a ser apresentada na cena nacional.

Para alguns o “pregão eletrônico” era um tempo de medo, de incertezas e foi exatamente por este motivo que resolvi

³¹ A semiótica surgiu nos estudos linguísticos e a expressão foi usada, pela primeira vez, pelo filósofo e linguista americano Charles Sanders Peirce (1839-1914).

construir uma espécie de “manual” para que empreendedores e gestores pudessem conhecer melhor aquela ferramenta que passará a ser adotada. É exatamente por este motivo que, quando a nova lei de licitações foi aprovada e sancionada recentemente, passei a ter ainda mais certeza de que contribuí de alguma maneira para a consolidação deste processo.

Não acredito em gestão pública sem planejamento estratégico, o que pode haver sem planejamento é no máximo uma sequência de boas intenções, e penso isso desde 2017 quando lancei o livro “Gestão pública: planejar controlar e responsabilizar é a solução” e tenho convicção de que esta questão segue sendo absolutamente relevante. É fato que uma série de questões precisam ser revisadas e aperfeiçoadas, no entanto, o foco central relacionado a importância do planejamento segue sendo uma questão prioritária.

A valorização e a ampliação das tecnologias contribuem diretamente para a ampliação da transparência o que também é elementar no atual contexto social e político nacional e internacional.

Em sua boa “alucinação”, o poeta e compositor Belchior disse que “amar e mudar as coisas me interessa mais”, eu estou com ele nesta ideia, eu que sempre fui alguém que apostou na força das cidades e do poder local, estou cada vez mais convencido que este é o caminho, que as soluções para uma extensa parte dos nossos dilemas serão respondidas localmente e especialmente enquanto nação, se conseguirmos avançar o caminho das cidades inteligentes.

Foi muito desafiador escrever este livro em que procurei juntar ideias, histórias e experiências, elementos muito importantes. O que precisamos neste momento é fazer as coisas acontecerem para que o nosso país seja capaz de se reencontrar consigo mesmo.

Cidades inteligentes em perspectiva é um pouco da minha contribuição para que com humildade possamos abrir um debate que considero necessário e urgente. Vamos fazer isso com civilidade e respeito às diferentes opiniões.

Referências Bibliográficas

AIDAR, Laura. Semana de Arte Moderna.
<https://www.todamateria.com.br/>

Klink, Jeroen Johannes. O novo regionalismo: o caso da região do Grande ABC. FAU/USP 2000

AIDAR, Laura. Semana de Arte Moderna.
<https://www.todamateria.com.br/>

ALÉM DA ENERGIA. O que são cidades inteligentes e como elas formam o futuro sustentável.
https://www.alemداenergia.engie.com.br/o-que-sao-cidades-inteligentes-e-como-elas-formam-o-futuro-sustentavel/?gclid=Cj0KCQjwxveXBhDDARIsAI0Q0x2JY45rkaj_oH8dzQ5uIUcjQkirA-1VRpbyHdw9V0RQwuvHsrQswU2kaAv6fEALw_wcB. 17 de novembro de 2021.

ALÉM DA ENERGIA. O que são cidades inteligentes e como elas formam o futuro sustentável.
https://www.alemداenergia.engie.com.br/o-que-sao-cidades-inteligentes-e-como-elas-formam-o-futuro-sustentavel/?gclid=Cj0KCQjwr4eYBhDrARIsANPywCj6oJjol5yaUhJyXGqs22m0lpW6jbgdInegv2p2ZW0JP1jDa3uf52waAgm_oEALw_wcB. 17 de novembro de 2021.

ALMEIDA, Vitor Robaina de. O processo de financeirização e evolução recente da economia brasileira. Monografia

apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2020.

ALVES, Luiz Roberto. Vamos a São Bernardo?

ALVO EM FOCO. É assim que os aplicativos de compartilhamento de bicicletas podem mudar o mundo.

<https://www.alvoemfoco.com.br/e-assim-que-os-aplicativos-de-compartilhamento-de-bicicletas-podem-mudar-o-mundo>. 01 de outubro de 2021.

AZEVEDO. Paulo Furquim de, PONGELUPPE. Leandro Simões, NOBUUKI. Maria Clara de Azevedo Morgulis. Uber: O dilema de crescer com uma inovação disruptiva. INSPER.

<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/estudo-de-caso-Uber-crescer-inovacao-disruptiva.pdf>

BEZERRA, Juliana. Constituição Americana.

<https://www.todamateria.com.br/constituicao-americana/>, 2022.

BLOOMBERG. 22 prefeitos da América do Norte e do Sul se unem à City Data Alliance.

<https://www.bloomberg.com.br/blog/22-prefeitos-da-america-do-norte-e-do-sul-se-unem-a-city-data-alliance/> 14 de julho de 2022.

BRANDÃO, Lucas. A sociedade da informação em rede aos olhos de Manuel Castells. 24 Junho, 2018

BRITO, Eduardo. Lançado há 96 anos, clássico escrito por Malinowski recebe sua primeira edição brasileira em quatro décadas. Jornal de Brasília. 04.02.2019

CALVINO, Ítalo, Cidades invisíveis. Companhia das Letras. São Paulo, 1990.

CARVALHO, Henrique. 10 Heurísticas de Nielsen para avaliar a interface. 04/08/2020. Site - <https://vidadeproduto.com.br/heuristicas-de-nielsen/>

CIDADES.com. Cidades do Brasil. 2013. Site acessado em 10 de janeiro 2022 - <https://www.cidades.com.br/>

COSTA, Luciano Martins. Política, salsichas e jornais. Edição 648. 30 de junho de 2011. Site acessado em 01 de setembro 2022. <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/politica-salsichas-e-jornais/>

CUNHA, Bruno. Pensar Global, Agir local - O poder do consumo consciente. Publicado em 20.09.2020. <https://www.capitalnews.com.br/opiniaio/pensar-global-agir-local-o-poder-do-consumo-consciente/347157>

DOWBOR, Ladislau, O que é poder local? Edição revista e atualizada em 2016. Site acessado em 01.09.2022. <https://dowbor.org/>

GALEANO, Eduardo. Las palabras andantes. Siglo XXI, 1994.

GUIA GEOGRÁFICO. Carta de Pero Vaz de Caminha. <https://www.historia-brasil.com/descobrimento/carta-caminha.htm>. 2022

IDIS. O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social. https://www.idis.org.br/o-que-sao-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-impacto-social/?gclid=Cj0KCQiAyMKbBhD1ARIsANS7rEH5NTsPpnmyh9zRsbRdYAxqq4PQORlbZIGkm1z1AN2OHHF_ei0iFMkaAtjnEALw_wcB. 28 de julho de 2022

INFOMONEY. Open Banking: o que é e como funciona? <https://www.infomoney.com.br/guias/open-banking/>

MONTEIRO, Amanda Rafaelly Casé. As cidades de Platão: A construção de uma utopia. Anais XVIII ENANPUR 2019.

MACEDO, Jorge. Uso adequado da tecnologia é desafio na solução dos problemas das grandes cidades. Jornal Estado de Minas. 03/04/2014.

MACEDO, Jorge. Uso adequado da tecnologia é desafio na solução dos problemas da grandes cidades. Jornal O Estado de Minas. 03 de abril 2014. https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2014/04/03/interna_tecnologia,514969/uso-adequado-da-tecnologia-e-desafio-na-solucao-dos-problemas-da-grandes-cidades.shtml

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em 13 nov 2022.

MENEZES, Pedro. Mito da Caverna. Site <https://www.significados.com.br/> Rio de Janeiro. 2022

MENEZES, Pedro. Mito da Caverna. Site <https://www.significados.com.br/> Rio de Janeiro. 2022

MDR. Carta Brasileira para as cidades inteligentes. <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>. 2020

NA PRÁTICA. ORG. Inovação disruptiva: o que é disrupção, para que serve e por que importa. 04 de julho de 2022. <https://www.napratica.org.br/o-que-e-inovacao-disruptiva/>

NETTO, Clovis. Cidades Inteligentes? Sociedade e Tecnologia em debate. Boletim Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia - USP - Volume 1, Número 12, Junho/2017

O FUTURO DAS COISAS. O Mundo em 2025: 8 Mudanças para os Próximos 10 Anos
21 de julho de 2015. <https://ofuturodascoisas.com/o-mundo-em-2025-8-mudancas-para-os-proximos-10-anos/>

OLIVEIRA, Queiroz Andréa, SOUZA Fernandes Ricardo Augusto. Cidades Inteligentes: O valor público da inovação disruptiva para geogovernança. 2019.

PICCOLI, Ademir. A tecnologia transformará escassez em abundância. 23.09.2020. Acessado no site <https://www.ademirpiccoli.com/post/a-tecnologia-transformar%C3%A1-escassez-em-abund%C3%A2ncia>

REDAÇÃO. A divisa ‘pensar global, agir local’, como método de ação diante dos grandes temas e problemas mundiais, é insuficiente. <http://www.EcoDebate.com.br.05/12/2008>, publicado peloIHU online, 03/12/2008.RS.

SANTOS, Luiz Alberto dos. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA ORGANIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. Brasília. 2.008. <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-ii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-o-exercicio-da-politica/a-administracao-publica-e-sua-organizacao-na-constituicao-brasileira>

SARAGIOTTO, Daniela. Confira o ranking com as 100 cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil. 05/10/2022, <https://mobilidade.estadao.com.br/inovacao/confira-as-100-cidades-mais-inteligentes-e-conectadas-do-brasil/>
UFSC. Cidades inteligentes e suas dimensões segundo o ranking Cities in Motion 2019. <https://via.ufsc.br/o-ranking->

[iese-cities-in-motion-index/](#) site acessado em 15 de Fevereiro de 2020

VITÓRIO, Tamires. Portal CNN Business Brasil, São Paulo.19/03/2021

WRIBRASIL. O que são cidades inteligentes no Brasil e como elas podem promover o desenvolvimento sustentável. 13 de fevereiro de 2020. <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-sao-cidades-inteligentes-no-brasil-e-como-elas-podem-promover-o-desenvolvimento>. Site acessado em 30 de outubro 2022

Com a participação das pessoas
as cidades ficam de fato melhores!



"Cada uma das questões apresentadas são reveladoras do jeito que
tenho pensado as novas possibilidades das cidades, sob a luz de uma
tecnologia que é facilitadora de processos, e que é, antes de mais nada,
inclusiva, afinal de contas, somos parte de um país que precisa
definitivamente se reconhecer enquanto nação"

www.luizalbertorodrigues.com.br

ISBN 978-658913971-3

